



Diário de Um Cientista
Com um cavalo-marinho
começa uma incrível
viagem pelo mundo
da biodiversidade

P2 Verão

“Se desvirtuarem Programa do Governo temos de perguntar aos portugueses se aceitam”

Em entrevista ao PÚBLICO-RR, Miranda Sarmento, ministro das Finanças, diz que em Setembro haverá acerto do IRS pago a mais até Agosto **Destaque 2 a 4 e Editorial**

BES Dois ex-gestores condenados pela falência do banco

Tribunal considerou que gestores já tinham conhecimento da falência iminente e condenou-os a pagar 30 mil euros cada **Economia, 24/25**

“Caso das gémeas” Marcelo recusa responder já à CPI. No final decidirá

No dia em que a comissão parlamentar recebeu novos *emails* o Presidente veio dizer que se decidir falar só o fará no fim **Política, 15**



Médio Oriente Assassínio de líder do Hamas pode levar a guerra regional

Irão promete retaliar, após o ataque israelita que matou o líder do *bureau* político do Hamas, Ismail Haniyeh, em Teerão **Destaque, 6 a 8**

Mulheres Portugal vai alargar linha de apoio a vítimas de violência

Nos dez anos da Convenção de Istambul faltam apoios financeiros e formação para o combate à violência de género **Sociedade, 16/17**

“Se a oposição desvirtuar o Programa do Governo, teremos de perguntar aos portugueses se aceitam”



Joaquim Miranda Sarmento Ministro das Finanças volta a avisar a oposição de que “a margem orçamental para negociar é curta” e diz não abdicar das contas certas: “O país, em 2025, tem de apresentar um *superavit* orçamental”

Hora da Verdade

David Santiago e Susana Madureira Martins (Renascença)
Texto **Rui Gaudêncio** Fotografia

Miranda Sarmento privilegia o PS e o Chega para as negociações orçamentais, que serão retomadas em Setembro. Porém, faz questão de avisar que “a margem orçamental” para “novas medidas ou medidas de calibração diferente, é curta”. Em entrevista ao PÚBLICO e Rádio Renascença, o ministro de Estado e das Finanças defende que, se a oposição desfigurar as apostas programáticas do executivo da AD, será preciso ver se os portugueses “aceitam ter um Orçamento que, primeiro, possa pôr em causa o equilíbrio das contas públicas e, segundo, não reflecte aquilo que foi o programa eleitoral”. Está o ministro a pensar em eleições antecipadas? “Isso é uma decisão que teremos de tomar.” **No âmbito das negociações para aprovação do Orçamento do Estado para 2025, há alguma margem para o Governo ceder no IRS Jovem para uma aproximação ao PS?** Em primeiro lugar, sobre as negociações do ponto de vista

geral, a margem orçamental, ou seja, os milhões de euros que podem ser sujeitos a novas medidas ou medidas de calibração diferente, é curta. **E qual é?** Nós temos um princípio que já transmitimos aos partidos políticos quando há uma semana e meia nos reunimos com todos os grupos parlamentares: o Programa do Governo não pode ser desvirtuado. E uso a palavra “desvirtuado” de propósito porque era esta expressão que António Guterres usava naqueles anos em que negociou orçamentos no seu primeiro Governo e em que, com excepção do primeiro, passaram com a abstenção do PSD. Nunca na história democrática portuguesa tivemos um Orçamento a ser aprovado quando o Governo não tem maioria absoluta, entenda-se, desvirtuando aquilo que é o programa eleitoral e o Programa do Governo de quem é Governo e de quem está a executar. Não tinha ocorrido até agora o Parlamento aprovar propostas da oposição que vão em sentido contrário àquilo que é o Programa do Governo e que têm expressão orçamental significativa. **Essas medidas da oposição desfiguram o Programa do Governo?** É que qualquer negociação que

venha a ocorrer, em Setembro, Outubro, Novembro, durante todo o processo orçamental, tem de ter como ponto de partida, do Governo e dos partidos da oposição, que o Programa do Governo não pode ser desvirtuado. **Está a ser desvirtuado com as propostas da oposição que têm sido aprovadas?** Não está a ser desvirtuado, mas há já obviamente uma margem menor, e é preciso que quem esteja presente nas mesas de negociação entenda que o Governo tem alguma margem para acomodar propostas e tem alguma margem para calibrar as suas, mas não pode, naturalmente, deixar desvirtuar aquilo que foram os

“O país, em 2025, tem de apresentar um *superavit* orçamental (...), a margem orçamental para negociar é curta

pilares essenciais do seu programa. **Qual é essa margem?** Estamos a trabalhar com uma perspectiva de excedente orçamental de 0,2-0,3% do PIB. **Para este ano.** Para este e para o próximo. Assumindo que ninguém quer, e o Governo nisso é intransigente, e creio que os partidos da oposição também não o desejam, que o país regresse a défices, a margem orçamental é esta, ainda não incluindo as medidas que foram aprovadas no Parlamento e promulgadas pelo Presidente da República. **Os 0,3% de excedente não contam com as medidas aprovadas pela oposição. Tendo em conta que há medidas que diminuem receita e outras que aumentam a despesa, temos em perspectiva um possível regresso ao défice? Por outro lado, o Governo está disponível para governar com base num programa desvirtuado?** Com aquilo que são as medidas do Governo, aquilo que podemos dizer ser o modelo endógeno, o que o Governo já decidiu e ainda vai decidir até o fecho do processo orçamental, estamos confiantes de que este ano e no próximo ano teremos um excedente orçamental em torno de 0,2-0,3%. E essa é a responsabilidade do Governo. A

responsabilidade de quem está na oposição é perceber que a margem orçamental para negociar, se não quisermos ter défices, não é ilimitada, não é muito elevada. Está dentro destes parâmetros. **Mas para acomodar mais medidas da oposição, o excedente vai diminuir. Portanto, a margem é de 0,1-0,2 pontos percentuais?** A margem anda em torno desses valores. Por isso é que comecei por dizer que a margem orçamental para negociar é curta, sem com isto deixar de dizer que o Governo está receptivo a essa negociação e está receptivo a calibrar as suas próprias medidas, mas desde que, para responder à segunda questão, não desvirtue o Programa do Governo. **E se...** Se desvirtuar, obviamente que o Governo terá de perguntar aos portugueses se aceitam ter um Orçamento que, primeiro, possa pôr em causa o equilíbrio das contas públicas e, segundo, um Orçamento que não reflecte aquilo que foi o programa eleitoral. **Como é que se pergunta isso, com eleições antecipadas?** Isso é uma decisão que teremos de tomar. Não vale a pena especular sobre cenários que ainda não existem. O que temos pela frente é uma negociação. Retomaremos



essa negociação no início de Setembro e procuraremos acomodar aquilo que é possível de reivindicações, sobretudo dos partidos com maior expressão parlamentar e que podem decidir o desfecho deste Orçamento. Com estas duas premissas: não desvirtuar o Programa do Governo e manter o equilíbrio orçamental. **Para o Governo, é inaceitável que o país possa ficar em situação de défice?** O país, em 2025, tem de apresentar um *superavit* orçamental. **No âmbito do IRS Jovem e também do IRC, há alguma margem para mudar? Em concreto no IRC, por exemplo, a descida não ir até 15% e ser menor? Haver uma modelação maior tanto no IRS Jovem como no IRC?** A descida de IRC que o Governo propõe para 2025 só terá impacto na receita em 2026, portanto, trazê-lo à discussão do Orçamento para 2025 pode ser feito numa lógica de política de médio e longo prazo, mas não numa lógica daquilo que é condicionante orçamental para 2025, porque a redução da taxa efectua-se em 2025, as empresas entregam a declaração de IRC de 2025 em Maio de 2026 e, portanto, um eventual efeito na receita apenas ocorre no exercício orçamental [de 2026].

Mas para não contaminar a discussão orçamental de 2025, pode haver aqui um entendimento com o PS? Estamos disponíveis para calibrar as duas propostas, a descida do IRC e o IRS Jovem, mas sem deixar cair o princípio e a base fundamental dessas medidas. O IRC terá de descer e o IRS Jovem terá de ser aplicado. Depois, [temos] o gradualismo da aplicação. Podemos, temos e devemos ter margem para negociar, porque são as duas medidas de que claramente o PS discorda. Não encontro em todas as outras medidas do Governo discordância por parte do PS, o que me leva também a dizer que as contas que o

PS apresenta sobre o impacto das medidas do Governo têm alguma falácia. Porque as medidas do Governo valem sempre mais do que as medidas da oposição. O Governo é que toma decisões. **Falou na possibilidade de calibrar o IRS Jovem e o IRC. Pode dar-nos um esboço dessa calibragem, até onde se pode ir?** A bem de uma negociação, as primeiras pessoas que devem conhecer os intervalos da acção do Governo são os partidos com os quais nos vamos sentar. Agora, há margem para poder calibrar um pouco essas medidas. **Saíram esta terça-feira dados da economia. Há um crescimento no segundo trimestre, mas, ainda assim, um abrandamento. Dada a margem diminuta que há para 2025, preocupa-o, põe em causa alguma das medidas?** O crescimento económico não pode ser visto apenas num trimestre. A nossa previsão para o crescimento da economia portuguesa para este ano é em torno de 2%, acima daquilo que tínhamos em Dezembro-Janeiro, quando apresentámos o programa eleitoral, que era de 1,5% para 2024. Quando apresentámos a nossa estimativa orçamental, é exactamente na perspectiva de que a economia portuguesa cresça em torno de 2% este ano e no próximo.

“A nossa previsão para o crescimento da economia portuguesa para este ano é em torno de 2%”

‘Não tenho nenhuma acrimónia com Centeno’ Inapa? “Não quisemos ter uma nova Efacec”

David Santiago e Susana Madureira Martins (Renascença)

Foi conhecida esta semana a nomeação de Luís Morais Sarmento para o Banco de Portugal (BdP). É o início de uma mudança integral da administração do regulador, incluindo, dentro de um ano, a saída de Mário Centeno de governador? Há vários reguladores não têm os seus conselhos de administração completos. Entendemos que os reguladores devem ter os seus conselhos de administração completos. Estamos a iniciar o processo de nomeação daqueles em que não estão completos. E, nesse sentido, entendemos nomear Luís Morais Sarmento, que é quadro do Banco de Portugal, é director adjunto, já foi director-geral do Orçamento. Partilha comigo o último nome, mas não tenho nenhuma relação familiar, embora tenha muita estima pessoal por ele. É uma pessoa que contribuirá para a missão do BdP.

Ignorou a segunda parte da pergunta, mas recupero-a, lembrando que há algum tempo se mostrou preocupado com o prejuízo operacional do BdP. Continua preocupado, e como é que avalia o mandato de Centeno à frente do banco central? Mostrei-me preocupado com a dimensão dos prejuízos que o BdP tinha tido, com a redução dos rácios das reservas. Não faço considerações sobre aquilo que é o mandato do senhor governador, que é independente. **Mas terá uma palavra a dizer quando o governador terminar funções e se acha que deve ser, ou não, reconduzido.** Estamos a um ano disso, é extemporâneo falar dessa situação. **Já em Outubro termina o mandato de José Tavares à frente do Tribunal de Contas. Admite reconduzi-lo?** Essa é uma decisão que o Governo terá de tomar. **Ainda não está tomada?** Não. Avaliaremos essa situação a seu tempo, a decisão compete ao Governo. Não vale a pena especular. Tenho muita estima pessoal também por José Tavares. **E Paulo Macedo, que demonstrou querer continuar à frente da Caixa Geral de Depósitos. Terá OK do Governo?** Outra pessoa por quem tenho uma

enorme estima pessoal. **Falou de estima pessoal em relação a todos esses nomes, menos em relação a Centeno.** Porque, no caso de José Tavares e de Paulo Macedo, os conheço bem, já privei muitas vezes com eles. Com Mário Centeno privei muito menos, mas, naturalmente, não tenho nenhuma acrimónia com Mário Centeno. **Em relação a privatizações, a única que o Governo quer fazer é a da TAP. Há algum calendário para a operação se realizar?** Tudo aquilo que possa dizer diminui a vantagem negocial do Estado português. **Então é porque está alguma coisa a decorrer.** Temos dois objectivos para a venda da TAP. A manutenção do *hub* e o encaixe financeiro. Tudo o que eu possa revelar publicamente sobre o que está ou não está a acontecer diminui a capacidade negocial do Estado português. **É a melhor altura para privatizar uma empresa que dá lucro?** Quando há prejuízo, é mais difícil privatizar. A decisão que temos no programa eleitoral e no Programa do Governo é privatizar a empresa com estes dois objectivos. Manutenção do *hub* e até, se possível, a sua ampliação e crescimento. E um encaixe financeiro que permita mitigar aquilo que foram quase quatro mil milhões de euros de dinheiro dos contribuintes que foi colocado na companhia aérea a partir de 2020. **A gestão da Inapa acusou o Governo de ter decidido deixar cair a empresa sem dados para tomar essa decisão. É justa a crítica e, por outro lado, quanto é que o Estado arrisca perder numa liquidação da empresa?** A situação da Inapa decorre da gestão da empresa. A empresa viu-se com uma situação de ruptura de tesouraria na Alemanha e aquilo que o Governo fez foi defender o dinheiro dos contribuintes. Colocar dinheiro numa empresa, numa operação para proteger 800 empregos na Alemanha, não nos pareceu a melhor utilização dos dinheiros públicos, e não quisemos ter, ao contrário do Governo anterior, uma nova Efacec a sugar dinheiro dos contribuintes, a despejarmos dinheiro dos contribuintes nessa empresa. Veremos o que é que acontece, se há compradores para aqueles activos ou se a empresa segue um processo de insolvência.

Destaque Entrevista ao ministro de Estado e das Finanças



Em duodécimos, “teremos de avaliar” tempo de serviço dos professores

Em Setembro haverá acerto do IRS pago a mais entre Janeiro e Agosto

David Santiago e Susana Madureira Martins (Renascença)
Texto **Rui Gaudêncio** Fotografia

Governo quer mudar lei de enquadramento orçamental, para a “ajustar às novas regras orçamentais europeias”

Convicto de que a proposta do PS de alívio do IRS aprovada pelo Parlamento, pese embora ter sido promulgada em Belém, é inconstitucional, Miranda Sarmento não esclarece se o executivo solicitará a fiscalização sucessiva do diploma, dizendo apenas que “o Governo tomará uma decisão a seu tempo”.
Sobre o IRS, quando é que o Governo vai publicar o despacho com as novas tabelas de retenção na fonte?
Esperamos fazê-lo o mais rapidamente possível, em princípio na segunda quinzena de Agosto.
Como é que vai funcionar o mecanismo de devolução?
O mecanismo de devolução, à

partida, funcionará da seguinte forma, estou a dizer à partida porque ainda estamos a calibrá-lo: haverá uma taxa de retenção na fonte em Setembro mais baixa do que aquela que depois vai vigorar a partir de Outubro.
Serão duas tabelas?
Sim... Essa taxa de Setembro fará, dentro daquilo que é possível para um universo de mais de três milhões de agregados familiares, aquilo que seria o acerto entre Janeiro e Agosto, e depois, a partir de Outubro, vigorarão as novas tabelas de retenção na fonte, de acordo com aquilo que foi aprovado no Parlamento.
Desapareceram as dúvidas sobre a constitucionalidade da descida de IRS aprovada no Parlamento, sobre a possibilidade de violar a norma-travão?
Do meu lado, não, mas a quem competia, o Parlamento, entendeu, os serviços do Parlamento entenderam, que as propostas dos partidos não violavam a norma-travão, nem violavam o direito de iniciativa. O Presidente da República entendeu não pedir a fiscalização preventiva. Não sou jurista, mas na minha opinião viola

a lei-travão.
Não vai haver fiscalização sucessiva?
O Governo tomará uma decisão a seu tempo.
Vai insistir na descida do IRS que o Governo defendia, ou seja, que chegasse também aos escalões mais altos?
Vamos avaliar em função daquilo que for a margem orçamental. Nós, em Setembro, Outubro, já teremos estimativas mais robustas. E também dependerá, obviamente, daquilo que for o decorrer das negociações.
O Governo está a negociar com a Comissão Europeia (CE) aquilo que é o factor-chave das novas regras orçamentais, uma espécie de tecto à despesa. Qual foi o limite de crescimento da despesa primária líquida recomendado pela CE? As medidas aprovadas, pelo Parlamento e pelo Governo, põem em causa esse tecto?
Em primeiro lugar, é importante compreendermos que há novas regras orçamentais europeias, e o paradigma alterou-se relativamente. Estamos em processo de negociação com os serviços da Comissão. Com a

informação que temos e com as medidas que o Governo tomou e ainda tomará no âmbito do seu programa, estamos relativamente confortáveis de que cumpriremos essa trajectória de sustentabilidade da dívida e de que cumpriremos os limites da conta de controlo para os desvios que possam existir a esses tectos de despesa nos quatro anos do exercício 2025-2028.
Mais uma vez, se não houver um desvirtuamento daquilo que é o plano orçamental do Governo, que depois é traduzido nos orçamentos do Estado, estamos confortáveis de que teremos uma trajectória de sustentabilidade da dívida e uma análise por parte da CE que nos permitirá acomodar as medidas do Governo. Olhamos para os quatro anos, 2025-2028, com conforto de que cumpriremos as regras orçamentais.
A partir de quanto é que pode estar em causa a violação do tecto de despesa?
Antes disso, se desvirtuarmos o programa orçamental do Governo, podemos mesmo não cumprir a trajectória de sustentabilidade da dívida. Estamos a trabalhar com um cenário em que há um

excedente orçamental de 0,2-0,3%. Se o Parlamento aprovar medidas que nos coloquem num défice, isso torna muito mais difícil cumprir as regras orçamentais.
É obrigatório por lei divulgar, no âmbito das GOP [Grandes Opções do Plano], o valor dos quadros plurianuais de despesa. O PS tem pressionado e o próprio presidente da Assembleia da República (AR) já pediu esse elemento. Como é que o Governo vai justificar o não cumprimento desta exigência?
Temos novas regras orçamentais que determinam um novo paradigma. Uma das coisas que o país vai ter de fazer, o Parlamento, porque é a sua competência, no final deste ano ou no início do próximo, é uma revisão da lei de enquadramento orçamental (LEO). No final do ano, início do próximo, apresentaremos uma proposta à AR de alteração da LEO, para ajustar àquilo que são as novas regras orçamentais europeias. Depois teremos uma segunda discussão: analisar, por exemplo, se faz sentido aumentar o prazo de discussão do Orçamento no Parlamento.
A negociação com a Comissão ainda está muito em aberto?
A negociação ainda está em aberto e, portanto, qualquer quadro que tivéssemos apresentado não nos dava a robustez necessária para aquilo que deve ir para o Parlamento.
É possível que o Governo só tenha conhecimento desse tecto da despesa já próximo da apresentação da proposta orçamental. Isso não vai dificultar as negociações, no arranque de Setembro, com os partidos, por não se saber até onde é que se pode ir?
Essa é naturalmente outra dificuldade, mas volto a um ponto que já referi. Estamos a trabalhar com um saldo orçamental de 0,2-0,3%. Uma das regras é ter um saldo orçamental equilibrado. Os limites estão fixados por aí, independentemente daquilo que possam ser, um pouco mais ou um pouco menos, os tectos de despesa.
Como que é que ficam as medidas já aprovadas se o Orçamento para 2025 for chumbado? Por exemplo, a recuperação do tempo de serviço dos professores pode ser aplicada em duodécimos?
Teremos de avaliar, dentro daquilo que são os *plafonds* de cada ministério e a regra dos duodécimos. Não estou em condições para dizer se sim ou se não. O que estou em condições de dizer é que, se o país tiver de viver com duodécimos, isso agrava a instabilidade, dificulta o investimento das empresas e dificulta muito a execução do PRR.

Uma máquina para acertar em (quase) tudo à primeira e poupar também



Onde outras precisam de duas tentativas, ela precisa de uma. Onde ela vale por vinte, as outras valem por apenas uma. Não é um enigma, é uma máquina com cinco vantagens fantásticas. Descubra quais

Com o tempo cada vez mais contado, entre a vida laboral e os filhos, os *hobbies*, os cães, as obrigações parentais, as compras, o tempo no trânsito - e a lista podia continuar -, marcas, produtos ou experiências que garantam poupar tempo e dinheiro, são sempre bem-vindos. Por exemplo: no metro, para quê carregar o cartão várias vezes se podemos ter passe? E já todos chegámos à conclusão que faz mais sentido dedicar umas horas de *meal prep* no fim-de-semana para agilizar as refeições de vários dias da semana, do que estar todos os dias a pensar (e desesperar) no que vamos cozinhar para o jantar desse dia, não é verdade? Esta tese leva-nos para o interior das nossas casas, nas tarefas diárias que se assumem como praticamente obrigatórias, como é o caso de lavar roupa. Sim, essa tarefa que não podemos saltar - ou, então, podemos, se formos à lavandaria, mas isso acresce custos, e não traz poupança efectiva. Mas há uma nova máquina de lavar roupa no mercado que está a revolucionar esta maneira de pensar - e agir. Tem um depósito de detergente e amaciador que basta encher apenas uma vez, para que depois a própria máquina doseie automaticamente a quantidade necessária em até 26 lavagens seguidas, antes de precisar de ser novamente atestada. Além disso, remove as manchas mais difíceis numa só lavagem, mesmo com carga completa. É um festim de poupança no geral, quantitativa e qualitativa, esta que a máquina de lavar roupa GentlePower garante. Conheça as suas cinco vantagens supremas.

Uma lavagem, eficácia total

Para quê repetir passos e funções se

há uma máquina de lavar roupa que despacha várias tarefas numa só? Só esta premissa faz da GentlePower, novíssima na Hotpoint, uma vencedora na casa de partida. A primeiríssima qualidade a saber sobre ela é a Tecnologia Gentle Power, que lhe dá o nome, traduz-se num sistema de limpeza que leva a eficácia tão a sério que assegura que todas as fibras sejam alcançadas, graças a uma pré-mistura água e detergente borrifada directamente na roupa a partir de cima. Este sistema está disponível em ciclos delicados, para que a remoção completa das nódoas, mesmo com a máquina cheia, esteja sempre garantida. E aqui chegamos ao primeiro benefício: menos lavagens necessárias, mais tempo para os seus momentos de descontração em casa, com a família.

Eficiência energética garantida

No que toca a máquinas de lavar roupa, a eficiência energética é, quase sempre, um dos primeiros aspectos procurados pelos consumidores. A nova máquina de lavar roupa GentlePower tem classe de eficiência energética A -30%, o que significa que assegura menos 30% de consumo em comparação com o mínimo exigido para ser considerado classe A. Traduzindo para a prática, isto equivale a três lavagens em vez de quatro pela mesma quantidade de energia. A poupança na conta da electricidade é, portanto, a segunda grande vantagem deste electrodoméstico.

Um depósito, 26 lavagens

Se está entre as pessoas que detestam ter detergentes à mostra, e que se cansam sempre que os têm de retirar dos armários, e nem querem pensar muito

nesse aborrecido passo da rotina de limpeza da casa, a GentlePower conquista qualquer um só por este ponto. Basta encher a gaveta Push-to-Open e o sistema vai libertar automaticamente a quantidade certa de detergente e amaciador para até 26 lavagens. Ou seja, poupa até 30% de detergente em todos os ciclos, e só tem de fazer este passo de três em três meses, aproximadamente (fazendo as contas de 2 a 3 lavagens por semana). Uma vez abastecidos o detergente e o amaciador, os sensores detectam e dispensam a quantidade certa, com base nos programas seleccionados e o tipo de carga. Vantagem número três alcançada: escolher o programa, clicar, tudo começa a andar.

Roupas engomadas e perfumadas

Mais uma vez, para quê lavar e passar a ferro se as roupas já saem praticamente lavadas? A GentlePower poupa uma das tarefas graças ao Steam 3.0 (ou Vapor 3.0), que tem três opções diferentes que utilizam o vapor para higienizar e refrescar as roupas da forma mais natural e delicada possível. O Steam Hygiene remove até 99,95% das bactérias, evitando a utilização de aditivos químicos, enche o tambor de vapor com a temperatura entre os 70° e os 80° durante 20 a 30 minutos; o Steam Refresh revigora a frescura da roupa com vapor em 20 minutos; e o Steam Finish mantém as roupas frescas no tambor até 6 horas, para que se estiver fora de casa, ao chegar, a roupa estar como que acabada de lavar. Resumindo, a roupa sai lavada, cheirosa, pronta a usar assim que secar - é esta a quarta vantagem.

Design imbatível e ruído imperceptível

Imagine que quer passar um serão ao jantar, à mesa, com amigos e com música nas colunas, mas esta é sempre a hora que tem para lavar a roupa. Ou quem tem vizinhos chatos, que reclamam ao menor ruído mais fora de horas. Esta máquina de lavar roupa tem painéis laterais e motor silenciosos (a capacidade Direct Drive diminui as vibrações mesmo durante a fase de centrifugação), e em programas mistos tem a função extra silêncio activada, graças a um programa especial que trabalha a 60 dBA apenas. Somando a isto, a GentlePower foi desenhada para se enquadrar em qualquer casa, e ainda é feita com 87% de componentes recicláveis. Chegámos, enfim, à quinta vantagem: uma estética elegante e o silêncio - logo, sossego - garantido.

Adeus alergias

Não é de somenos pensarmos em alergias, que, segundo os relatórios anuais da Direcção-Geral da Saúde, são cada vez mais frequentes. Saiba então que a GentlePower vem com um ciclo especialmente criado a pensar nas pessoas que sofrem de alergias ou que têm pele sensível, ao utilizar altas temperaturas e enxaguamento extra para remover os alérgenos mais comuns, tais como pólen, pêlo de animais ou pó.



REHAN KHAN/EPA



Assassínio de Haniyeh em Teerão: o que se pode seguir?

Líder iraniano promete consequências para Israel. Analistas dividem-se sobre o que poderá ser uma resposta iraniana e a possibilidade de uma guerra regional

Maria João Guimarães

Um ataque israelita matou o líder do *bureau* político do Hamas, Ismail Haniyeh, em Teerão, disse o grupo em comunicado. A acção israelita gerou surpresa, e choque, pelo alvo e pelo local em que foi morto. Israel não assumiu o ataque, na madrugada de ontem com um míssil, depois de, na véspera, um ataque no Líbano, este reivindicado por Israel, ter matado um importante comandante do Hezbollah, o movimento xiita libanês apoiado pelo Irão.

Haniyeh é o líder do Hamas mais importante a ser morto desde o ataque de 7 de Outubro contra Israel. Vivia no Qatar, mas visitava frequentemente o Irão, onde estava para a tomada de posse do Presidente, Masoud Pezeshkian. O facto de o Irão não ter conseguido protegê-lo – e de Israel ter a informação necessária para levar a cabo esta acção – é um embaraço para Teerão.

O *ayatollah* Khamenei, o líder máximo do Irão, disse que havia motivos para um “castigo duro” contra Israel e que era “o dever de Teerão” vingar a morte de Haniyeh, com quem se tinha encontrado na véspera. A afirmação de Khamenei estava a ser vista como a indicação de que Teerão irá responder, a questão será sobretudo de forma. Em Abril, escolheu levar a cabo um ataque aparatoso, mas sem grandes consequências, que deu tempo para Israel se defender.

Os Guardas da Revolução, a força

de elite do regime, prometeram uma reposta “do Irão e da frente da resistência”. Também Pezeshkian disse que o Irão irá “defender a sua integridade territorial, dignidade, honra, e orgulho, e fará os ocupantes terroristas arrepender-se da sua acção cobarde”, cita a agência Reuters.

A jornalista do *New York Times* Farnaz Fassihi escreveu na rede social X (antigo Twitter) que no Irão a atmosfera era de “choque”, já que este assassinio é um “grande golpe para a reputação do Irão”, precisamente numa altura em que este tenta projectar o seu poder na região.

Alguns analistas vêem esta acção como acelerando uma potencial guerra regional, como Vali Nasr, professor de Estudos do Médio Oriente e Política Internacional na Universidade John Hopkins, que escreveu na X: “Dois assassinios, um em Beirute e outro em Teerão, matam as hipóteses de um cessar-fogo em Gaza e deixam o Médio Oriente mais perto de uma guerra regional catastrófica, tudo no vácuo de um governo fraco nos EUA.”

Em Israel, no entanto, as Forças Armadas disseram que não há qualquer mudança na frente interna e que está a ser feita uma avaliação da situação. E há vozes a dizer que, apesar da escalada marcada destes dois ataques (uma resposta ao ataque do fim-de-semana nos Montes Golã, território conquistado por Israel à Síria em 1967 e anexado em 1981, provocando vítimas da comunidade drusa, sem cidadania israelita), estes não implicam necessariamente uma resposta que

leve à tão temida guerra regional, como o jornalista do *Haaretz* Anshell Pfeffer ou o correspondente da *Economist* Gregg Carlstrom. Pfeffer diz que deixam até espaço para um diminuir da tensão, apontando que no caso do comandante do Hezbollah Fuad Shukr esse espaço é mais evidente pela “opacidade”: o Hezbollah não confirmou a sua morte. No caso de Haniyeh, isso parece mais difícil, até porque Israel escolheu matá-lo no Irão e não no Qatar, e o Guia Supremo do Irão culpou directamente Israel.

Há ainda outra questão. Em relação a Shukr houve relatos (na estação de televisão norte-americana CNN) de que Israel avisou os EUA (o comandante do Hezbollah estava também na lista de mais procurados do Departamento de Estado por um ataque que matou 241 norte-americanos em Beirute durante a guerra civil no Líbano). Não era claro se teria feito o mesmo em relação a Haniyeh.

Carlstrom escreveu, na X, sobre a “preocupação de que o Irão se sinta levado a uma grande escalada”, o que, na sua opinião, talvez não aconteça. O Irão “foi humilhado, sim, e vai provavelmente sentir que tem de fazer alguma coisa para salvar a face”. Mas também “já deixou muito claro nos últimos dez meses de que não irá para a guerra pelo Hamas”.

Já a jornalista iraniana Fereshteh Sadeghi não tem dúvidas: “Se Teerão não responder agora, vai ser alvo de troça internamente e nenhum outro convidado do Eixo de Resistência, em especial [o líder do Hezbollah, Has-



Do Paquistão à Turquia, a morte do líder do Hamas agitou o mundo muçulmano

san] Nasrallah ou outros responsáveis palestinos, voltará a Teerão.” Abdolrasool Divsallar, professor na Universidade Católica de Milão, escreveu que “Teerão vai provavelmente precisar de um tempo para se refazer do choque, organizar um funeral, construir uma narrativa para o seu contra-ataque, e executá-lo”. Desta vez, no entanto, “ao contrário de Abril, deverá envolver outros grupos do eixo de resistência”, como fazia crer a declaração dos Guardas.

Narrativa de vitória

Em relação ao acordo de cessar-fogo em Gaza e libertação dos reféns, a morte de Haniyeh deixa as negociações sem o mais forte defensor de um acordo, entregue ao líder do Hamas na Faixa de Gaza, Yahya Sinwar, que defende uma linha mais intransigente (característica que já tinha mostrado nas negociações para a libertação do soldado Gilad Shalit em troca da libertação de prisioneiros palestinos, em que ele próprio foi um dos libertados de uma prisão israelita).

A reacção do Qatar tocava neste ponto. “Perguntamo-nos como pode a mediação ter sucesso, quando uma parte assassina o negociador da outra parte?”, escreveu o primeiro-ministro, xeque Mohammed bin Abdulrahman al-Thani, no X. “Para a paz são precisos parceiros sérios.”

Em Israel há quem defenda que a morte de Haniyeh foi um passo para o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, matar o acordo (o primeiro-ministro é visto como um obstácu-

lo a um acordo, já que um cessar-fogo implicaria uma comissão de inquérito ao 7 de Outubro e novas eleições, que Netanyahu perderia). Mas há analistas, como Mairav Zonszein, do *think tank* Crisis Group, que é de opinião de que pode criar uma imagem de vitória para Israel (que não a tem conseguido em nenhuma altura na Faixa de Gaza, apesar de todas as mortes e destruição) e permitir assim que possa ser feito um acordo.

“Esperam-nos dias difíceis”, disse Netanyahu, numa declaração ao país, no fim da reunião de três horas do gabinete de segurança. Sem se referir a Haniyeh, congratulou-se por Israel ter, nos últimos dias, desferido “golpes esmagadores” contra os três principais grupos armados apoiados pelo Irão – Hamas, Hezbollah e os houthis do Iémen – e disse que Shukr foi o responsável directo do ataque nos Golã. Defendendo a sua condução da guerra, repetiu que esta será longa e garantiu que continuará a resistir às pressões internas e externas para lhe pôr fim, como já fez no passado. “Não cedi a essas vozes na altura e não cederei agora”, afirmou Netanyahu.

“Todas as conquistas dos últimos meses [enumerou a morte de responsáveis do Hamas, a destruição de infra-estruturas do grupo e o facto de Israel ter assumido o controlo da zona de fronteira entre Gaza e o Egito] foram alcançadas, porque não cedemos e porque tomámos decisões corajosas”, defendeu, antes de assegurar que os israelitas estão “prontos para todos os cenários”.

Responsável por ligações externas

Ismail Haniyeh era a “face pública” do Hamas

Perfil

Maria João Guimarães

Líder do *bureau* político do movimento islamista era visto como uma figura relativamente pragmática

O chefe do *bureau* político do Hamas, Ismail Haniyeh, morreu em Teerão, onde tinha ido assistir à tomada de posse do novo Presidente, Masoud Pezeshkian, e reunir-se com a liderança iraniana – um dos seus papéis no Hamas era a ligação com o exterior.

O papel de Haniyeh foi descrito, antes da sua morte, como o de “líderar a batalha política do Hamas junto dos governos árabes”, resumia Adeeb Ziadeh, especialista em assuntos palestinos na Universidade do Qatar, citado pela Reuters, sublinhando que tinha ligações próximas com figuras mais radicais e com a ala armada. “Ele é a frente política e diplomática do Hamas.”

Israel obtém uma imagem de vitória com esta morte. Mas o poder real do Hamas, dizem analistas que estudam o movimento, está na liderança de Gaza, e não na liderança política. Não é sequer claro que informação teria a liderança política sobre o ataque de 7 de Outubro contra Israel.

De qualquer modo, os vários assassinios de figuras do Hamas, quer da liderança política, quer da militar, que têm sido levados a cabo por Israel ao longo dos anos, não têm tido efeitos na força do movimento.

Desta vez, a diferença poderá ser que Haniyeh era uma figura-chave nas negociações para um acordo de cessar-fogo e troca de reféns na Faixa de Gaza, em que era considerado mais moderado do que o líder do Hamas em Gaza, Yahya Sinwar. Ao longo das negociações, somaram-se relatos de divisões entre duas alas e de uma maior intransigência de Sinwar.

Também será mais difícil ao movimento escolher nova liderança pelo facto de haver figuras do movimento em várias cidades e das dificuldades de comunicação com a liderança em Gaza, que está escondida por causa da guerra.

Ismail Haniyeh nasceu no campo

de refugiados Shati, na Faixa de Gaza, numa família que saiu da localidade palestina de Asqalan (que agora é a cidade de Ashkelon), em 1948, quando foi criado o Estado de Israel.

Estudou na Universidade Islâmica, onde começou a participar em protestos num grupo precursor do Hamas, movimento a que pertence desde a sua fundação em 1987, quando começou a primeira intifada. Foi então detido e preso várias vezes por Israel. No Líbano, para onde foi deportado em 1992, aproximou-se do fundador do Hamas, o xeque Ahmed Yassin, e foi uma espécie de seu protegido. No ano seguinte voltou a Gaza e foi subindo na hierarquia da organização. Dez anos mais tarde, era muito próximo do xeque Yassin. Depois do assassinio tanto do xeque Yassin como do porta-voz informal Abdel Aziz Rantisi, mortos com poucas semanas de intervalo em 2004, Haniyeh foi escolhido para uma liderança colectiva, e secreta, do movimento.

Pouco depois, o Hamas decide participar, pela primeira vez, numa eleição palestina nacional, em 2006. E venceu uma Fatah fragilizada pela falta de progressos para chegar a um Estado palestino e com uma imagem de corrupção.

Haniyeh, que tinha sido um dos primeiros defensores da participação política do Hamas

dentro do movimento, chegou a ser o primeiro-ministro palestino, um cargo que ocupou muito brevemente.

Nessa altura, apoiava uma trégua de longo prazo com Israel e chegou a indicar que poderia concordar com uma solução de dois Estados, algo terminantemente recusado por outros líderes.

Com o seu Governo a ser alvo de boicote internacional, precisamente pela recusa em admitir formalmente o direito de Israel a existir, Haniyeh acabou por se demitir na sequência de um acordo com a Fatah – mas a unidade durou pouco e as duas facções tiveram uma luta violenta que acabou em 2007, com o Hamas no poder na Faixa de Gaza e a Fatah na Cisjordânia.

A Faixa de Gaza foi então submetida a um cerco por Israel e desde então nunca mais teve fornecimento eléctrico fiável, fruto tanto da decisão de Israel como da Autoridade Palestiniana liderada pela Fatah. Haniyeh torna-se o líder de facto do território, posição que ocupou durante dez anos, até 2017, quando deu lugar a Sinwar.

Nessa altura, foi escolhido para liderar o *bureau* político do movimento, que alterou a sua carta fundadora para deixar de apelar

directamente à destruição de Israel. Mudou-se para a capital do Qatar, Doha, onde vive também o seu antecessor, Khaled Meshaal (que já foi alvo de uma tentativa de assassinio de Israel em 1997, quando vivia na Jordânia – agentes da Mossad chegaram a injectar-lhe veneno, mas foram apanhados e o então primeiro-ministro de Israel acabou por fornecer o antídoto que o salvou).

Se Haniyeh é geralmente considerado um pragmático ou até mais moderado dentro do Hamas, o diário israelita *Haaretz* sublinha que também escolheu aproximar-se de Teerão, apresentando esta como uma escolha estratégica dos palestinos.

A sua posição contrasta, por exemplo, com a de Meshaal, que, vivendo em Damasco durante a guerra civil na Síria, se recusou a apoiar o regime de Bashar al-Assad, o que levou ao seu regresso ao Qatar, recorda a BBC.

Haniyeh tinha sobrevivido ao longo dos anos a várias tentativas de assassinio, tanto da parte de Israel como de palestinos, diz o *Haaretz*.





Ismail Haniyeh efusivamente recebido no Parlamento iraniano horas antes de ser assassinado

Que impacto na política externa de Teerão?

Irão quer um compromisso com os EUA, Israel parece querer impedir esse cenário

Sofia Lorena

Assassínio ocorreu após tomada de posse do novo Presidente iraniano, um reformista que prometeu negociar com Washington

Não é a primeira vez que uma operação militar lançada por Israel aparenta ter como objectivo pôr em causa um possível entendimento entre o Irão e os Estados Unidos. Matar o líder máximo do Hamas quando este estava em Teerão, horas depois da tomada de posse do primeiro reformista a chegar à presidência iraniana em 20 anos, terá visado enfraquecer o movimento palestino e reafirmar o poder de Israel. Mas olhando para a política interna do Irão, do ponto de vista de quem aposte na estabilização regional, não podia haver pior momento e local para este ataque.

Ismail Haniyeh foi assassinado ao início da madrugada de ontem,

depois de ter, alegadamente, decidido prolongar a sua estadia em Teerão por causa do ataque israelita contra um importante comandante do Hezbollah, na terça-feira. A ideia seria aproveitar a presença de vários dirigentes do chamado “eixo de resistência”, ali reunidos para a tomada de posse de Masoud Pezeshkian, e discutir possíveis respostas ao raide de Israel num subúrbio de Beirute.

As últimas imagens de Haniyeh mostram-no no Parlamento de Teerão, a ser efusivamente cumprimentado por dignitários iranianos e convidados (o regime tinha sublinhado a importância da sua presença, entre 110 delegações estrangeiras), mas também em encontros com Pezeshkian e com o Guia Supremo iraniano, o *ayatollah* Ali Khamenei.

Se é verdade que, ao contrário de outros dirigentes do Hamas, a agenda de Haniyeh era relativamente pública, facilitando o trabalho aos serviços secretos israelitas, também é verdade que assassiná-lo em Teerão, pouco depois de um encontro

com Khamenei, é suficiente para que os líderes iranianos se interroguem sobre a sua própria segurança.

E, claro, para que o mesmo seja feito por todos os convidados estrangeiros presentes na capital iraniana, incluindo os responsáveis que se sentaram ao lado de Haniyeh durante o discurso de Pezeshkian no Parlamento, em representação dos principais grupos do “eixo de resistência” – para além do Hamas, a Jihad Islâmica palestina, o Hezbollah e os houthis do Iémen (o “eixo” inclui ainda milícias iranianas e sírias financiadas por Teerão).

Há informações contraditórias sobre o local onde Haniyeh se preparava para passar a noite (e se a responsabilidade de garantir a sua segurança estaria ou não entregue ao Exército dos Guardas da Revolução Islâmica, força de elite e verdadeiro pilar da República Islâmica) e notícias que apontam para a possibilidade de uma traição por parte de um dos seus guarda-costas palestinos. Mas, como refere o *site* de notícias Amwaj.media (dedicado à

actualidade no Irão, Iraque e Península Arábica), estas informações “podem ter como objectivo desviar as culpas para as falhas dos serviços secretos iranianos”.

Seja como for, o ataque foi em Teerão e isso é uma humilhação que o Irão não pode deixar sem resposta. No complexo sistema de divisão de poderes iraniano, decisões com impacto na segurança nacional – ou de política externa – não são tomadas pelo Presidente. Mas o facto de Pezeshkian ter sido autorizado a candidatar-se (tentara várias vezes, vendo o seu nome rejeitado pelo Conselho dos Guardiões), acabando por ser eleito na segunda volta, a 5 de Julho, passou uma mensagem sobre as intenções de Khamenei no que respeita às relações do Irão com o mundo.

Num momento em que a República Islâmica tem usado a guerra na Faixa de Gaza para mostrar que não se limita a usar os seus *proxies*, mas responde directamente aos ataques de Israel (como fez em Abril), Pezeshkian foi eleito com a

promessa de negociar com os EUA e conseguir fazer levantar as sanções internacionais que tanto têm devastado a economia do país. O novo Presidente, o primeiro reformista eleito desde Mohammad Khatami (1997-2005), disse ainda que iria trabalhar para diminuir as tensões regionais.

Pezeshkian também quer aligeirar a repressão interna, provavelmente através do fim das punições contra as iranianas que saíam à rua sem o obrigatório *hijab* (lenço islâmico), mas sem o aligeirar das tensões com Washington não tem como comprar paz social – e isso é uma questão de vida ou de morte, para um regime cuja falta de legitimidade ficou evidente pelo protestos dos últimos anos e pelos números da abstenção.

Janelas de oportunidade

Tudo isto significa que a presidência de Pezeshkian, ainda a formar o seu governo, teve o pior arranque imaginável. Mohammad Javad Zarif, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros que em 2015 negociou o histórico acordo internacional sobre o programa nuclear iraniano, e que assumiu um papel fundamental na campanha do recém-eleito Presidente, acusou Israel de “estar a empurrar a região e o mundo para a beira da catástrofe, precisamente quando o Presidente Pezeshkian [na tomada de posse] exortou o povo do Irão, a região e o mundo a procurar a paz, a tranquilidade e a empatia”.

Realçando que com esta eleição, a três meses das presidenciais norte-americanas, se abria uma pequena janela de oportunidade para um regresso às negociações entre Washington e Teerão, o *site* Amwaj.media recordou o assassinio do principal físico nuclear iraniano, Mohsen Fakhrizadeh, em Novembro de 2020, perto de Teerão, ao qual o Irão respondeu com uma escalada das actividades nucleares.

Mais tarde, o então Presidente Hassan Rouhani, um pragmático moderado, apontou esse ataque como tendo minado os seus planos para negociar uma aproximação com a Administração de Joe Biden – a tempo do fim do seu mandato, em Agosto de 2021 (quando lhe sucedeu Ebrahim Raisi, protegido de Khamenei, morto num acidente de helicóptero, em Maio).

É possível que Pezeshkian venha a olhar para o assassinio de Haniyeh com a mesma frustração. Mas também pode ser que o tempo lhe permita ter mais sorte do que Rouhani. Para já, Teerão tem de reagir militarmente: como em Abril, depois do ataque israelita contra um complexo diplomático iraniano em Damasco, tentará lançar uma operação que possa apresentar como proporcional e que não obrigue Israel a elevar ainda mais a fasquia. Mas essa tarefa, desta vez, é bastante mais difícil.



Uma história traçada pela tentação.

Adaptação da obra
de Mark Twain



COLEÇÃO EM CAPA DURA
VOL. 3
+13,90 €*
SEXTA, 2 AGO.
COM O PÚBLICO
P

COLEÇÃO NOVELA GRÁFICA VIII - EDIÇÃO QUINZENAL

LIVRO 3 - O HOMEM QUE CORROMPEU HADLEYBURG

Argumento e desenho: Wander Antunes

Hadleyburg, a cidade mais honesta da América, vê-se posta à prova quando um estranho misterioso chega para se vingar de uma ofensa passada. Antigamente desprezado pelos habitantes, este homem decide atacar a reputação impecável da cidade. Com uma carta e uma sacola com 40 mil dólares, ele promete recompensar quem o ajudou nos tempos difíceis, alguém cuja identidade está guardada no envelope.

COMPRA AQUI



loja.publico.pt

*Livro disponível com 2 cores de contracapa diferentes. Coleção de 11 livros em capa dura. PVP unitário: vols. 3, 5, 8, 9 e 11: 13,90 €; vols. 1, 2, 7 e 10: 14,90 €; vols. 4 e 6: 15,90 €. Preço total da coleção: 160,90 €. Periodicidade quinzenal às sextas, entre 5 de Julho e 22 de Novembro de 2024. Stock limitado.

A linha vermelha do Governo

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



O executivo tem margem para acomodar propostas da oposição, está até disposto a calibrar as suas ideias, mas não abdica de ter um excedente orçamental e não aceita ‘desvirtuar’ o Programa do Governo

O país entra hoje no mês nobre das férias de Verão: Agosto. Em Setembro, o tempo de todos os regressos, serão retomadas as negociações do Orçamento do Estado para 2025.

Na entrevista que concedeu ao programa *Hora da Verdade*, numa parceria entre o PÚBLICO e a Rádio Renascença, o ministro das Finanças quis marcar o tom com que serão feitas as futuras conversas com os partidos e aproveitou a aguardada ida a banhos dos portugueses para vincar aquela que é a linha vermelha do Governo.

O executivo tem margem para acomodar propostas da oposição, está até disposto a calibrar as suas ideias, mas não abdica de ter um excedente orçamental no próximo ano e não aceita “desvirtuar” o Programa do Governo.

Esta será então a linha vermelha do executivo, que, se for ultrapassada, pode, no limite,

levar a um cenário de eleições antecipadas. “É uma decisão que teremos de tomar”, responde Joaquim Miranda Sarmento. A ameaça não é nova – já em Maio, o ministro Manuel Castro Almeida apontava para essa mesma linha quando, também numa entrevista ao PÚBLICO, defendia que o Orçamento tem de respeitar o Programa do Governo. E elaborava sobre a impossibilidade de governar com o programa de outros. “Faz sentido governar nessas condições?”, perguntava.

Ambos atiram para o momento em que a questão se vier a colocar, a decisão sobre o que o Governo fará. Até lá, são cenários que existem.

Cenários à parte, por agora, Miranda Sarmento encontra nas notícias algumas nuvens que podem ensombrar as contas que terá de fechar em Setembro quando quiser apurar a margem orçamental para as negociações. Por um lado, as autoridades

monetárias dos dois lados do Atlântico ponderam uma redução nos juros, mas só em Setembro e com cautelas, alimentando a ideia de que o alívio das restrições na política monetária poderá ser lento. Além disso, a economia portuguesa dá sinais de arrefecimento, à boleia das exportações, designadamente do turismo – que tem funcionado como motor –, e, até meio do ano, o Estado regista um défice que tem de se transformar em excedente até ao final do ano.

Miranda Sarmento chegou ao Ministério das Finanças assumindo como “principal prioridade a redução da elevada carga fiscal que as famílias e as empresas hoje suportam”. Será que o conseguirá fazer com as medidas do seu Programa – descidas do IRC e do IRS? Ou a margem será toda usada nas medidas que a oposição aprova, nomeadamente uma descida do IRS menos abrangente do que aquela que o Governo queria?

CARTAS AO DIRECTOR



Ainda a queda do BES e os “200 primos”

Já passaram dez anos sobre a Medida de Resolução do BES, de que resultaram perdas astronómicas da ordem dos 10 mil milhões de euros e que teria resultado em valores ainda mais astronómicos, se a medida não fosse aplicada e o banco tivesse pura e simplesmente falido. As causas deste desastre económico possivelmente começam no dia em que a família Espírito Santo retomou o controlo do banco. Quatro ramos da mesma família, a quem alguém já chamou a família dos “200 primos”, sem dinheiro ou sem vontade de dispor dos capitais próprios para assumir as necessidades de capital do banco, lançaram-se na aventura, não de capitalizar e robustecer o banco, mas de o usar para benefício próprio.

Todos com os melhores patrimónios imobiliários nas mais diversas paragens de todo o mundo, os melhores carros, as férias paradisíacas, as festas de sonho, os pagamentos de favores a pessoas realmente influentes, só poderiam

dar no que deu. É bem verdade que à cabeça desta família estava Ricardo Salgado, mas não devemos esquecer que não esteve só. Sustentar os “200 primos” que lhe davam o poder de controlar o banco foi seguramente a causa deste descalabro que ninguém quis ver. Onde andam esses “200 primos”, todos eles co-responsáveis pela queda do BES? Um, pelo que se lê hoje na imprensa, está a ser executado pelo Novo Banco por uma dívida de cerca de 6 mil euros...
Artur Rodrigues, Porto

Poluição dos aviões

Numa notícia do PÚBLICO de ontem, confirmamos que a poluição resultante do tráfego aéreo é a 3.^a maior causa de CO2 na atmosfera. Mas ficamos também a saber que a aviação na Europa actualmente só paga 15% (!?) do custo dessa poluição. Porquê este apoio público à aviação e, indirectamente, ao sector do turismo? Uns poluem (os que viajam), os outros (toda a população) arcam com os efeitos da poluição. O princípio do “poluidor pagador” tem de ser levado a sério e



Quem negociou/ aprovou estas borlas ao sector da aviação/ turismo com prejuízo da sociedade como um todo?

Fernando Vieira
Lisboa

para todos os sectores. Os bilhetes de avião ficam mais caros? Seguramente, mas talvez isso ajude a controlar este turismo descontrolado assente em bilhetes de avião com um custo irrisório, que não pagam nem a poluição que provocam. Parece que só em 2026 é que os voos na Europa terão de incorporar a 100% estes custos indirectos e colaterais, com a poluição. Porquê só em 2026? Quem negociou/ aprovou estas borlas ao sector da aviação/turismo com prejuízo da sociedade como um todo?
Fernando Vieira, Lisboa

Pedalar pelo futuro

Um leitor do PÚBLICO, na edição de ontem, sugere fiscalizar ciclistas em Lisboa. Em Lisboa, isso tornaria ainda mais difícil andar de bicicleta. Quem já tenha falado com um dinamarquês ou holandês sobre o assunto sabe que consideram um suicídio pedalar em Lisboa. A falta de condições para pedalar no dia-a-dia não incentiva o uso de bicicletas. Os problemas das ciclovias lisboetas estão há anos sem solução, e mostram

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles
cartasdirector@publico.pt

ZOOM JOGOS OLÍMPICOS DE PARIS 2024



NIR ELIAS/REUTERS

flagrantemente que não há um plano sério de melhoramento. Tragam um holandês experiente para fazer e ensinar os portugueses a fazer e manter ciclovias. Fiscalizar ciclistas seria perseguir quem ousa querer outra cidade e forma de vida, quem respira fumo para o transformar num futuro em que todos respirem ar mais fresco. *Luís Lucas, Lisboa*

Rápido e em força

A questão da habitação, em Portugal, como na Europa, agravou-se nos últimos anos pelo aumento dos custos globais de construção – terrenos, materiais e mão-de-obra –, que, em paralelo com o aumento da procura por classes de maior poder económico (emigração qualificada) e uma legislação irrealista que afasta o interesse dos proprietários em colocar no mercado os seus bens dentro dos valores que a procura interna permite, leva a uma conclusão, para mim, evidente: só será resolvida pela acção do Estado, construindo ou dando apoios e estímulos para que outros

(privados, cooperativas, câmaras municipais, etc.) o façam, proporcionando assim oferta dentro de preços comportáveis pela maioria da população. Neste momento, o problema tem uma urgência e uma dimensão que são socialmente inaceitáveis e urge encontrar soluções rápidas que proporcionem, também, respostas rápidas, traduzidas em/por melhores e mais eficientes técnicas, processos e materiais de construção e em/por disponibilidades financeiras (PRR, etc.) e apoios ou incentivos fiscais para que se possa construir a baixo custo e a ‘boa velocidade’ garantindo a qualidade física e ambiental – nas vertentes arquitectónica e de baixa pegada ambiental – do construído. Que a recentemente constituída Fundação da Construção possa ser um agente activo na procura destas soluções é o meu desejo. Como engenheiro e pai de arquitecto, para estas duas “classes” envolvidas na investigação e no apoio ao sector da construção só posso esperar boas e rápidas soluções nas “artes” que a eles competem. *Jorge Mónica, Parede*

ESCRITO NA PEDRA

É sempre prudente olhar em frente, mas é difícil olhar para mais longe do que pode ver-se Winston Churchill (1874-1965), estadista

O NÚMERO

2,5%

A taxa de juro dos novos depósitos a prazo voltou a cair em Junho, somando seis meses de quedas. O valor médio fixou-se em 2,66%, contra 2,72% em Maio

A crónica de Miguel Esteves Cardoso regressa a estas páginas a 1 de Setembro

P

publico.pt



Lisboa
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

publico@publico.pt

DIRECTOR
David Pontes

Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro

Directora de arte
Sónia Matos

Directora de design de produto digital
Inês Oliveira

Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus

Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadaís (editoras), Pedro Rios (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaiça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terror** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério

Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim

Direcção Comercial João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | **Depósito legal** n.º 45458/91 | **Registo ERC** n.º 114410

Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 |

Impressão Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Junho **18.738 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**

Reclamações, correções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h) **publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt**

Duas ou três coisas que ainda é preciso dizer sobre Mísia

Em Público



Nuno Pacheco

Enquanto nos vamos despedindo de Mísia, quase uma semana após a notícia da sua morte (as exéquias serão no dia 6 de Agosto, com cerimónia de homenagem e funeral no dia 7), vamos também lendo o que a propósito dela se escreveu ou disse, dos jornais às televisões e às rádios. Mas há sempre algo que fica por dizer, ou desdizer, e quem seguiu de perto a sua carreira desde o início (o que sucedeu no PÚBLICO, que surgiu em 1990, pouco antes do seu primeiro disco, o de 1991, com textos de Mário Jorge Torres, Fernando Magalhães ou Eduardo Prado Coelho) sabe bem das dificuldades que se lhe atravessaram no caminho, da estupidez lusitana que lhe pôs o carimbo de “estrangeira”, dos apupos que ouviu quando cantou pela primeira vez na Grande Noite do Fado após ser apresentada como “uma mulher estranha que quer mudar o nosso Fado”.

O “crime” de Mísia foi apenas este: gravar discos de fado sem os tradicionais patronos e com uma aparência visual que escandalizou os puristas. Mas não o fez por erotismo e sim porque quis ser ela mesma, sem necessidade de se cobrir com um xaile que seria uma espécie de disfarce. Se o tivesse feito já neste

século, toda a gente acharia normal, mas nos anos 1990 fizeram dela um alvo constante. Não deixa de ser caricato que agora, passadas mais de três décadas, venham elogiá-la como “voz do novo fado”, quando essa designação é errada e falha de conteúdo (se houve novo fado, foi Amália a lançar os primeiros dados, como Mísia bem sabia e elogiava). O que Mísia insistiu em fazer desde o início foi dar ao fado novas vozes poéticas que o elevassem, e não travesti-lo de algo que lhe feriria a alma.

Ela conta tudo isto no livro *Animal Sentimental* (Oficina do Livro, Maio de 2022), sem azedume mas com uma mágoa que, embora atenuada com os anos, nunca a abandonou. Nascida no Porto, de mãe catalã e pai portuense, foi ali que começou a cantar nas casas de fado, durante quatro anos. A ida para Barcelona e depois para Madrid, por razões familiares, não a fez cortar os laços com Portugal, aonde regressou logo que pôde. Mas as farpas da antiga maledicência nacional não a pouparam, ignorando ostensivamente as marcas essenciais do seu trabalho, da qualidade poética do repertório aos arranjos musicais. “Só atacavam a imagem, a franja, a minissaia, a roupa urbana.”

Noutros países, pelo contrário, foi muito bem acolhida: “Quando era apresentada em Espanha, tentavam sempre salientar o meu sangue catalão, como se eu lhes pertencesse um pouco. Em Portugal, era chamada a ‘Fadista Japonesa’.” Isso acabou por turvar a sua imagem na opinião pública nacional, enquanto em cidades como Barcelona, Madrid, Istambul, Buenos Aires, Paris, Londres, Nápoles, Tóquio, Nova Iorque, enchia salas e conquistava públicos. Um dia,

em Paris, o cineasta Manoel de Oliveira disse-lhe, após assistir a um concerto dela: “Em Portugal, só há uma estratégia: insistir, insistir, insistir.” E ela insistiu. Como insistia na cultura, na elevação do fado, no diálogo com outras músicas, nas coisas da vida e do mundo – e era de tudo isso ávida, interessadíssima, de uma curiosidade sem fronteiras, fosse na música, na literatura, no cinema, no teatro, na dança, onde quer que a arte fosse arte e não simples ornamento.



Mísia (1955-2024) tinha um último projecto, já esboçado, e falava dele com entusiasmo: criar e gravar uma Missa Fadista, à semelhança da Misa Criolla ou da Misa Flamenca

Além disso, para manter viva a música na sua vida, desdobrava-se em tarefas, contactos (chegou a fazer de secretária de si própria, ao telefone), criando um novo de amizades, para ela essenciais. Detestava a falsidade e, na política, interessava-se sobretudo pelos direitos de cidadania. Entre as suas paixões, contavam-se os animais – a chihuahua *Bonsai* e o garboso gato *Artur* foram seus companheiros de risos e lágrimas. Lutou contra um cancro que acabaria por vencê-la, mas sempre de cabeça levantada, mesmo nos momentos mais dolorosos e insuportáveis.

Se nalguns momentos surgia dura e ríspida, não era mais do que uma forma de defesa contra a mediocridade. Nos estúdios e palcos do mundo, soube rodear-se de grandes criadores (poetas, músicos, arranjadores) que iam dando forma a tudo quanto lhe ia na cabeça, o que se traduziu em trabalhos extraordinários, como é possível conferir na colectânea *Do Primeiro Fado ao Último Tango* (2016) ou nos discos *Pura Vida* (2019) e *Animal Sentimental* (2022).

Ainda tinha um último projecto, já esboçado: criar e gravar uma Missa Fadista, à semelhança da *Misa Criolla*, de Ariel Ramírez; da *Misa Flamenca*, de Ricardo Fernández de Latorre y José Torregrosa; da *Misa Luba*, de Guido Haazen; ou da *Messe des Savanes*, de Robert Wedraogho. Falava dela com o entusiasmo que punha sempre em todos os seus trabalhos, iluminando quem a ouvia com a inteligência dos argumentos e a sinceridade de um sorriso. Não a esqueceremos.

Jornalista. Escreve à quinta-feira

Não há concorrência na alta velocidade sem a CP



Luís Almeida

A ideia de que para haver um pleno mercado liberalizado na alta velocidade será necessário impedir a operadora pública portuguesa de comprar (muitos) comboios nada tem que ver com a pretendida dinâmica concorrencial ou com quotas de mercado.

Sendo nós um país com tanta tradição de “bom aluno” europeu, é estranho que, no setor ferroviário, não se sigam os exemplos – de sucesso – que vêm de fora, quer na gestão da infra-estrutura, quer na operação. Nos países europeus com mais experiência na alta velocidade, o operador público é um *player* relevante que contribuiu para o

equilíbrio concorrencial, a vários níveis. E isso nunca impediu a entrada de operadores privados, e mesmo públicos, de outros países. Só em Espanha, além da Renfe (pública), operam a Ilsa (parte de capital da estatal Trenitália), com o serviço Iryo e Ouigo (filial da pública francesa SNCF Voyageurs), e fazem-no nos mesmos percursos, nas mesmas linhas. Por lá, é considerado um caso de sucesso: três operadores no mesmo corredor de alta velocidade. As vantagens estão ao alcance de qualquer passageiro num *site* de compra de bilhetes. E a natureza das empresas – públicas ou privadas – não foi determinante para a criação deste mercado totalmente liberalizado e concorrencial.

Impedir a CP de assumir uma posição, num contexto de mercado semelhante em Portugal, é comprometer o futuro de todo o transporte ferroviário no nosso país, além da sustentabilidade da própria transportadora.

Aqueles que menos tempo perdem a compreender o fenómeno ferroviário em Portugal talvez ainda não se tenham apercebido de que é o serviço de longo curso (não coberto pelo contrato de serviço público) que permite à CP

equilibrar a operação nas restantes linhas regionais do país. Impedir a CP de operar no mercado de alta velocidade liberalizado terá consequências na prestação de um serviço cada vez mais competente nas regiões que não terão linhas de alta velocidade. Com isso, o transporte ferroviário em Portugal fica condenado e a dependência do modo rodoviário será ainda maior do que a que já se verifica em muitas regiões, como Trás-os-Montes.

Para uma real concorrência, requisito que o Governo anunciou na última semana semana quer, e muito bem, e estimular, a CP terá de ter todas as condições para operar no mercado liberalizado de alta velocidade. Dadas as especificidades da nossa rede – especificidade não é sinónimo de bitola – e o modelo de exploração previsto, sem a CP, Portugal ficará sempre dependente de um operador privado de que se fala vir a existir, mas que, nesta fase, não se conhece publicamente qualquer encomenda de material circulante e, provavelmente, do operador público espanhol que é o único, neste momento, que poderá colocar comboios na rede de alta velocidade portuguesa a curto prazo. E também já de

Itália surgem rumores de interesse na nossa rede. As pretensões da CP, conhecidas há alguns anos, aparentemente não impediram todas estas manifestações de interesse de outros operadores.

Não será certamente a compra de 16 comboios que irá deturpar qualquer concorrência... quando muito, vai estimular os restantes operadores a prestarem mais e melhor serviço. Dar condições ao operador público é, na verdade, uma elegante forma de o Estado garantir mercados perfeitamente concorrenciais a um nível elevado de oferta e qualidade. É o que acontece em Espanha, França, Itália, Alemanha... As quotas de mercado resultaram do interesse que cada um conseguiu suscitar no mercado e não do número de comboios de cada operador. Portugal tem de perder a quase obsessão de alienar a criação de valor e entregá-la fora do país. A alta velocidade é mais uma oportunidade de gerar valor no nosso território, do qual as nossas empresas também terão que beneficiar.

Mestre em Engenharia Civil e especialista em transportes

Bloco de notas para a época de banhos do Governo e da oposição

Memória futura



Manuel Carvalho

O que se tem passado resume-se a um simples princípio: a AD e o PS estão concentrados em olhar para os interesses do seu umbigo

Na sua merecida ida a banhos, o primeiro-ministro e o líder da oposição levam como caderno de encargos a resposta a uma pergunta incontornável: por que razão continuam colados nas sondagens depois de tanto se empenharem em ver quem dá mais em reduções de impostos, aumentos ou cortes de portagens aos portugueses? O país político cristalizou-se numa espécie de reticências. Caiu na armadilha do compasso de espera. As mãos largas para abrir os cordões à bolsa para calar protestos, seduzir corporações e apaziguar a tensão política tornaram-se regra. Com a folga orçamental deixada generosamente pelo anterior Governo, o desleixo e o empate não são o fim do mundo. Mas exigem reflexão. Felizmente, a receita não os premeia. O empate das sondagens é uma forma subliminar de os portugueses manifestarem o seu desconforto pela hegemonia da política partidária sobre a política do interesse público.

As férias chegam no exacto momento em que o duelo começava a ficar indecoroso. Depois da batalha dos anúncios, ou das aprovações de medidas como o IRS e a isenção das Scut, a guerra das mãos largas projectava-se já para o próximo Orçamento. O campo de batalha definido, o da “negociação”, não passa de um engodo. Já percebemos o que o Governo quer disputar nesse terreno: a exclusividade de ser bom para tudo o que mexe. Como sabemos o que quer o PS: aparecer como um paizinho bondoso, a quem o bom povo possa agradecer um aumento ou um subsídio. Haverá na dita “negociação” alguma coisa politicamente crucial, uma reforma, uma visão, um desígnio? Se há, não se consegue ver.

O que até agora se tem passado resume-se a um simples princípio: a AD e o PS estão concentrados em olhar para os interesses do seu umbigo. O país não passa de um cenário vago. Para muitos, os que analisam a vida pública como uma partida de xadrez, não há alternativas. Quando em causa está um Governo frágil e uma oposição forte, abre-se um parêntesis no qual uns e outros lutam pela



DANIEL ROCHA



O empate das sondagens é uma forma subliminar de os portugueses manifestarem o seu desconforto pela hegemonia da política partidária sobre a política do interesse público

hegemonia. Tudo bem, é a democracia a funcionar. O problema, porém, não está no modo como Luís Montenegro e Pedro Nuno Santos se digladiam: está na substância que usam, esse velho *doping* da dádiva, do regabofe da distribuição a tudo e todos apenas porque há dinheiro no cofre.

O Governo de Montenegro é, nesta perspectiva, como a Rússia vista por Churchill: “Um enigma embrulhado num mistério dentro de um enigma.” Sabe-se da sua visão em favor da iniciativa privada, do

estímulo fiscal às empresas ou dos jovens. Desconhece-se tudo o resto. Tornou-se um balcão de atendimento de reclamações. Até agora, dedicou-se a comprar estabilidade, pagando pelo silêncio das corporações. O seu elenco é um luxo se comparado com a manta de retalhos em que se transformaram os últimos governos de António Costa, mas isto de pouco serve. Aqui e ali, como na Educação, na Economia ou na Coesão, vislumbram-se sinais de quem quer governar a sério. Mas onde está uma visão abrangente, um programa, uma ideia de país?

Nota-se por ali o instinto de sobrevivência natural num governo minoritário, uma vontade de mostrar serviço, um desejo de ser amado, uma preocupação em cortar cerce qualquer foco de desestabilização. Não se detecta, pelo contrário, qualquer empenho em tomar medidas que vão para lá da emissão do cheque, em ousar ideias com impacto a longo prazo. Está algures entre o novo-rico desregrado e a corporação de bombeiros sempre pronta a apagar fogos. Não se trata seguramente de um Governo. Entre 1985 e 1987, o Governo minoritário de Cavaco Silva lançou as bases do planeamento e do ordenamento do território, a nova geração de políticas de ambiente, os prenúncios das privatizações, da moderna política de ciência ou a nova geração de políticas autárquicas. Foi premiado com uma vitória de 50,2% nas

eleições que se seguiram.

Infelizmente, o tacticismo de matriz eleitoralista do Governo não encontra no PS um antídoto eficaz. Os socialistas caíram no artil de uma parte do comentário político, sempre disposto a transformar o debate público numa arena de boxe, e entraram no jogo do ombro a ombro. Se o Governo quer “x” reduções no IRS, eles querem “x” mais “y”; se Montenegro pensa nos jovens, Pedro Nuno Santos ataca com a extinção de portagens nas Scut. O que se prenuncia nas “negociações” sobre o Orçamento é, está escrito, um leilão de dádivas, não uma definição de prioridades. Como o PSD, o PS caiu na tentação de acreditar que o que importa é ser bonzinho, é não escolher e não priorizar, é não afrontar interesses ou reivindicações, é dar tudo a todos na esperança de semear para colher uma votação expressiva quando houver eleições. Como Luís Montenegro, Pedro Nuno Santos ainda acredita que o eleitorado português permanece na fase da infância, o tempo em que as crianças se calam com um rebuçado.

É por isso que, passados quatro meses desde o empate das legislativas, os dois partidos continuam empatados. Com esta gestão casuística, ancorada no curto prazo, que eleitor do PS ou do PSD tem razões para mudar de campo? Que motivos têm os descontentes do Chega para reconsiderar? Com a disputa entre um e outro para ver quem mais prebendas distribui, como esperam que um eleitorado que deu uma maioria ao campeão da austeridade, António Costa de seu nome, acredite que o país e o mundo mudaram assim tão radicalmente de um ano para o outro? Como é possível entender que, depois de tanto tempo a dizer-se que não havia condições para dar tudo a todos, vivamos agora o milagre que permite cortes fiscais a oito ou aumentos salariais a rodos para quem seja capaz de organizar uma manifestação suficientemente ruidosa? Quando a esmola é grande, o pobre desconfia.

A persistência do empate é, por isso, um poderoso manifesto político. Uma forma elegante de dizer que não merecem mais. Entre um facilitismo e outro, venha o diabo e escolha. O que pode ser capaz de mudar opiniões é a coragem de abrir caminhos. De propor reformas no Estado, de racionalizar gastos, de exigir mais eficiência nos serviços públicos, de ousar mudanças profundas na Justiça. Medidas que impliquem tensão, ousadia e coragem. Iniciativas que nos garantam um país mais moderno e justo e um Estado mais ágil.

É difícil fazê-lo em minoria? Sem dúvida. Mas se a minoria servir apenas como cenário para o eleitoralismo, como está a ser, por que razão há-de um eleitor mudar de opinião? Talvez Montenegro e Pedro Nuno Santos possam perceber sob o sol e o mar o que está em causa com o empate. Um sinal de desdém por esta forma velha e relha de fazer política, quem sabe.

Jornalista

Viúvas de antigos combatentes sem direito a medicamentos gratuitos

Abrangência da medida anunciada para os ex-combatentes suscita dúvidas. Ministro da Defesa reúne-se hoje com a Liga dos Combatentes, que reivindica também aumento dos suplementos de pensão

Maria Lopes

É uma reivindicação antiga dos antigos combatentes, mas foi apenas parcialmente atendida pelo Governo: estes ex-combatentes que sejam pensionistas passarão a ter acesso gratuito a todos os medicamentos participados da lista do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, mas a medida não será extensível às viúvas e viúvos de combatentes como a Liga reclama há muitos anos.

O PÚBLICO questionou o gabinete do ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, sobre a abrangência da medida, nomeadamente se era extensível às viúvas e viúvos dos antigos combatentes, como acontece com outras benesses, como o acesso gratuito aos transportes públicos e museus ou a isenção de taxas moderadoras no SNS, e também qual a natureza de medicação incluída nesta medida, ou seja, se se trata de todos os medicamentos, dos participados, ou dos medicamentos para doenças crónicas, por exemplo.

A assessoria de Nuno Melo esclareceu que a medida não será aplicada aos cônjuges sobreviventes. E que para os antigos combatentes pensionistas inclui todos os medicamentos participados que figuram na listagem do SNS. As medidas anunciadas serão concretizadas através de uma portaria a publicar em breve, promete o ministério, e irão entrar em vigor com o Orçamento do Estado para 2025.

Quem partilha das dúvidas acerca da abrangência das medidas e até da sua execução temporal são os antigos combatentes, afirmou ao PÚBLICO o presidente da Liga dos Combatentes. “O que foi tornado público pelo senhor ministro é uma medida mais do que oportuna e mais do que justa. Foi um primeiro passo na área da saúde sobre o que reivindicamos, mas terá de ser mais bem esclarecido como vai ser implementado e tem de ser regulamentado, porque há dúvidas generalizadas [sobre quem pode beneficiar das medidas.]”

Na passada semana, o Governo anunciou, no meio de um pacote de medidas para valorizar e tornar mais atractiva a carreira militar, que os pensionistas beneficiários do Estatuto do Antigo Combatente (EAC) passarão a ter a comparticipação total dos medicamentos que lhes forem prescritos, bastando apresentar o seu



Militares portugueses combatem na Guerra do Ultramar

cartão. Os ex-combatentes não pensionistas e que não beneficiam do EAC terão direito a uma comparticipação de 90% dos medicamentos psicofármacos (usados, por exemplo, em situações de stress pós-traumático) que lhes forem prescritos.

A medida entra em vigor em Janeiro, mas será faseada em dois anos, à razão de 50% do que resta da comparticipação – ou seja, se se tratar de um medicamento comparticipado pelo Estado em 20%, em 2025 passa a ser de 60% e em 2026 chega aos 100%. A estimativa de custo em plena aplicação é de cerca de 20 milhões de euros anuais.

Caderno de encargos

A Liga tem recebido perguntas de muitos associados nos últimos dias, descreve o tenente-coronel Joaquim Chito Rodrigues – que hoje à tarde se reúne com o ministro Nuno Melo e a quem vai deixar o agradecimento dos antigos combatentes por par-

te das suas reivindicações terem sido respondidas no apoio medicamentoso, mas também insistir no resto do caderno de encargos que todos os anos têm enviado à tutela, que inclui o apoio médico e social. Chito Rodrigues afirma que vai defender a necessidade de o apoio dos medicamentos gratuitos ser extensível às viúvas e viúvos.

Nesse caderno de encargos constam, por exemplo, a actualização das pensões e dos diversos suplementos criados em 2002, mas que foram reduzidos substancialmente em 2009 e que então passaram a ser sujeitos a IRS, aponta o tenente-coronel. Trata-se do complemento especial de pensão (que corresponde a 3,5% do valor da pensão por cada ano de prestação de serviço militar e que é pago em Outubro, correspondendo a 14 mensalidades), do acréscimo vitalício de pensão, e do suplemento especial de pensão (para quem prestou serviço em condições especiais de dificulda-

de ou perigo nos teatros de operações), enumera este responsável, que defende que os suplementos devem regressar ao valor inicial e retirados da tributação em sede de IRS.

“É a esmola de Outubro, como lhes chamam os combatentes”, diz o tenente-coronel sobre o corte a que foram sujeitos em 2009, que no caso do suplemento especial de pensão passou a fixar-se entre 75 e 150 euros anuais consoante o tempo de serviço sob situação de perigosidade.

A actualização dos suplementos seria o “reconhecimento material aberto pela lei em 2002 e que o EAC de 2020 esqueceu, porque se limitou a fazer um reconhecimento moral” do muito que os combatentes deram ao país. “Estamos num período em que todas as classes profissionais acharam que deviam ser melhoradas, como os professores, os polícias, os funcionários judiciais... E os antigos combatentes foram deixados de lado”, diz o tenente-coronel, numa

alusão ao facto de os militares das Forças Armadas irem receber também o suplemento de 300 euros acordado com as forças de segurança.

“Houve o reconhecimento moral [dos antigos combatentes] com a criação do cartão, com o uso da bandeira em cima do caixão, os transportes gratuitos, a isenção das taxas moderadoras no SNS, a entrada nos museus, a preferência na habitação social, por exemplo. Mas falta o resto...”, lamenta o tenente-coronel, que lembra a idade avançada de muitos antigos combatentes. “Se demoram muito, qualquer dia já morreram todos...”

Em 2002, no Governo de António Guterres, quando foi criado o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes para efeitos de aposentação e reforma (que criou os dois suplementos), haveria então 450 mil antigos combatentes. “Hoje não chegarão aos 300 mil”, estima Chito Rodrigues.

Afinal, faltavam *emails*. Ruela e MNE enviam nova documentação aos deputados

Joana Mesquita

Assessora do Presidente encontrou o *email* em que recebeu a primeira instrução para lidar com o “caso das gémeas”

Maria João Ruela, consultora da Casa Civil para os Assuntos Sociais, Sociedade e Comunidades, enviou dois novos *emails* para a comissão parlamentar de inquérito (CPI) ao caso das gémeas, e um deles corresponde à primeira instrução recebida pela consultora para lidar com o caso. Também o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) encontrou documentação, relacionada com a naturalização das duas crianças, que ainda não tinha sido remetida para a comissão e que já foi enviada.

Durante a sua audição em sede de inquérito, Ruela não conseguiu explicar como é que recebeu ordens para dar sequência ao processo, o que gerou tensão com o líder do Chega, André Ventura. Um ofício vindo de Belém chegou a tempo para, ainda durante o depoimento da assessora, esclarecer as dúvidas: a informação teria sido passada a Maria João Ruela, em papel, por Fernando Frutuoso de Melo, chefe da Casa Civil. A nova documentação enviada para a comissão contradiz esta versão.

A 25 de Julho, no dia a seguir à sua audição, Maria João Ruela enviou para a comissão de inquérito nova documentação, que não constava da inicialmente remetida para a CPI e para a Procuradoria-Geral da República (PGR), avançou o *Correio da Manhã* e confirmou o PÚBLICO.

Também o Ministério de Negócios Estrangeiros e a secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas encontraram documentação e *emails* que ainda não tinham sido enviados à comissão de inquérito, noticiou o mesmo jornal, uma informação também confirmada pelo PÚBLICO.

De acordo com fonte parlamentar ouvida pelo PÚBLICO, a nova informação, já remetida para a CPI, estará relacionada com o processo de obtenção de nacionalidade das duas crianças.

Era sabido que o Presidente da República reenviou o pedido do filho, Nuno Rebelo de Sousa, para o chefe da Casa Civil, perguntando se “Maria João Ruela pode perceber do que se trata”. Faltava, contudo, saber como é que a solicitação chegou à assessora.

Inicialmente, Ruela argumentou que Frutuoso de Melo lhe reenviou o *email* de Marcelo Rebelo de Sousa. Mas, confrontada com o facto de essa documentação não ter sido enviada para o Parlamento, admitiu a possibilidade de ter tomado conhecimento do caso verbalmente. O líder do Chega não se mostrou esclarecido com as explicações de Ruela e os dois protagonizaram um momento de críspação, com André

Ventura a pressionar a assessora para dizer “a verdade”.

No início da segunda ronda de perguntas a Maria João Ruela, na comissão de inquérito, um ofício vindo da Casa Civil deu conta de que o processo das gémeas foi passado à consultora pelo chefe da Casa Civil em papel, justificando assim a ausência de um *email* na caixa de correio da antiga jornalista.

A nova documentação enviada

Ministério dos Negócios Estrangeiros remeteu para a CPI dados sobre a naturalização das gémeas



Maria João Ruela, assessora em Belém, na audição realizada, no Parlamento, no passado mês de Julho

Comissão parlamentar de inquérito

Marcelo recusa responder já à CPI e vai ponderar se o fará no final de todas as audições

O Presidente da República já fez saber que não vai prestar esclarecimentos na comissão parlamentar de inquérito ao “caso das gémeas”, pelo menos nesta fase, reservando-se o direito de aguardar pelo final de todas as audições para então decidir se voltará a abordar o assunto, “por forma a ponderar se existe matéria que o justifique”.

Em comunicado publicado ontem no *site* da Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa lembra que “não responde” “politicamente pelo desempenho do seu mandato, perante qualquer órgão ou instituição pública”. E, por isso mesmo, “não se encontra obrigado a pronun-

ciar-se a solicitação desses órgãos ou instituições públicas”.

Numa carta dividida em seis pontos, enviada ao presidente da Assembleia da República e agora tornada pública pela Presidência, o chefe de Estado começa por acusar a recepção da carta de José Pedro Aguiar-Branco, a quem lembra que “apenas responde politicamente perante o povo que o elegeu, e, nos termos do seu artigo 130.º, perante o Supremo Tribunal de Justiça”.

Nesse sentido, “não se encontra obrigado a pronunciar-se a solicitação” de

órgãos ou instituições públicas, como a Assembleia da República, reforça Marcelo Rebelo de Sousa.

“Se o entender relevante”, o Presidente da República tem “a faculdade” de se pronunciar “com ou sem solicitação, directamente perante os portugueses ou, também, no quadro de tais entidades”, acrescenta.

Sublinhando que “um número elevado de cidadãos irá ainda ser ouvido” na comissão de inquérito, o Presidente, “que já se pronunciou publicamente sobre a temática em apreço”, remete “a sua decisão



pela assessora para a comissão contradiz esta versão, já que, um dia depois de ter sido ouvida, Ruela encontrou um *email* em que Frutuoso de Melo lhe reencaminha o *email* inicial do Presidente da República, sem acrescentar mais informação.

De acordo com as respostas do gabinete de imprensa da Presidência da República ao PÚBLICO, no segundo *email*, Frutuoso de Melo envia a Ruela a notícia do *Expresso* que dá conta da disponibilidade do Governo para ajudar a criança luso-canadiana também diagnosticada com atrofia muscular espinhal (a mesma doença das gémeas luso-brasileiras e da bebé Matilde, a primeira criança a ser tratada com o medicamento Zolgensma em Portugal).

É também neste *email* que o chefe da Casa Civil dá a indicação para se encaminhar o caso das gémeas para o gabinete do primeiro-ministro e para a Secretaria de Estado das Comunidades. Segundo o gabinete de imprensa de Belém, já foi “dado conhecimento à PGR” do ofício remetido para a CPI.

Ontem, André Ventura tentou, mais uma vez, capitalizar politicamente com a CPI constituída pelo seu partido, atirando novamente ao Presidente. Em conferência de imprensa na sede nacional do partido, o líder do Chega defendeu que a entrega de novos elementos por parte da Presidência da República à comissão de inquérito “está no limiar da legalidade”.

quanto a nova pronúncia, para momento posterior a todos os testemunhos, por forma a ponderar se existe matéria que o justifique”.

Marcelo Rebelo de Sousa foi convidado a prestar esclarecimentos na comissão parlamentar de inquérito ao “caso das gémeas” e tinha ficado de anunciar a sua decisão esta semana.

O Presidente da República surge envolvido no “caso das gémeas” depois de ter reenviado para o chefe da Casa Civil um *email* do seu filho. Nessa comunicação, Nuno Rebelo de Sousa pergunta ao pai se “pode ajudar” as duas crianças luso-brasileiras a receberem o tratamento para a atrofia muscular espinhal. **J.M.**

Violência contra mulheres: falhas nos apoios financeiros e na formação

As intermitências no financiamento prejudicam o apoio às vítimas. E a falta de formação também, aponta investigadora, cuja tese sustenta que muitos médicos se abstêm de intervir

Ana Cristina Pereira

A Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica faz dez anos em Portugal. Foi sendo transposta para o quadro legal e para as políticas públicas, mas os seus pressupostos ainda não foram incorporados por quem lida com as vítimas. Quem o afirma é Joana Torres, professora de Criminologia da Universidade da Maia. Fã-lo com base na tese de doutoramento sobre respostas políticas e institucionais à violência de género na intimidade, que defendeu na Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Entrevistou 75 pessoas - nove vítimas, 12 especialistas, 54 polícias, magistrados, médicos, técnicos de apoio à vítima. E cruzou o que ouviu com os relatórios do grupo de peritos avaliadores da convenção, adoptada em 2011 em Istambul, ratificada pelo Parlamento português em 2013 e em vigor desde 1 de Agosto de 2014.

Constatou que “os diferentes grupos profissionais que actuam nas várias respostas apresentam diferentes níveis de domínio das dinâmicas do fenómeno e percepção da sua responsabilidade”. E que, apesar dos avanços, “a resposta das instituições continua a ser amplamente marcada pela aleatoriedade”. Também verificou que “a formação dos profissionais se revela insuficiente para garantir uma resposta adequada”. E que “o cruzamento de diferentes respostas, exigida nestes casos, intensifica a possibilidade de, em algum momento do processo, a vítima se deparar com episódios de vitimação secundária”.

Crenças enraizadas

No plano teórico, parece tudo bem. Portugal ajustou legislação e produziu nova. A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação está alinhada com a convenção. O plano de acção para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, também. Na

prática, falta muito. “Ainda não operacionalizamos uma leitura de género do problema”, salienta. “Ainda estamos a tentar que as pessoas entendam que estamos inseridos num sistema patriarcal.”

Essa tem sido uma das insistências do grupo de peritos avaliadores da convenção nos relatórios sobre Portugal. “O primeiro grande entrave reside nos próprios quadros de referência das pessoas, que se vertem nas práticas profissionais”, explica Joana Torres. Há “crenças e práticas enraizadas que acabam por verter para o desempenho profissional.”

Nas entrevistas que fez, Joana Torres coligiu “narrativas e observações muito culpabilizadoras das vítimas em todos os serviços”. “Continuamos, por exemplo, a dizer que as vítimas devem apresentar queixa.” Como se ainda valesse a velha ideia de que entre briga de marido e mulher não se deve meter a colher. Até ouviu vários polícias e magistrados defenderem que se deveria tirar às vítimas a possibilidade de se remeterem ao silêncio. “Quando dizemos uma coisa destas, não entendemos nada das dinâmicas por trás da violência de género na intimidade.”

Sintomáticas são também “as narrativas sobre ‘verdadeira violência doméstica’, nitidamente associada a um perfil de vítima estereotipado”: frágil, submissa, abnegada. E as “percepções sobre mães alienadoras, que instrumentalizam a violência doméstica como forma de retaliação aos pais”. E “os discursos focados na possibilidade de medidas que permitam ‘uma oportunidade para o agressor’, que tiram legitimidade aos sentimentos das vítimas”.

Para Joana Torres, tudo isso é problemático. “Estamos a passar às vítimas uma mensagem contraditória sobre o rompimento das relações violentas: se, por um lado, verbalizamos mensagens de não tolerância à violência de género na intimidade, por outro, parece que continuamos a esperar das vítimas

passividade e compaixão para com o seu agressor.”

Posto isto, recomenda que as respostas policiais sejam “alvo de um investimento efectivo ao nível formativo”. E que mais “respostas especializadas, nomeadamente em tribunais, devem ser incrementadas”. “O sistema criminal necessita de garantir a efectiva punição da violência de género na intimidade. Para tal, deve investir em meios de produção de prova e formação de profissionais para tornar a sua obtenção mais eficaz, abstendo-se de responsabilizar a vítima.”

Médicos lavam as mãos

Poucas vítimas vão à polícia, menos ainda chegam aos tribunais, mas todas recorrem aos serviços de saúde. Ao entrevistar médicos, a investigadora deu demasiadas vezes com o “desconhecimento do seu papel” e “recusa de envolvimento”.

“Não reconhecem que se trata de uma questão de saúde pública”, diz. Uma vez mais, há uma contradição entre a prática corrente e o reconhecimento formal. “Muitos médicos não se sentem responsáveis”, nota. Priorizam o trabalho, não têm tempo, “não se querem envolver em processos que depois acabam por implicar deslocções ao tribunal”. Também têm “desconhecimento sobre o fenómeno e as suas dinâmicas abusivas”. E isso leva a “práticas graves de violência institucional”. Não se refere apenas a omissão de actuação face a um crime público, também a tentativas de mediação entre o agressor e a vítima. Os casos de mediação surgiram nas conversas com médicos dos centros de saúde. Esses profissionais, “ao fazerem acompanhamento familiar, estão também expostos a dinâmicas relacionais”. São o médico de quem agride e de quem é agredido.

No seu entender, “os profissionais de saúde carecem de um maior envolvimento



Grupo de trabalho revê actuação das polícias

Um grupo de trabalho com a missão de aperfeiçoar os mecanismos a adoptar pela GNR, PSP e Polícia Judiciária nas 72 horas seguintes à apresentação de denúncia por maus tratos cometidos em contexto de violência doméstica foi criado ontem por despacho.

O grupo de trabalho tem como objectivos a criação, através de projectos-piloto, de redes de urgência de intervenção, e a análise do actual modelo de organização dos Gabinetes de Apoio à Vítima nos

Departamentos de Investigação e Acção Penal. O despacho

determina ainda que o grupo acompanhe a revisão do modelo de avaliação e gestão do grau de risco da vítima e a sua posterior implementação. Rever o manual de actuação, integrando contributos da GNR, da PSP e da PJ, e aperfeiçoar a implementação do novo auto de notícia/denúncia-padrão de violência doméstica são outros objectivos do grupo, composto por representantes do Governo, da PGR, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e das três forças policiais. Este despacho foi publicado duas semanas após o primeiro-ministro, Luís Montenegro, anunciar no Parlamento a criação de um grupo de trabalho transversal para responder ao problema da violência doméstica. **Lusa**





FOTOGRAFIAS: MANUEL ROBERTO

Na sequência das recomendações Portugal vai alargar linha de apoio a vítimas de violência doméstica

Ana Cristina Pereira

Portugal admitiu ao Comité das Partes representadas na Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica que o seu Serviço de Informação às Vítimas ainda não está conforme o tratado. E prometeu mudar isso até ao final deste ano.

O relatório submetido por Portugal remonta a 20 de Junho. Responde às últimas recomendações do Grupo de Peritos para o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Grevio) ao Estado português, adoptadas pelo Comité das Partes em 2022.

O Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica foi criado em Novembro de 1998. Inclui um número de telefone (800 202 148), uma linha SMS (3060) e um endereço de correio electrónico (violencia@cig.gov.pt). Gratuito e confidencial, é assegurado pela Comissão para a Igualdade e a Cidadania 24 horas por dia. O Grevio apontou para a necessidade de reorganização do serviço, para que garanta apoio e informação a vítimas de todas as formas de violência previstas na Convenção de Istambul, como perseguição, mutilação genital feminina, esterilização forçada, casamento forçado.

Portugal respondeu que até ao final do ano o serviço será reestruturado. O plano de acção 2023-2026 prevê que este apoio seja ajustado a pessoas com deficiência e abranja todas as formas de violência contra as mulheres e violência doméstica.

O Grevio também notou que faltam centros de crise para vítimas de agressões sexuais, incluindo violação. E chamou a atenção para a desigualdade

de do nível de resposta no país e para a obrigação de as monitorizar. A isso, Portugal respondeu que a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica integra 223 centros de atendimento, 39 casas-abrigo e 24 estruturas de emergência. Esta rede cobre 80% do território nacional e envolve cerca de 630 profissionais.

No que diz respeito à recolha de dados, “desde Março de 2020 que se faz monitorização mensal e anual”. E isso permite fazer a caracterização sociodemográfica das vítimas, mas também da actividade das estruturas de apoio nas suas várias valências.

Na sua avaliação, o Grevio tinha referido que faltava alterar a legislação nacional de violência sexual, incluindo o crime de violação, por forma a aquela ficar alinhada com a Convenção de Istambul. Portugal respondeu que o Código Penal já foi mudado.

No ano passado, foi reforçada a protecção das vítimas de crimes contra a liberdade sexual. Por exemplo, mesmo quando o procedimento criminal depender de queixa, o Ministério Público pode avançar sempre que o interesse da vítima o aconselhe.

A equipa também pediu a Portugal que garantisse as ordens de afastamento do agressor em relação a todas as formas de violência, incluindo importunação, casamento forçado, mutilação genital feminina, não só violência doméstica.

No relatório, as autoridades portuguesas respondem que essa possibilidade existe. Recuperam dados de 2020 e 2021 que mostram um aumento, por exemplo, de retirada da residência (317 para 464), prisão preventiva (8141 para 166), proibição de contactos com a vítima (559 para 760).

mento e de um reconhecimento de violência de género na intimidade como um problema de saúde pública, que faz parte do seu âmbito de actuação, devendo ser investidos esforços para a capacitação destes profissionais na identificação e sinalização dos casos, assim como na desconstrução da questão do sigilo profissional e da obrigatoriedade de denúncia, sem expor as vítimas a um maior risco”.

Outros profissionais também beneficiariam de formação. “Todas estas questões que surgem a montante baseiam-se, logo num primeiro momento, num afastamento da formação inicial de profissionais nas próprias universidades para as temáticas de direitos humanos, que deveriam ser transversais aos cursos superiores oferecidos em Portugal.”

Rede subfinanciada

Nas últimas duas décadas, o país foi criando uma Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. As diversas respostas são desenvolvidas por organizações não governamentais com financiamento público e supervisão da Comissão para a Igual-

dade e a Cidadania, em articulação com a Segurança Social. As estruturas financiadas pela Segurança Social têm estabilidade, mas muitas dependem de financiamentos europeus. E essas sofreram quebras na transição de quadros comunitários.

Os especialistas e profissionais daqueles serviços dão conta das várias consequências que tal modo de financiamento tem no trabalho que vai sendo feito. Desde logo, as organizações desfocam-se do objectivo essencial. Para garantir a sua sustentabilidade e assegurar que dispõem de recursos humanos, trabalham em diferentes frentes. Quais as consequências dessa dispersão? “Respostas desenquadradas do sistema em rede e dos pressupostos de actua-

Vigora um sistema de precariedade laboral para os profissionais que trabalham nestas respostas

ção assumidos por Portugal”.

Os financiamentos públicos, além de incertos, são curtos. “Vigora um sistema de precariedade laboral para os profissionais que trabalham nestas respostas”, o que leva muitos a afastarem-se. Sem dinheiro suficiente, as organizações pagam “ordenados desajustados” e mantêm os profissionais muitas vezes desmotivados. Como com os valores pagos não conseguem contratar gente suficiente, recorrem a voluntários e a estagiários.

Para as vítimas, também há consequências. Há um risco de interrupção de serviços. As beneficiárias conformam-se com a descontinuidade da intervenção ou são forçadas a procurar novas respostas.

“É essencial firmar um verdadeiro compromisso com as políticas públicas na área da igualdade, em consonância com as obrigações internacionais assumidas”, recomenda Joana Torres. Não lhe parece aceitável que o Estado português surja “como promotor de sistemas impulsadores de precariedade laboral e de competição entre respostas à violência de género na intimidade”.



MANUEL ROBERTO

Agressor proibido de contactar com a vítima em 760 casos em 2021

Contratação de professores reformados será feita através de uma bolsa

Clara Viana

Ministro da Educação admite que incentivos para professores colocados sejam contemplados no OE para 2025

A contratação de professores reformados para colmatar necessidades das escolas será feita a partir de uma bolsa que agregue os docentes nesta situação que estejam “disponíveis para aceitação do serviço docente”. Esta foi uma das novas propostas que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) apresentou ontem aos sindicatos de professores, no âmbito do Plano+Aulas+Sucesso destinado a reduzir o número de alunos sem professores já no próximo ano lectivo.

Os docentes serão ordenados nesta bolsa por grupo de recrutamento (disciplina) e “de acordo com a graduação profissional que detinham à data da respectiva aposentação”. A graduação profissional é calculada sobretudo com base no tempo de serviço, sendo utilizada para a ordenação dos docentes nos concursos nacionais de colocação. O MECI adiantou ainda que os docentes aposentados que sejam colocados a dar aulas celebrarão um “contrato de trabalho a termo resolutivo certo”. Rece-

berão “uma compensação adicional correspondente ao índice remuneratório do 1.º escalão” da carreira (cerca de 1400 euros líquidos).

Na segunda e última ronda de negociações sobre aquele plano, o MECI apresentou alterações à sua proposta inicial que foram entendidas pelos sindicatos como uma “aproximação” às questões que levantaram. Apesar deste entendimento, tanto a Federação Nacional de Professores (Fenprof) como a Federação Nacional da Educação (FNE) insistiram ontem que o plano “não vai resolver o problema” da falta de docentes. Decidiram, contudo, não requerer uma negociação suplementar por compreenderem “a necessidade de algumas medidas de carácter imediato” e para “não inviabilizar” a aplicação destas medidas no próximo ano lectivo.

Mesmo sendo um “plano de emergência, precisava de conter incentivos à deslocação, incentivos à habitação”, frisou o secretário-geral adjunto da Fenprof, José Feliciano da Costa. Em declarações aos jornalistas no final das negociações, o ministro da Educação, Fernando Alexandre, admitiu que tais incentivos possam ser implementados “no próximo ano lectivo”, mas ressaltou que é preciso conhecer primeiro os resultados dos concursos de professores. “Se tivermos, como é expectável, dificuldades em suprir as



Cerca de 20 mil alunos estavam sem professor no fim do 1.º período

necessidades na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, que é onde temos as maiores dificuldades neste compromisso de redução significativa de alunos sem aulas, obviamente medidas adicionais poderão ser necessárias”, disse.

A falha no algoritmo

O principal objectivo do Plano+Aulas+Sucesso é o de garantir que em Dezembro exista uma redução de 90% de alunos sem aulas em relação aos valores registados no último ano lectivo (20 mil sem professor no final do 1.º período).

O plano do MECI prevê também que os docentes com idade para se reformar possam manter-se a dar aulas desde que existam horas lectivas por preencher no seu grupo de recrutamento. Estes professores contarão com mais 750 euros mensais. Uma das principais medidas para colmatar a falta de professores será, contudo, o reforço do número de horas extraordinárias autorizadas, que passarão de cinco para dez. O MECI insistiu ontem que este reforço só será atribuído se existir acordo expresso do docente”. Nos termos do Estatuto da Carreira Docente

(ECD), os docentes não podem recusar a prestação de horas extraordinárias, desde que estas não ultrapassem as cinco horas por semana.

Nas reuniões com os sindicatos, o ministério informou que vários dos problemas na colocação de professores se deveram a uma “falha no algoritmo” dos concursos. Devido a essa falha, 91 professores afectos aos novos 63 Quadros de Zona Pedagógica foram excluídos após terem manifestado as suas preferências de colocação. O ministério está agora a contactá-los para resolver a situação.

Em 2014, era ministro Nuno Crato, uma fórmula matemática errada utilizada para ordenar cerca de 40 mil professores contratados criou o caos no concurso, com docentes a serem colocados em várias escolas: um deles chegou a ser destacado para 75. Na sequência deste erro, o então responsável pela Direcção-Geral da Administração Escolar apresentou a demissão. No sábado, na sequência das falhas nos concursos deste ano, Fernando Alexandre exonerou a responsável pela DGAE. Os pontos de contacto não acabam aqui. Mário Pereira foi substituído no cargo por Maria Luísa Oliveira, que esta semana foi também chamada a substituir a exonerada Susana Castanheiro Lopes à frente da DGAE. **com Lusa**

Colesterol alto e perda de visão podem aumentar o risco de desenvolver demência, conclui estudo

Daniela Carmo

Quase metade dos casos de demência poderia ser evitada se existisse um trabalho preventivo, desde a infância e ao longo da vida. Eram já conhecidas 12 determinantes de risco para o desenvolvimento de demência, numa lista a que se juntam agora o colesterol alto e a perda de visão, segundo consta das conclusões apresentadas ontem pela *The Lancet*.

O relatório de 2024, denominado *Prevenção, intervenção e cuidados com a demência* e elaborado pela Comissão para a Prevenção e Cuidados da Demência da *Lancet*, conclui que “o potencial para prevenir e controlar melhor a demência é alto se as acções para combater esses factores de risco começarem na infância e continuarem por toda a

vida, mesmo em indivíduos com alto risco genético de demência”.

O documento deixa 13 recomendações que podem ajudar a reduzir a incidência de demência: prevenir e tratar a perda auditiva, a perda de visão e a depressão de forma eficaz; ser cognitivamente activo ao longo de toda a vida; usar protecção para a cabeça durante a prática de desportos de contacto; reduzir os factores de risco cardiovascular (colesterol e tensão arterial alta, diabetes, obesidade); melhorar a qualidade do ar; e garantir ambientes de apoio comunitário para aumentar o contacto social.

Na análise de 2017, os investigadores da comissão da *Lancet* concluíam já que um em cada três casos de demência é evitável se se trabalhar na prevenção. Aumentar a educação durante os primeiros anos de vida e apostar no combate à perda

de audição continuam a ser recomendados como formas de reduzir a incidência de demência.

“Agora temos evidências mais fortes de que a exposição prolongada ao risco tem um efeito mais acentuado e que os riscos se verificam mais fortemente em pessoas vulneráveis. Por isso, é fundamental que redobremos os esforços preventivos para aqueles que mais precisam deles”, afirma o autor principal, Gill Livingston, professor da University College London, no Reino Unido, num comunicado à imprensa.



A prevenção da demência, que deverá afectar 153 milhões de pessoas em 2050, começa na infância

Quanto às duas novas determinantes de risco, estão associadas pelos investigadores a 9% de todos os casos de demência – 7% dos casos atribuíveis ao chamado colesterol “mau” – por volta dos 40 anos e 2% à perda de visão não tratada na vida adulta.

No que respeita ao colesterol, o estudo concluiu que os participantes que não aderiram às recomendações (comer pelo menos três porções semanais de frutas, legumes e peixe; evitar bebidas açucaradas e carne preparada, como salsichas) tinham maior probabilidade de ter colesterol alto.

“Após um acompanhamento médio de nove anos, as pessoas com baixa adesão a essas directrizes tinham maior probabilidade de desenvolver tipos de demência diferentes da doença de Alzheimer do que as pessoas com alta adesão”, refere

o estudo, concluindo que “o colesterol LDL alto na meia-idade é um factor de risco para demência”.

Os investigadores notam, por outro lado, que “cada vez mais evidência apoia uma associação entre a perda de visão e o risco de demência”. “O tratamento da perda visual é eficaz e económico para cerca de 90% das pessoas; no entanto, nos países de baixo rendimento, a perda visual geralmente não é tratada.”

Segundo as previsões, as pessoas com demência quase triplicarão até 2050 em todo o mundo, passando de 57 milhões em 2019 para 153 milhões, o que leva os autores a reforçarem os apelos à luta contra os restantes factores de risco: baixos níveis de educação, deficiência auditiva, tabagismo, obesidade, depressão, inactividade física, diabetes e o consumo excessivo de álcool, entre outros.

MP conclui que 11 alunos de escola do Vimioso foram vítimas de abusos

Ana Cristina Pereira

Ministro da Educação já disse que agressões constituem “um caso de violência gravíssimo”, que “terá de ter consequências”

Chamaram-lhe “exame à próstata”. Durante dois dias, 11 alunos do Agrupamento de Escolas do Vimioso foram agarrados por colegas, forçados a debruçarem-se numa mesa do bar da escola e sujeitos a gestos e movimentos de cariz sexual. O Ministério Público (MP) chama-lhes factos tipificados como crimes de abuso sexual. Os 11 agressores (nove com menos de 16 anos) terão agora de cumprir um plano de conduta.

Os acontecimentos, que o ministro da Educação, Fernando Alexandre, qualificou como “um caso de violência gravíssimo”, que “terá de ter consequências”, vieram a público como um caso de sodomia. Um rapaz de 11 anos contou que foi agarrado por três alunos mais velhos, um dos quais o irmão, e levado para o bar, com o argumento de que lhe iam fazer “um exame à próstata”. Um deles baixou-lhe as calças e os *boxers*. Sentiu várias palmadas nas nádegas e algo no ânus. Estava convencido de que lhe tinham enfiado um cabo de vassoura.

Ao que se pode ler no despacho final do Inquérito Tutelar Educativo, o exame forense detectou vestígios de agressão física (“três escoriações

avermelhadas” no fundo das costas). Quanto à agressão de cariz sexual, “é possível, mas não é demonstrável”.

No decurso da investigação, foram vistos vídeos feitos pelos alunos. O rapaz surge num dos vídeos analisados, “rindo francamente quando é agarrado pelos suspeitos”. Ninguém declarou tê-lo visto ser sodomizado. E à magistrada do MP “não se afigura credível que não tivesse gritado ou chorado”.

Concluiu que o rapaz foi agarrado pelas pernas e pelos braços por dois rapazes mais velhos. Já no bar, foi empurrado para cima de uma mesa por outros dois; mais dois vieram segurá-lo; um outro “colocou-se na sua traseira, junto às nádegas, apoiou

a mão direita sobre as nádegas e passou a fazer, por segundos, movimentos de anca, para trás e para a frente, simulando uma penetração anal; um baixou-lhe as calças e deu-lhe uma palmada; e outro deu-lhe uma palmada já sobre a roupa. Pelo menos mais dez rapazes passaram por situação análoga nos dias 18 e 19 de Janeiro.

A magistrada do MP acabou por determinar a suspensão provisória do processo a nove menores de 16 anos em troca do cumprimento de um plano de conduta que inclui “não praticar qualquer tipo de ilícito da mesma natureza”, “frequentar a escola com assiduidade, zelo, empenho, pontualidade” e “frequentar programa a implementar pela Direcção-Geral de

Reinserção dos Serviços Prisionais (DGRSP) com incidência na sexualidade, respeito pelo corpo humano e privacidade”. Quatro têm ainda de cumprir 20 horas de tarefas a favor da comunidade.

Quando tudo aconteceu, dois estudantes já tinham completado 16 anos, pelo que já têm responsabilidade criminal. O MP promoveu a suspensão provisória do processo, na condição de os arguidos cumprirem trabalho comunitário e a frequência do programa da DGRSP. A procuradora concluiu que os jovens agiram “em conjugação de esforços, com o propósito de satisfazerem os seus instintos sexuais e libidinosos”, praticando sobre os ofendidos, com idades entre os 11 e os 14 anos, “actos de natureza e conteúdo sexual”, embora soubessem que “colocavam em causa os sentimentos de pudor, vergonha e intimidade” das vítimas. “Os jovens demonstram agir em contexto de grupo de pares, com mais dificuldade em avaliar as consequências da sua conduta e do impacto que estas podem ter nos outros.”

Em comunicado, o conselho geral do Agrupamento de Escolas de Vimioso alega que a direcção escolar tratou o caso da alegada sodomização “de forma adequada”, lembrando os processos disciplinares instaurados aos alunos envolvidos “na alegada brincadeira de exame à próstata”. Todavia, omite o facto de 11 alunos terem estado envolvidos nos abusos de outros 11. **com Lusa**



Os autores das agressões terão de cumprir um plano de conduta

Ministério vai avaliar proposta de aumento salarial dos enfermeiros, diz plataforma

Ana Maia

O Ministério da Saúde retirou de cima da mesa a proposta inicial de aumentos de 52 euros e aceitou analisar a proposta da plataforma Compromisso pela Enfermagem – que junta cinco sindicatos – de aumentos faseados, até 2026, de dois índices remuneratórios da tabela da carreira de enfermagem, que corresponderão a cerca de 400 euros, disse ao PÚBLICO Pedro Costa, do Sindicato dos Enfermeiros. A próxima reunião está marcada para 12 de Setembro.

A retirada da proposta de aumentos de 52 euros, “só para quem estava no início de cada uma das categorias da carreira”, salienta Pedro Costa, foi

encarada pela plataforma como “um sinal positivo”. Assim como a abertura do ministério para analisar a contraproposta de aumentos de dois índices remuneratórios de forma faseada. “O ministério disse que vai analisar o impacto orçamental diluído até 2026”, disse Pedro Costa, frisando que o aumento de dois índices remuneratórios é “uma linha vermelha” da qual não abrirão mão. “Se nada acontecer, vamos partir para formas de luta”, reforçou.

Do encontro de ontem ficou também a possibilidade de existirem aumentos ainda este ano, acrescentou Emanuel Boeiro, do Sindicato Nacional dos Enfermeiros. “A 12 de Setembro esperamos concretizar

uma proposta de aumento salarial já para 2024”, disse à saída da reunião entre sindicatos e ministério. “Ficou acordado que a 1 de Novembro haverá um aumento salarial para todos os enfermeiros”, adiantou posteriormente ao PÚBLICO, referindo que o valor não ficou definido. Lembrando que “é preciso parar com a sangria da emigração”, Emanuel Boeiro deixou um apelo à intervenção de Luís Mon-



Próxima ronda negocial entre sindicatos de enfermeiros e ministério terá lugar no dia 12 de Setembro

tenegro. “Apesar da boa vontade dos ministérios da Saúde e das Finanças, há opções políticas que só o primeiro-ministro pode autorizar.”

Já o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses optou por manter a greve nacional de amanhã. “A proposta [do Governo] continua a ser inadmissível e, por isso, os enfermeiros terão razões acrescidas para manifestar a sua fortíssima indignação com a greve”, afirmou, adiantando que a tutela propôs, na grelha salarial da categoria de enfermeiro, um aumento de 52 euros para todas as posições remuneratórias. Nas grelhas salariais de enfermeiro-especialista e enfermeiro-gestor, o “Governo propõe não alterar grelha nenhuma”, acrescentou.

Estado compra acções da Global Media na Lusa

Ministro dos Assuntos Parlamentares aponta o “compromisso do Governo com o serviço público de jornalismo”

O Estado comprou ontem a participação de 45,71% que a Global Media e a Páginas Civilizadas detinham da Lusa por 2,49 milhões de euros, passando a deter 95,86% do capital da agência noticiosa.

Os contratos foram assinados nas instalações da agência Lusa, em Lisboa, entre a subdirectora da Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, Lurdes Castro, em representação do Estado, Marco Galinha, das Páginas Civilizadas, e Vitor Coutinho, Diogo Queirós de Andrade e Mafalda Campos Forte, pelo grupo Global Media.

Com esta decisão, o Estado fica detentor de 95,86% do capital da agência noticiosa portuguesa, que tem as participações minoritárias da NP – Notícias de Portugal (2,72%), PÚBLICO (1,38%), RTP (0,03%), O Primeiro de Janeiro, SA e Empresa do Diário do Minho, Lda, cada um com 0,01%. A Global Media detinha uma participação de 23,36% da Lusa e a sua accionista Páginas Civilizadas outros 22,35%.

A Páginas Civilizadas tinha uma dívida de mais de um milhão de euros ao Estado, que foi subtraída ao valor total da aquisição, “pelo que o valor líquido da operação é de 1.489.933,65 euros”, lê-se num comunicado enviado às redacções pelo gabinete do ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte. “A operação permite ao Estado assumir opções estratégicas da agência de notícias, no âmbito do contrato de concessão de serviço público, que será revisto.”

O anterior Governo, chefiado por António Costa (PS), pretendia avançar com a compra das participações da Global Media e Páginas Civilizadas, mas, em 30 de Novembro de 2023, o negócio falhou por “falta de consenso político alargado”, tendo agora sido retomado pelo executivo PSD-CDS de Luís Montenegro, que tomou posse em Abril.

Os planos do anterior executivo passavam pela gratuidade do serviço da Lusa, desconhecendo-se, por enquanto, quais as intenções do Governo da AD em relação à agência noticiosa, para além do anúncio da revisão do contrato de concessão de serviço público.

Local Protocolo foi assinado há meio ano

NELSON GARRIDO



Trabalhos estarão terminados até Dezembro de 2024, segundo o acordo celebrado pela Câmara de Matosinhos, CP e IP

Obras para reabrir Linha de Leixões a passageiros arrancam em Agosto

Infra-Estruturas de Portugal diz que todas as estações e apeadeiros serão dotados de sinalética, abrigos, mobiliário urbano, iluminação e expositores para informação ao público

Carlos Cipriano

Seis meses depois do protocolo assinado entre a Infra-Estruturas de Portugal (IP), a CP e a Câmara de Matosinhos para prepararem a Linha de Leixões para o serviço de passageiros, vão ter início as obras de construção de plataformas provisórias nos dois novos apeadeiros de Hospital de São João e Arroiteia. Trata-se, na prática, de criar duas paragens em dois locais onde nunca houve paragem de comboios (a linha fechou ao serviço de passageiros em 1987) e que agora se justificam pelo potencial de tráfego existente nas proximidades.

Já na antiga estação de São Gemil vai ser necessário construir uma

plataforma para os passageiros poderem entrar e sair dos comboios, bem como altear a já existente por forma a ficar nivelada com a entrada das composições. Em Contumil, estação que é comum à Linha do Minho, será necessário altear duas plataformas para poder servir os comboios destinados ao ramal de Leixões.

De acordo com fonte oficial da IP, “todas as dependências existentes e novas serão dotadas de sinalética, abrigos, mobiliário urbano, iluminação, expositores para informação ao público e infra-estruturas para instalação de equipamentos de venda e validação”, ficando assim estas estações com condições idênticas às de toda a rede de suburbanos do Porto.

A mesma fonte diz que “o valor de investimento envolvido ascende a cerca de 700 mil euros e as intervenções, tal como está definido no protocolo assinado pela IP, o Município de Matosinhos e a CP, serão concluídas até Dezembro de 2024”.

Por parte da Câmara de Matosinhos, esta obriga-se a “garantir as acessibilidades e as correspondentes condições de segurança às novas paragens de Hospital de São João e Arroiteia, a partir da actual malha urbana, priorizando a mobilidade activa”, e realizar os trabalhos de requalificação e beneficiação das acessibilidades às estações de São Mamede Infesta e Leça do Balio. Nesta última, o município terá de fazer a ligação das passagens supe-

riores pedonais sobre a via-férrea e duas estradas existentes na proximidade da zona da Lionesa.

Fonte oficial do município diz que “o arranque dos trabalhos carece da necessária articulação e calendarização das obras a realizar pela IP, prevendo-se a execução durante o último quadrimestre do ano em curso, mantendo o prazo de abertura protocolado para o mês de Dezembro de 2024”.

CP dependente das obras

A CP, sendo a empresa transportadora, só entra em cena quando as infra-estruturas assim o permitirem. E foi isso que a empresa respondeu ao PÚBLICO: “À CP apenas compete promover a exploração do serviço

ferroviário de passageiros na Linha de Leixões e, para que tal aconteça, estamos dependentes das obras estruturais e de beneficiação que foram assumidas pela IP e pelo município de Matosinhos.”

Ainda assim, o operador ferroviário terá de pagar um milhão de euros que será distribuído pela IP e Câmara de Matosinhos, visto que o protocolo estima em três milhões os custos da reabertura, divididos em partes iguais pelas três entidades.

A CP, para já, apenas tem de preparar os horários dos comboios e preparar a oferta que deverá ser de duas composições por hora em cada sentido, sendo que uma só circula entre Leça do Balio e Campanhã e a outra deverá seguir para Aveiro.

Como funciona o sistema que dá vitória com mais de 66% de votos à oposição

Projeções do estudo Altavista dão 66,23% a González e 31,39% a Maduro. O estudo foi verificado por três professores universitários, sendo baseado em dados recolhidos por observadores nas mesas

André Certá

Segundo uma projecção dos votos realizada por uma ONG venezuelana e verificada por investigadores brasileiros, a vitória nas eleições presidenciais na Venezuela de domingo pertence a Edmundo González, candidato da coligação de oposição, com 66,23% dos votos, derrotando assim Nicolás Maduro, vencedor contestado que teve a vitória atribuída pelas autoridades eleitorais do país.

O sistema empregado no estudo (ao qual foi dado o nome de Altavista) é conhecido como tabulação paralela do voto (na sigla inglesa, PVT) e recolheu actas verificadas de 997 mesas, escolhidas tendo em conta o historial de votação nas eleições anteriores, tendo tido 1500 representantes espalhados pela Venezuela. O estudo analisou os dados em bruto recolhidos directamente dos códigos presentes nos relatórios de votações das mesas. A ONG venezuelana presente no terreno, segundo o comunicado enviado para as redacções, escolheu permanecer anónima, devido ao medo de repercussões.

A metodologia foi verificada e aperfeiçoada pelos professores universitários Dalson Figueiredo, da Universidade Federal de Pernambuco, e Raphael Nishimura e Walter R. Mebane, da Universidade de Michigan. Para ambos os candidatos, a margem de erro da organização é de 0,5%. A participação geral, calculada pelo estudo, é de 60,79%.

Apesar da diferença dos dados para os que foram divulgados oficialmente pelo Conselho Nacional de Eleições da Venezuela (CNE), Raphael Nishimura afirma que o seu papel não é fazer alegações sobre as eleições.

“O nosso papel não é dizer se o que foi divulgado pelo CNE aconteceu ou não, o nosso trabalho é estabelecer uma estimativa o mais apurada possível dos votos, e que difere do que foi divulgado pelo CNE, mas não queremos fazer qualquer tipo de alegação do que pode ou não ter acontecido com os dados oficiais da Venezuela”, afirma Raphael Nishimura à televisão brasileira SBT, que afirmou “não saber muitos detalhes” sobre quem é este grupo venezuelano, contando apenas que era somente “um grupo independente”.

No sistema eleitoral venezuelano, o voto é simultaneamente electrónico



Mural de apoio a Nicolás Maduro, a quem foi atribuída a vitória nas eleições, o que gerou muitos protestos

Lula e Biden querem actas para validar resultado na Venezuela

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem que reconhecerá o resultado no país quando as actas forem apresentadas e “for consagrado que as actas são verdadeiras”, tendo também considerado que nada de “anormal” se passou no país.

“Na hora em que estiveram apresentadas as actas, e for consagrado que as actas são verdadeiras, todos nós temos a obrigação de reconhecer o resultado eleitoral na Venezuela”, afirmou Lula numa entrevista dada à televisão regional do estado brasileiro de Mato Grosso, TV Centro América.

“Temos uma briga. Como é que se resolve a briga? Apresenta a acta. Se a acta tiver dúvidas (...), a oposição entra com recurso e espera na justiça. E aí vai ter uma decisão que vamos ter de acatar”, referiu

também Lula, acrescentando que está “convencido de que é um processo normal e tranquilo” e que “o que é preciso é que as pessoas que não concordam tenham o direito de se expressar e provar que não concordam”.



“Não tem nada de grave, nem de assustador”, disse ainda Lula, que considerou que cabe mesmo à justiça resolver o conflito entre o Governo da Venezuela e a oposição.

O Presidente brasileiro e o Presidente dos EUA, Joe Biden, conversaram ao telefone na noite de terça, durante cerca de trinta minutos, sobre a situação na Venezuela depois das eleições realizadas no domingo.

No comunicado divulgado pela Casa Branca sobre a chamada, lê-se que ambos “concordaram com a necessidade de as autoridades eleitorais venezuelanas divulgarem imediatamente dados completos, transparentes e pormenorizados sobre a votação a nível das assembleias de voto”, tendo Biden agradecido a Lula “pela sua liderança na questão da Venezuela”. **André Certá**

co e em papel. Segundo o Conselho Nacional de Eleições, quando se entra numa mesa de voto e depois de registar que já se votou, o primeiro passo é seleccionar, num dispositivo electrónico, o candidato em quem o votante pretende votar. Depois de escolher, o dispositivo gera um comprovativo de voto com o candidato seleccionado no computador, que é inserido numa urna.

As votações electrónicas são encriptadas e geram uma acta de votações impressa, que faz a contagem dos votos e encripta os dados, acessíveis e verificáveis em códigos QR que mostram as votações. Os representantes das ONG associadas à contagem, presentes nas mesas de voto, tiraram fotografias a esses códigos, servindo como base para os resultados da organização.

Ontem, o Centro Carter, que foi convidado pelas autoridades venezuelanas a participar na observação do processo eleitoral, concluiu que estas eleições “não podem ser consideradas democráticas”.

“As eleições presidenciais de 2024 na Venezuela não respeitaram os parâmetros e as normas internacionais de integridade eleitoral e não podem ser consideradas democráticas”, declarou o Centro Carter, que enviou 17 peritos e observadores que trabalharam um pouco por toda a Venezuela a partir de 29 de Junho. Como indica o nome, o centro foi fundado pelo ex-Presidente norte-americano Jimmy Carter, que, em 2012, tinha afirmado que o sistema eleitoral venezuelano era “o melhor do mundo”.

No entanto, a organização considerou agora que “o processo eleitoral de 2024 na Venezuela não cumpriu as normas internacionais de integridade eleitoral em nenhuma das suas fases relevantes e violou numerosos preceitos da própria legislação do país”, especificamente a restrição de liberdades de “actores políticos, organizações da sociedade civil e meios de comunicação social”, constata.

Além destas restrições, o centro considerou também que as autoridades eleitorais foram parciais na forma como actuaram, quer no registo de partidos, quer nas dificuldades de registo eleitoral dos votantes, tendo criticado também o maior destaque dado à campanha bolivariana na comunicação social.

Kamala Harris anuncia candidato democrata a vice-presidente dos EUA até terça-feira

António Saraiva Lima

Harris vai ser confirmada como candidata democrata nos próximos dias e já tem agendados comícios com o seu “vice” em vários estados

A equipa de campanha de Kamala Harris anunciou na terça-feira à noite que a mais do que provável candidata do Partido Democrata à eleição presidencial norte-americana, marcada para 5 de Novembro, vai iniciar na terça-feira da próxima semana uma série de comícios nos chamados “swing states” já com a pessoa escolhida para concorrer à vice-presidência dos Estados Unidos.

Harris e a sua escolha para “vice” vão dar o pontapé de saída em Filadélfia, no estado da Pensilvânia, tendo ainda previsto participar em comícios no Wisconsin, no Arizona, no Michigan e na Georgia, entre outros estados considerados decisivos para o desfecho da eleição presidencial, onde os democratas terão como adversário o ex-Presidente Donald Trump, candidato do Partido Republicano.

A escolha de Filadélfia parece atribuir algum favoritismo a Josh Shapiro, como candidato a vice-presidente. O governador da Pensilvânia é o mais popular da história moderna do estado, de acordo com uma sondagem divulgada em Abril, e é visto como um trunfo para convencer o



Vice-presidente dos EUA desafiou Trump para um debate

eleitorado republicano do território a votar nos democratas.

Os outros nomes que já foram apontados a uma candidatura democrata à vice-presidência são os do senador do Arizona, Mark Kelly, do governador do Minnesota, Tim Walz, do secretário dos Transportes, Pete Buttigieg, e do governador do Kentucky, Andy Beshear. O governador da Carolina do Norte, Roy Cooper, também chegou a ser sugerido como hipótese, mas o próprio já se descartou da corrida.

Questionada na terça-feira pelos jornalistas se já tinha escolhido o seu “running mate”, Harris garantiu que “ainda não”, e uma fonte com conhecimento sobre o processo de selec-

ção e de avaliação dos possíveis candidatos disse à CNN que a própria Harris não tinha entrevistado formalmente nenhum deles. O que se sabe é que o antigo procurador-geral Eric Holder Jr. e a sua sociedade de advogados já fizeram algumas entrevistas e estão a investigar a fundo o passado

Josh Shapiro e Mark Kelly são alguns dos nomes apontados como possíveis candidatos a “vice”

e outras informações dos nomes que estão em cima da mesa.

Quando Kamala Harris e o “seu” candidato a vice-presidente começarem a maratona de comícios a partir de terça-feira, dia 6 de Agosto, tudo indica que Harris terá o apoio oficial do Partido Democrata para concorrer à Casa Branca.

Num comunicado divulgado na terça-feira, o Comité Nacional Democrata indicou que os seus delegados vão levar a cabo uma votação online entre quinta e segunda-feira para confirmar a escolha de Harris como candidata do partido, garantindo, dessa forma, que têm um nome para substituir Joe Biden antes da convenção nacional do partido, que decorrerá entre os dias 19 e 22 de Agosto, em Chicago (Illinois).

Comício na Georgia

Pressionado pelas dúvidas sobre o seu estado de saúde físico e mental, o Presidente dos EUA anunciou há dez dias que se retirava da corrida eleitoral contra Trump e que oferecia o seu apoio à candidatura de Kamala Harris, actual vice-presidente norte-americana.

A desistência de Biden e a entrada em cena de Harris deram um empurrão à campanha democrata e, de acordo com as sondagens, retiraram algum do favoritismo que Trump parecia ter granjeado nas últimas semanas, particularmente depois do desempenho desastroso do Presidente democrata num deba-

te televisivo e da tentativa de assassinio do candidato republicano num comício na Pensilvânia em meados deste mês.

Harris arrecadou cerca de 200 milhões de dólares em donativos e viu 170 mil novos voluntários juntarem-se à campanha em apenas uma semana. E tem-se desdobrado em comícios e eventos para tentar recuperar o tempo perdido e mobilizar os desmobilizados de Biden, consciente de que a corrida está totalmente em aberto.

Na terça-feira à noite, esteve em Atlanta, na Georgia, estado que o Presidente conquistou na eleição de 2020, contra Trump, e que foi decisivo para a vitória do Partido Democrata nessa votação.

“Sou muito clara: o caminho para a Casa Branca passa por este estado. Todos vocês nos ajudaram a vencer em 2020 e vamos fazê-lo novamente em 2024”, afirmou a vice-presidente dos EUA, discursando para dez mil apoiantes. “Donald Trump está a senti-lo”, atirou ainda, criticando as políticas e o perfil do ex-Presidente e de J.D. Vance, candidato republicano à vice-presidência, rotulando-os de “esquisitos” (“weird”, no original).

Depois, citada pelo *Washington Post*, desafiou Trump a debater consigo: “Donald, espero que reconsidere [e] que se junte a mim no palco de um debate. Como diz o ditado: ‘Se tem algo para me dizer, diga-o na minha cara.’”

Putin duplica bónus a voluntários depois de Kiev resistir a um dos maiores ataques da Rússia

Beatriz Magalhães

O Presidente russo, Vladimir Putin, duplicou os pagamentos adiantados para voluntários que se juntarem à guerra na Ucrânia, ao mesmo tempo que são reforçados os ataques contra Kiev. Na madrugada passada, 89 *drones* e um míssil foram lançados pela Rússia, naquele que é considerado um dos maiores ataques de *drones* desde o início do conflito entre os dois países.

Ao assinarem um contrato com o Exército, os voluntários russos receberão agora um pagamento adiantado de 400 mil rublos, cerca de 4288 euros. Todos os recrutas recebem também dinheiro adicional por par-

ticipar em ofensivas ou destruir tanques inimigos e outras máquinas de combate. Segundo as autoridades russas, cerca de 190 mil pessoas já se ofereceram este ano para lutar na Ucrânia, um número que compara com os 490 mil contratos assinados em 2023.

Ataque russo durou 7 horas

O ataque com *drones* por parte da Rússia teve como alvo principal a região central de Kiev, onde as autoridades locais garantiram que a Força Aérea abateu mais de 40 aparelhos.

Do ataque, que durou mais de sete horas, não se registam vítimas ou danos, de acordo com Serhiy Pospko, o chefe da administração



Putin reforça recrutamento

militar de Kiev, no Telegram.

Para Volodymyr Zelensky, “este é um resultado importante”. O Presidente ucraniano defende que, com o “fornecimento suficiente”, os ucranianos podem “proteger totalmente os seus céus dos ataques russos”. Segundo os militares ucranianos, foi também atingida, em resposta, uma instalação de armazenamento de armas e equipamentos militares na região russa de Kursk.

Na semana passada, em visita à China, Dmitry Kuleba, ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, disse estar disponível para negociar um cessar-fogo com a Rússia, mas afirmou querer ver “boa-fé” da parte do Kremlin. Segundo Kuleba, a Ucrâ-

nia “está preparada para entrar num processo negocial com o lado russo a dada altura, quando a Rússia estiver preparada para negociar em boa-fé”, sublinhando, apesar disso, que “essa vontade não é actualmente observada no lado russo”.

O ataque da noite passada afasta agora ainda mais a perspectiva de um cessar-fogo. Para Kiev, é inaceitável negociar com a Rússia um acordo que não inclua a retirada imediata das tropas russas dos territórios ocupados, enquanto Moscovo considera as quatro regiões que ocupa parcialmente (Lugansk, Donetsk, Kherson e Zaporíjia) parte do seu território e quer o reconhecimento das anexações. **Texto editado por Ivo Neto**

Se houver ruandização de Cabo Delgado, a população não será a primeira a reclamar

António Rodrigues

Empresa ligada ao regime ruandês contratada pela TotalEnergies para fazer segurança, enquanto a tropa ruandesa é bem vista

Abusos da população, extorsão, execuções de suspeitos, prisões arbitrárias por acusação de auxílio ao terrorismo que acabam maioritariamente arquivadas por falta de provas, o rasto de violações que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) deixam em Cabo Delgado provocaram a animosidade da população que levou mesmo a um ataque de civis contra soldados moçambicanos que a 9 de Julho terá feito dois ou cinco mortos, dependendo dos relatos, em Macomia.

Numa altura em que a Força de Defesa do Ruanda (FDR) reforçou o contingente para cerca de 4500 soldados, de forma a obstar à saída da missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SAMIM), e empresas ligadas ao regime do Presidente do Ruanda, Paul Kagame, e ao seu partido ganham contratos da TotalEnergies, a relação com o Ruanda tornou-se ambivalente: por um lado, a população confia mais a sua segurança aos militares ruandeses, por outro, há quem se pergunte se não estará o Ruanda a colonizar a província do Norte de Moçambique.

Os abusos dos militares moçambicanos, na sua maioria provenientes do centro e Sul do país e que não conhecem o território e não dominam a língua suaíli, ao contrário dos ruandeses, fizeram crescer a desconfiança e a animosidade das populações. A revolta violenta das gentes em Macomia surgiu em reacção à morte de um vendedor do mercado, atingido a tiro por um militar por estar na rua depois do recolher obrigatório.

Porém, segundo o *site* Cabo Ligado, esse foi apenas o derradeiro de uma série de incidentes. Em Junho, a Unidade de Intervenção Rápida, força especial da Polícia Nacional, foi acusada de extorquir e deter arbitrariamente pessoas em Macomia. A relação cívico-militar chegou a tal ponto que, mesmo estando numa zona de ataques dos insurgentes do Al-Shabab, os manifestantes exigiram a saída das FADM e a sua substituição pelos soldados ruandeses.

“É a primeira vez em décadas que a população local passou a confiar num indivíduo com uniforme militar. Num cenário de ausência de instituições da justiça e de desconfiança em

relação à polícia moçambicana, é junto dos ruandeses que a população se vai muitas vezes queixar”, diz ao PÚBLICO o investigador moçambicano João Feijó, do Observatório do Meio Rural.

A FDR tem tido uma presença reduzida em Macomia, tendo-lhe sido atribuída a responsabilidade operacional por Palma, Mocimboa da Praia, Nangade, Muidumbe Ancuabe/Chiure. Porém, com a saída da SAMIM, é provável que os ruandeses estendam a sua influência a zonas antes atribuídas à missão da organização regional (SADC), como Macomia.

“Em Palma e Afungi, a situação está segura e não existem relatos de circulação ou ataques de insurgentes há muitos meses”, acrescenta o investigador, autor de vários estudos sobre o conflito em Cabo Delgado. “Num raio de 50 a 70 quilómetros de Afungi, o Exército do Ruanda e a TotalEnergies conceberam o melhor projecto de contra-terrorismo e de contra-insurgência. Os ruandeses são disciplinados, eficientes, estão bem equipados, falam as línguas locais e conseguem comunicar com a população, de quem conquistaram a confiança e a colaboração.”

Onde as FADM são arrogantes, violentas, desconfiadas e hostis, não perdendo oportunidade de ganhar dinheiro à custa da população, e ainda recebem o apoio das estruturas locais do partido no poder (Frelimo), as FDR fazem trabalho comunitário e investem em instalações, material



escolar e electrodomésticos (como em Ntowe, no distrito de Mocimboa da Praia) ou gastam 25 mil dólares para construir o mercado municipal em Mocimboa da Praia.

“Através do Pamoja Tunaweza, um programa de responsabilidade social, ao longo dos anos de 2022 e 2023, a TotalEnergies criou inúmeros empregos locais, promovendo uma economia circular que ajudou a estabilizar o conflito. Apoia comerciantes, pescadores, criadores de gado e camponeses”, explica Feijó.

Mesmo com esses feitos, há quem olhe para a crescente influência em Cabo Delgado com desconfiança. Não só pelo aumento do contingente militar, também pela extensão dessa presença através de contratos da TotalEnergies, a multinacional francesa que

Soldados ruandeses fazendo trabalho comunitário. Em baixo: os presidentes ruandês e moçambicano em Cabo Delgado

Onde as FADM são arrogantes e hostis, as FDR fazem trabalho comunitário e investem em instalações escolares



é a principal parceira do projecto Mozambique LNG para exploração de gás natural na bacia do Rovuma, com empresas ruandesas, como a Isco Global, uma empresa de segurança ligada ao Presidente ruandês e ao partido no poder.

A Isco Segurança, criada em *joint venture* com uma moçambicana para garantir a segurança não armada das instalações em Afungi – onde estão a ser construídas as infra-estruturas de liquefacção do gás natural (LNG) para ser exportado –, tem segundo o *site* Zitamar News quase 400 funcionários. A Isco Global, que detém 70% da Isco Segurança, é uma subsidiária da Crystal Ventures, grupo de investimento fundado pela Frente Patriótica do Ruanda, o grupo rebelde liderado por Kagame que é o partido no poder há três décadas no Ruanda.

O Centro para a Democracia e Direitos Humanos, no seu boletim de 19 de Julho, fala de informações que dão este como o primeiro passo para um futuro em que as FDR, presentes em Cabo Delgado desde meados de 2021, serão substituídas por “empresas de segurança privada dominadas pelo regime de Kigali, sobretudo na zona dos projectos de LNG”.

O embaixador francês em Moçambique, Yann Pradeau, em entrevista ao *Savana*, afirmava que o seu país era o maior interessado numa “solução ruandesa” para o conflito, sublinhando que a França tem uma “relação muito forte com o Ruanda” em diversas áreas, nomeadamente a área de Defesa: “Nós trabalhamos directamente com os ruandeses em matéria de cooperação armada.”

João Feijó diz que há certo exagero na forma como a presença de duas ou três empresas ruandesas é encarada, até porque “os grandes beneficiários de contratos” são “empresas sul-africanas, há mais tempo implementadas na região”. Algumas em “sociedade com empresários moçambicanos”.

“A realidade é que alguns empresários moçambicanos, pouco competitivos e habituados a favorecimentos políticos, que não conhecem a realidade local, sentem agora esta competição ruandesa e ficam bastante zangados”, explica. Depois, há também a inveja de gente da Frelimo que traz, de “forma camuflada, este assunto dos ruandeses e da soberania nacional para os *media*”.

O investigador lembra que “a esmagadora maioria dos funcionários das poucas empresas ruandesas que estão a operar em Afungi são cidadãos moçambicanos, da mesma forma que são moçambicanos os funcionários das empresas sul-africanas”.



Dois ex-gestores do BES condenados a pagar pela falência do banco

Tribunal considerou que Pedro Mosqueira do Amaral e Ricardo Abecassis já tinham conhecimento da situação de falência iminente do BES cerca de um mês antes de esta se materializar

Rafaela Burd Relvas

Pedro Mosqueira do Amaral e Ricardo Abecassis, antigos administradores do Banco Espírito Santo (BES), foram condenados a pagar cerca de 30 mil euros, cada um, por actos anteriores ao colapso do banco que acabariam por prejudicar os agora credores da instituição falida.

O valor, que será integrado na massa falida do BES para ressarcir os lesados que reclamam o dinheiro que perderam, fica muito abaixo daquele que era exigido pela comissão liquidatária do banco, mas a decisão abre um precedente para os casos de outros administradores a quem também é exigido que paguem por actos prejudiciais ao banco e seus credores, com Ricardo Salgado à cabeça.

A decisão surge no âmbito do processo de insolvência do BES, que decorre no Tribunal do Comércio de Lisboa desde 2016. Em causa está a chamada resolução em benefício da massa insolvente, um mecanismo que, em processos de insolvência, permite anular actos praticados pelos devedores que se prove terem prejudicado os credores – na prática, obrigando-os a devolver dinheiro ou outros bens. No caso do BES, foi ainda em 2018 que a comissão liquidatária do banco requereu a resolução em benefício da massa a vários antigos gestores do banco, que acusava de terem ocultado património ou praticado actos que, agora, põem em causa o pagamento do dinheiro devido aos credores do BES.

Em concreto, os liquidatários consideraram que 15 ex-administradores cometeram, ao longo dos dois anos anteriores à falência do BES, actos que foram prejudiciais para a instituição. Ao todo, exigiam mais de 20 milhões de euros a este grupo de antigos administradores, destacando-se Ricardo Salgado, o antigo presidente executivo do BES, a quem a comissão liquidatária requereu mais de nove milhões de euros.

A análise às resoluções em benefício da massa tem vindo, contudo, a arrastar-se nos últimos seis anos, já que está dependente da conclusão

de uma outra parte do processo de insolvência que decorre em simultâneo: a qualificação da insolvência, que a comissão liquidatária considera ter sido culposa, isto é, que terá sido a gestão da administração a levar o banco ao colapso.

O juiz responsável pelo processo considerou que, antes de decidir sobre as resoluções em benefício da massa, terá de haver decisões quanto à culpa dos gestores. Contudo, também o incidente de qualificação de insolvência foi suspenso, por decisão do mesmo juiz, que entendeu que só depois de haver uma decisão em primeira instância no processo-crime do universo empresarial Espírito Santo deverá ser analisada a qualificação da insolvência do banco. A fase de julgamento desse processo,

20

milhões de euros, dos quais nove milhões a Ricardo Salgado, era o valor que os liquidatários exigiam a um grupo de 15 antigos administradores do BES

em que serão apuradas as responsabilidades pelo colapso do Grupo Espírito Santo (GES), só irá arrancar em Setembro, depois de terminadas as férias judiciais.

Actos de “má-fé”

É este cenário, a que se juntam as reclamações de créditos e as mais de 1500 impugnações ainda a serem analisadas, que tem vindo a paralisar grande parte do processo de insolvência do BES.

Mas os casos de Pedro Mosqueira do Amaral, antigo administrador não executivo do BES e gestor da empresa alemã BES Beteiligungs, e de Ricardo Abecassis, antigo administrador do BES Investimento no Brasil, acabaram por avançar antes dos restantes, uma vez que os dois já conheceram um desfecho no incidente de qualificação da insolvência ainda em 2020: ambos foram ilibados de culpa pela falência do banco.

Ainda que tenham sido ilibados de culpa pela falência, os dois continuaram a ser visados nas resoluções em benefício da massa. Em ambos os casos, a comissão liquidatária argumentou que, tendo em conta as funções que desempenhavam na administração do BES e do GES, os dois antigos gestores pertenciam ao “restrito grupo de pessoas” que não só conheciam a situação de insolvência iminente do BES, como teriam, também, conhecimento dos actos de gestão danosa que acabariam por conduzir ao colapso do banco.

Assim, os liquidatários consideraram que estes antigos gestores sabiam que “os seus movimentos a débito estavam a prejudicar a massa insolvente do BES, em detrimento dos credores”, e que, portanto, deveria presumir-se a “má-fé” quanto a estes movimentos, realizados nos dois anos anteriores à resolução do banco, entre 3 de Agosto de 2012 e 3 de Agosto de 2014 (foi no dia seguinte, a 4 de Agosto de 2014, que o Banco de Portugal aplicou a medida de resolução sobre o BES).

A comissão liquidatária exigiu cerca de 382 mil euros a Pedro Mosqueira do Amaral e perto de 4,2 milhões a Ricardo Abecassis.

Ambos os gestores impugnaram as respectivas resoluções em benefício da massa, rejeitando que tivessem de pagar qualquer valor, e, em 2022, o Tribunal do Comércio de Lisboa deu-lhes razão. A comissão liquidatária recorreu desta decisão junto do Tribunal da Relação de Lisboa, que alterou o desfecho deste processo, dando razão aos liquidatários, mas apenas parcialmente: os juízes consideraram que os dois ex-gestores teriam, de facto, consciência da situação de falência iminente do BES, tal como argumentado pelos liquidatários, mas apenas nas últimas semanas de funcionamento do banco.

O tribunal decidiu, assim, que a resolução em benefício da massa seria considerada válida apenas para os movimentos a débito realizados entre 1 de Julho de 2014 e 1 de Agosto de 2014.

A decisão, já transitada em julga-



O Banco Espírito Santo entrou colapso há dez anos, sendo alvo de resoluções

Supervisão actual “curva-se menos a sensações de

O actual sistema regulatório de supervisão “é muito robusto”, e “curva-se menos às sensações de poder que possam existir”, defendeu ontem o presidente executivo do BPI, a propósito da queda do BES, ocorrida há dez anos. João Pedro Oliveira Costa afirmou que os actuais líderes do sector “são menos banqueiros e mais bancários, e isso é importante”, numa alusão directa à gestão familiar do BES.

O CEO do BPI falava sobre o BES no final da conferência de imprensa de apresentação de resultados semestrais do banco. E não foi o único, no dia em que



HUGO CORREIA/REUTERS



ão em Agosto de 2014

poder que possam existir”, diz CEO do BPI

também a CGD e o BCP apresentaram contas. “Aconteceram coisas muito importantes nestes dez anos”, afirmou o presidente da Caixa, destacando “uma supervisão bastante mais activa e, até, intrusiva”, a criação de novos critérios para a nomeação de administradores, “que não são infalíveis mas são melhores do que no passado”, um maior rigor na concessão de crédito, a introdução da obrigatoriedade dos beneficiários últimos de cada empresa que contraia crédito, ou a separação entre a actividade financeira e não financeira. Assim, considerou Paulo Macedo,

“há uma melhoria da supervisão e há uma melhoria da *governance*. Havia muito mais complacência que, hoje, não existe”.

Já Miguel Maya, presidente executivo do BCP, defendeu que “a maioria das instituições financeiras aprendeu o que foi mal feito, mas também o que foi bem feito, não só no BES, mas também noutras instituições”. O CEO destacou que, desde então, a supervisão do sector bancário mudou “muitíssimo” e que “é muito mais eficiente actualmente”. “Temos um sector bancário muito forte”, e isso “é melhor para a economia e melhor para a sociedade.” **R.S. e R.B.R.**

do, leva a que cada um destes gestores tenha de pagar cerca de 30 mil euros, um valor que a comissão liquidatária já pediu aos visados, aguardando o pagamento.

Mosqueira do Amaral e Abecassis são os primeiros antigos gestores a serem condenados a pagar pela insolvência do banco, mas não os primeiros a aceitar fazê-lo.

Em 2021, João Faria Rodrigues, outro dos ex-gestores a quem a comissão liquidatária exigia dinheiro para integrar na massa falida da instituição, chegou a acordo e aceitou pagar 5750 euros, metade do que lhe era requerido.

Estão ainda por resolver, assim, os casos dos restantes 12 antigos administradores a quem a comissão liquidatária continua a exigir dinheiro. Não há um prazo previsto para que sejam conhecidas decisões sobre estes casos.

Falido em 2014

Processo de reclamação de créditos do BES avança em Setembro

Rafaela Burd Relvas

A análise às reclamações de créditos no âmbito do processo de insolvência do Banco Espírito Santo (BES) deverá conhecer avanços a partir de Setembro, altura em que os magistrados responsáveis pelo caso esperam que seja possível iniciar o julgamento das centenas de impugnações às listas de credores reconhecidos. O banco “mau” que resultou da resolução do BES – separado do que foi na altura do conjunto de activos que vieram a tornar-se o Novo Banco – mantém, ainda assim, um saldo negativo nas contas, sendo, para já, incapaz de satisfazer as obrigações para com os credores que tentam recuperar o dinheiro investido há dez anos.

Falido em 2014, só dois anos depois é que teve início o processo de insolvência do BES. Os avanços desde então têm sido escassos: foi só em 2019 que a comissão liquidatária divulgou a lista dos credores reconhecidos e não reconhecidos, depois de ter recebido cerca de 32.500 reclamações de créditos, apresentadas por 23.960 reclamantes. Acabaram por ser reconhecidos 4955 credores, com um montante total de créditos validados de pouco mais de cinco mil milhões de euros.

Mais tarde, acabaram por dar entrada no Tribunal do Comércio de Lisboa, onde decorre o processo de insolvência do BES, cerca de duas mil impugnações às listas de credores, que ainda estão a ser analisadas. Várias destas foram extintas, na maioria dos casos por falta de pagamento da taxa de justiça. Por esta altura, há cerca de 1650 impugnações, que estão a ser analisadas por quatro magistrados. O objectivo é que os julgamentos das impugnações comecem em Setembro, embora não haja garantias de que isso seja possível.

Só quando estiverem concluídos estes passos poderá haver algum avanço no ressarcimento aos credores, ainda que as probabilidades de haver dinheiro para lhes pagar sejam reduzidas.

No final de 2023, de acordo com o mais recente relatório e contas divulgado pela comissão liquidatária do BES, esta instituição contava com um activo de apenas cerca de 174,6 milhões de euros, valor que representa 3,5% do montante total de créditos reconhecidos (e isto sem contar com os créditos que a comissão liqui-



Ricardo Salgado liderou o BES entre 1991 e Julho de 2014

datária não reconheceu, mas que podem vir a ser reconhecidos).

Por outro lado, o passivo do BES ultrapassa agora os 10,6 mil milhões de euros, o que significa que a instituição apresenta um “buraco” nas contas de quase 10,5 mil milhões de euros.

A justificar uma parte significativa deste saldo negativo estão as decisões judiciais que, no ano passado, reconheceram o Fundo de Resolução como credor privilegiado do BES, com créditos num montante total de quase 2,7 mil milhões de euros. Na prática, isto significa que o Fundo de Resolução receberá, de forma prioritária, os montantes que vierem a ser distribuídos aos credores no âmbito do processo de insolvência. E, tendo em conta que só os créditos desta entidade superam largamente os recursos disponíveis do BES, não há perspectivas de que os restantes credores venham a ser ressarcidos.

Foi na sequência destas decisões judiciais que a comissão liquidatária decidiu reconhecer os créditos privilegiados do Fundo de Resolução como passivo, elevando o saldo negativo para os tais 10,5 mil milhões de euros.

É a própria comissão liquidatária, aliás, que avisa os credores de que não devem contar com a recuperação do dinheiro investido. No plano de liquidação conhecido em 2022, os liquidatários avisam que não é “realista” traçar metas temporais “com demasiada precisão” e que não há garantias de que consigam aumentar o dinheiro disponível para ressarcir credores.

Subida da inflação mantém as dúvidas sobre o que fará o BCE em Setembro

Sérgio Aníbal

Inflação na zona euro volta a subir em Julho, decepcionando quem antecipara nos dados a garantia de corte de juros

As previsões continuam a ser, na sua grande maioria, as de uma segunda descida de taxas de juro em Setembro, mas a subida da taxa de inflação registada na zona euro em Julho arrefeceu o entusiasmo e manteve ainda a incerteza no ar sobre o que realmente irá o Banco Central Europeu (BCE) fazer. A evolução dos preços em Agosto passa agora a ser decisiva.

Depois de ter anunciado o primeiro corte nos juros (de 4% para 3,75%) em Junho e de ter optado por fazer uma pausa na reunião de Julho, Christine Lagarde deixou claro aquilo que precisava de ver para que em Setembro, na próxima reunião do conselho de governadores, os custos de financiamento na zona euro voltem a descer. A taxa de inflação teria de confirmar que está a caminhar progressivamente para os 2%, a taxa de inflação subjacente teria de prosseguir uma trajectória descendente e a taxa de inflação dos serviços, assim como os salários, teriam de dar sinais claros de moderação.

Ontem, os dados publicados pelo Eurostat para a inflação, embora não tenham tornado impossível que estas condições se concretizem até à reunião de Setembro, também não conseguiram dar mais certeza de que tal vá acontecer.

O principal problema foi, é claro, o facto de a taxa de inflação homóloga em Julho ter, depois da descida do mês anterior, voltado a subir, de 2,5% para 2,6%. É uma subida de pequena dimensão, mas que revela, ainda assim, que os últimos passos até que a inflação chegue ao objectivo de 2% estão ainda rodeados de alguma incerteza.

Depois, a taxa de inflação subjacente, que exclui os preços mais voláteis dos alimentos e da energia e que é um indicador a que o BCE dá muita importância, não subiu, mas também não melhorou em Julho, mantendo-se nos 2,9%, o mesmo valor já registado no mês anterior.

Não houve, contudo, só más notícias para o BCE. Na taxa de inflação dos serviços, um indicador que tem vindo a ganhar um papel de destaque nas preocupações reveladas pelos responsáveis do banco central, assistiu-se a um ligeiro recuo em Julho, de 4,1% para 4%.

Neste caso, havia o receio de que o arranque dos Jogos Olímpicos em Paris fizesse subir um indicador que já está sob pressão especialmente forte das actualizações salariais que têm vindo a ser feitas na zona euro.

O BCE está a ver a inflação nos serviços como um indicador dos efeitos que os salários podem ter nos preços postos em prática pelas empresas e, por isso, uma descida como a que aconteceu em Julho, mesmo que pequena, pode dar algum conforto ao banco central para avançar com um novo corte de juros.

O que fica evidente com todos estes

dados, contudo, é que será preciso esperar por mais informação para ter a certeza sobre aquilo que o BCE fará em Setembro. E o momento fundamental poderá estar na divulgação, dentro de um mês, da taxa de inflação de Agosto, algo que acontecerá poucos dias antes de os responsáveis do banco central terem de tomar a sua decisão.

Inflação recua em Portugal

O cenário da inflação difere de forma substancial entre os países da zona euro. Aquele que apresentou uma taxa de inflação homóloga harmoni-

zada mais elevada em Julho foi a Bélgica, com 5,5%, ao passo que a Finlândia permaneceu com o valor mais baixo, 0,6%.

Portugal foi um dos oito países onde a taxa de inflação homóloga desceu. Apesar das subidas ainda registadas nos bens alimentares e na energia, os preços suportados pelos consumidores no país recuaram ligeiramente durante o mês de Julho, conduzindo a uma nova descida da taxa de inflação homóloga que se cifra agora nos 2,5%.

De acordo com a estimativa rápida publicada ontem pelo Instituto Nacio-

nal de Estatística (INE), os preços caíram 0,6% em Julho face a Junho. Este recuo ligeiro nos preços fez com que, em comparação com o mesmo mês do ano passado, a variação dos preços passasse a ser menor do que era em Junho. A taxa de inflação homóloga, que em Junho já tinha baixado de 3,1% para 2,8%, cifrou-se agora em 2,5%.

A taxa de inflação homóloga harmonizada (aquela que é calculada usando uma metodologia acordada a nível europeu e que pode ser comparada com a dos outros países da União Europeia) registou em Portugal uma descida de 3,1% em Junho, para 2,7% em Julho, ficando assim apenas ligeiramente acima da média da zona euro.

Nesta estimativa rápida, o INE ainda não divulga as variações dos preços registadas em cada bem ou serviço. No entanto, é possível observar que, no que diz respeito aos produtos energéticos (que incluem, por exemplo, a electricidade, os combustíveis e o gás), se registou em Julho uma subida de preços de 0,83%. No entanto, como a subida em Julho do ano passado tinha sido bastante maior, a variação dos preços em termos homólogos baixou de 9,4% em Junho para 4,2% em Julho, sendo mesmo o principal motivo para a descida da taxa de inflação homóloga registada em Portugal.

No que diz respeito aos bens alimentares, verificaram-se em Julho subidas da inflação homóloga, que se cifrou, no caso dos alimentos transformados, em 4,2% e, no caso dos alimentos não transformados, em 2,8%.



Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu (BCE)

Reserva Federal dos EUA

Fed dá sinais de estar cada vez mais perto de cortar juros

Sem surpresas, a Reserva Federal dos EUA (Fed) manteve as taxas de juro sem alterações, mas os seus responsáveis fizeram questão de deixar sinais claros de que se prepararam, provavelmente na reunião agendada para Setembro, para começar finalmente a suavizar a sua política monetária.

No final da reunião de dois dias terminada ontem, a Fed anunciou que, pelo menos por mais algumas semanas, as suas taxas de juro de referência vão continuar a estar situadas no intervalo entre 5,25% e 5,5% em que foram colocadas com o objectivo de

combater a inflação.

Tal como era antecipado pela grande maioria dos analistas e investidores nos mercados, Jerome Powell e os seus pares consideraram que, apesar de a inflação já estar a apenas 0,5 pontos percentuais da meta de 2% definida pela instituição, ainda não era o momento adequado para começar a reduzir os custos de financiamento impostos à economia, que tem continuado a registar taxas de crescimento saudáveis, com um ritmo de criação de empregos também elevado.

No entanto, esse momento parece estar cada vez mais próximo, como

ontem fizeram questão de deixar claro os responsáveis da Fed. Logo no comunicado inicial em que foi anunciada a manutenção das taxas de juro, a entidade liderada por Jerome Powell afirmou que se realizou “algum” progresso em direcção à meta de 2% de inflação, deixando de afirmar, como o tinha feito nos anteriores comunicados, que o progresso era ainda “modesto”. Para além disso, em relação à força do mercado de trabalho – que constitui uma preocupação para a Fed no sentido em que pode criar pressões nos salários e nos preços –, deixou

de estar presente no comunicado a expressão “forte”, para agora vir dizer que se está “a moderar”.

Jerome Powell, na conferência de imprensa, deixou ainda mais evidente que um corte de taxas de juro está próximo quando revelou que nesta reunião houve uma discussão acesa dentro do comité sobre se a descida dos juros deveria ocorrer agora. Para já, uma “forte maioria” decidiu manter as taxas nesta reunião, algo que provavelmente mudará na próxima, agendada para 17 e 18 de Setembro, a menos de mês e meio das eleições presidenciais.

CGD sobe lucros para 889 milhões no primeiro semestre

Rafaela Burd Relvas

Resultados do banco público foram impulsionados pela actividade comercial e pela margem financeira

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) reportou um resultado líquido de 889 milhões de euros no primeiro semestre deste ano, valor que representa um aumento superior a 46% face aos lucros de 608 milhões de euros alcançados em igual período do ano passado. Os resultados do banco público voltaram a ser impulsionados pela margem financeira, que continuou a crescer apesar de as taxas de juro já estarem a baixar, bem como pelo aumento da actividade comercial.

Os resultados foram divulgados, ontem. “A Caixa fechou o primeiro semestre de 2024 com um resultado líquido consolidado de 889 milhões de euros, beneficiando do crescimento do volume de negócios, da evolução positiva da margem financeira e de um menor custo do risco, sustentado num cenário macroeconómico mais favorável”, pode ler-se no comunicado.

A margem financeira (indicador que mede a diferença entre os juros cobrados no crédito e os juros pagos nos depósitos) ascendia a 1426 milhões de euros no final de Junho,

mais 8,3% do que no primeiro semestre do ano passado. Esta evolução é registada apesar de, por esta altura, as taxas de juro já estarem em queda, depois de um longo período de subidas. Em Junho, a taxa de juro média do conjunto dos contratos de crédito à habitação em Portugal situou-se em 4,513%, baixando pelo quinto mês consecutivo.

A Caixa justifica este crescimento da margem financeira apesar do contexto de descida das taxas de juro com a evolução positiva da actividade comercial, que terá sido suficiente para compensar a queda dos juros. “O crescimento da actividade doméstica impulsionou o crescimento dos

juros recebidos e pagos face ao período homólogo, mesmo considerando o decréscimo das taxas de juro nas operações activas da Caixa face aos valores máximos registados no final de 2023”, detalha a instituição liderada por Paulo Macedo, destacando, ainda, que o aumento dos juros pagos pelos depósitos teve um impacto negativo em 31 milhões de euros.

Ainda do lado operacional, a Caixa reduziu os custos de estrutura em 4,1%, para um total de 533,5 milhões de euros, uma queda explicada pela diminuição nos custos com pessoal, reflectindo “efeitos extraordinários relacionados com o programa de reestruturação de pessoal”.

Já as receitas obtidas por via de serviços e comissões mantiveram-se praticamente inalteradas, nos 288,8 milhões de euros, uma queda de apenas 0,1% em relação ao ano passado, evolução que a Caixa justifica com o facto de ter mantido os preços inalterados, bem como pela aplicação de isenções a clientes.

A acompanhar o movimento do resultado operacional, também do lado comercial a Caixa regista um desempenho positivo. A carteira total de crédito a clientes ascendeu a 53,7 mil milhões de euros, um aumento de 2% em relação ao final do ano passado que é explicado, sobretudo, pelo segmento de empresas, onde a carteira de crédito cresceu 3,7%. Já a carteira de empréstimos a particulares ficou praticamente inalterada, com um aumento de apenas 0,3%.

Depois de ter aberto a porta à distribuição de um dividendo extraordinário, durante a apresentação de resultados anuais, em Maio, o presidente executivo da CGD veio, agora, confirmar a decisão, já validada pelo accionista. Ao dividendo de 525 milhões de euros que já anunciado e que, entretanto, já foi pago, o banco público irá entregar ao Estado, seu accionista único, um montante adicional de 300 milhões. Assim, o dividendo total relativo ao exercício de 2023, ano em que a Caixa teve lucros históricos de 1291 milhões, irá situar-se em 825 milhões de euros.



A Caixa Geral de Depósitos é presidida por Paulo Macedo

BCP regista o “melhor semestre de, pelo menos, os últimos dez anos”

Rosa Soares

Os resultados líquidos do BCP cresceram 14,7%, para 485,3 milhões de euros, naquele que foi “o melhor semestre de pelo menos os últimos dez anos”, admitiu ontem o presidente executivo (CEO) da instituição, Miguel Maya. Do lucro total, 411 milhões de euros foram gerados no mercado nacional, um aumento de 16,2% em relação ao primeiro semestre de 2023.

O Bank Millennium, na Polónia, registou um resultado líquido de 82,8 milhões. Em Moçambique, o Millennium BIM obteve um resultado líquido de 46,8 milhões no mesmo período.

“Para o crescimento do resultado líquido do grupo face ao primeiro

semestre de 2023 contribuiu, em larga medida, a evolução favorável das imparidades e provisões e, apesar de menos expressivo, também o crescimento dos proveitos *core*”, refere a instituição.

Os recursos totais do grupo cresceram 8,9% face ao período homólogo, para 100,6 mil milhões de euros, e a margem financeira cresceu 1,7%, ascendendo a 1397,5 milhões.

A base de clientes do banco cresceu 4,1%, com destaque para o aumento de clientes *mobile* (11% face a Junho de 2023), que representam 70% do total de clientes no final do semestre.

Em sentido desfavorável evoluíram os custos operacionais, que aumentaram 10,3%, para 619,4 milhões de euros, garantindo o BCP a manutenção de “sólidos rácios de capital”.

Em face dos resultados apresentados e da melhoria de vários indicadores, a comissão executiva propõe um aumento de dividendos (*payout*), dos 30% verificados no ano passado para um valor superior a 50%, relativo aos resultados de 2024, anunciou Miguel Maya, durante a apresentação de resultados.

Reserva sobre a Inapa

Na conferência de imprensa ontem realizada, Miguel Maya não esclare-



Miguel Maya, presidente executivo do grupo BCP, não revelou a posição do banco sobre a Inapa

ceu qual poderá ser a posição do banco no caso de um pedido de viabilização da Inapa, grupo de distribuição de papel que há poucos dias pediu a insolvência, e que conta com o Estado como maior accionista.

“O BCP procura sempre criar condições para melhorar as empresas, desde que estas tenham viabilidade económica”, afirmou, esclarecendo que não estava a falar do caso concreto da Inapa, mas das empresas em geral.

O gestor recusou-se a revelar a exposição de crédito à empresa, ressaltando que o banco “não pode divulgar informação sobre os seus clientes”. De acordo com as contas de 2023, o BCP surge com o maior credor bancário, com empréstimos de 85 milhões de euros.

Resultados líquidos do BPI crescem 28%

Rosa Soares

Menor descida das taxas Euribor e dinamismo da equipa comercial explicam resultados “acima das expectativas”

Os lucros do BPI subiram “acima das expectativas” nos primeiros seis meses do ano, admitiu ontem o presidente executivo da instituição, João Pedro Oliveira e Costa, antecipando que os resultados anuais também deverão seguir o mesmo caminho. Os lucros do BPI cresceram 28% em termos homólogos, para 327 milhões de euros, divulgou a instituição.

A subida nos resultados foi justificada pelo presidente executivo (CEO, na sigla em inglês) por “uma descida mais lenta” do que o esperado das taxas de juro Euribor, a que está associada a maioria dos empréstimos à habitação na carteira dos bancos, mas também pelo “bom” desempenho da equipa comercial do banco, afirmou.

O Banco BPI é controlado pelo espanhol Caixabank, que, também ontem, anunciou lucros consolidados de 2675 milhões de euros, relativos ao primeiro semestre, um crescimento de 25,2% face ao período homólogo do ano passado.

Em termos dos principais indicadores, o BPI destaca um crescimento homólogo de 2% na carteira de crédito, e de 6% nos depósitos.

Entre outros indicadores, a instituição salienta a melhoria no rácio de eficiência (*cost-to-income*), para 37%, e a subida da rentabilidade dos capitais próprios tangíveis (*ROTE*) recorrente para 19%.


O produto bancário cresceu 18%, para 669 milhões de euros, “enquanto os custos recorrentes se mantiveram estáveis e o custo do risco se situa num nível reduzido de 0,06%, o que, em conjunto, se traduziu numa melhoria da rentabilidade dos capitais próprios tangíveis recorrentes em Portugal para 19% nos últimos 12 meses”, avançou o banco.

Sobre a garantia pública para permitir a compra de primeira habitação através do acesso a 100% do financiamento bancário, destinada a jovens até aos 35 anos, medida criada pelo Governo e prometida para 1 de Agosto (hoje), o presidente do BPI disse desconhecer quando arrancará, admitindo, contudo, que terá um impacto reduzido, tendo em conta o preço das casas e as regras da Medida Macroprudencial para o Crédito.

CLASSIFICADOS

Rua Júlio Dinis, n.º 270,
Bloco A, 3.º Piso
4050-318 Porto

Tel. 22 615 10 00
lojaporto@publico.pt
De seg a sex das 09H às 18H



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis


Contratação de Doutorado (M/F)

Foi publicado no *Diário da República* nº 147, 2.ª Série, de 31 de julho de 2024, o Aviso n.º 15870/2024/2 relativo ao concurso **Ref.º CDL-CTTRI-103-SGRH/2024** de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 (um) lugar de Investigador Doutorado de Nível 2 para o exercício de atividades de investigação na área científica de Biologia (subárea de Ecologia e Biodiversidade e área de especialização em contaminação ambiental) com vista à realização de funções de gestão, planeamento e desenvolvimento de investigação, teórica e prática, relativa à avaliação da exposição e de efeitos de biopolímeros e produtos que incorporam biopolímeros em organismos aquáticos, terrestres e modelos *in vitro* humanos; tratamento de dados derivados da investigação desenvolvida e consequente preparação de artigos/relatórios científicos; supervisão de atividades de alunos de graduação e pós-graduação no âmbito da investigação que se espera ser desenvolvida; organização e participação em atividades de extensão e disseminação dos resultados, incluindo formação avançada; participação e apresentação do trabalho desenvolvido em encontros científicos nacionais e internacionais e em reuniões do consórcio do projeto; no âmbito do projeto de investigação “BIO-UPTAKE-Bio-composites in smart plastic transformation processes to pave the way for large-scale uptake of sustainable bio-based products” (Grant Agreement 101057049), financiado pela Comissão Europeia, concurso HORIZON-CL4-2021-TWIN-TRANSITION-01.

2 - O requerimento de candidatura deverá ser elaborado nos termos do edital antes referido, publicado no seguinte endereço eletrónico: <https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-investigador-novos-concursos-e-ofertas>.

3 - O prazo de candidaturas é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

Aveiro, em 13 de junho de 2024
O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*



UNIVERSIDADE NOVA
DE LISBOA

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto o processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a Divisão de Planeamento Estratégico, integrada na Direção de Planeamento, Qualidade e Assuntos Académicos da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa:

- 1 vaga de técnico superior (m/f), referência **CT-17/2024 - DPE - DPQAA**, ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:
<http://www.unl.pt/nova/nao-docentes>

O prazo para submissão das candidaturas é de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

De acordo com a alínea b) e c) do nº1 art.3º Dec.-Lei nº87/99, de 19 de Março, a **Semente Solidária - Associação de Solidariedade Social** vem informar que o valor líquido angariado resultante do pedtório realizado de 13 a 19 Julho em Matosinhos foi de 458,80€. Agradecemos a todos os que contribuíram. NIF-510590730

De acordo com a alínea b) e c) do nº1 art.3º Dec.-Lei nº87/99, de 19 de Março, a **Semente Solidária - Associação de Solidariedade Social** vem informar que o valor líquido angariado resultante do pedtório realizado de 6 a 12 Julho no Porto foi de 510,03€. Agradecemos a todos os que contribuíram. NIF-510590730



OFEREÇA MÚSICA



MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010



ÁGUAS DE GAIA

AVISO

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Na sequência de trabalhos a realizar no âmbito da Empreitada de “Substituição da Conduta Distribuidora na Travessa das Pedreiras e Rua Professor Amadeu Santos, Valadares”, esta Empresa Municipal será obrigada a interromper o fornecimento de água no período compreendido entre as 9h00 e as 18h00 do dia 1 de agosto, afetando várias artérias da freguesia de Valadares.


A lista completa dos arruamentos afetados encontra-se disponível para consulta em www.aguasgaia.pt

De forma a evitar eventuais danos nas instalações ou habitações, deverá V. Exa considerar a instalação predial em carga, assegurando-se que todas as torneiras se encontram fechadas, conforme o preceituado no Regulamento dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Vila Nova de Gaia, não se responsabilizando esta empresa por quaisquer prejuízos decorrentes deste tipo de situação.

O Conselho de Administração apresenta, desde já, as suas desculpas pelo incómodo causado, garantindo, todavia, que os trabalhos serão executados com a máxima celeridade de forma a minorar as dificuldades dos moradores.

Para qualquer esclarecimento queira por favor utilizar o seguinte contacto:
Linha Verde – 800202767

Vila Nova de Gaia, 31 de julho de 2024
O Conselho de Administração



Lagoa

Largo D. João III - Santa Cruz, 9560-045 Lagoa - Açores
Tel.: 296 960 600 | Fax: 296 916 229 | Email: geral@lagoa-acores.pt | www.lagoa-acores.pt

EDITAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 17.º, n.º 1, do Código das Expropriações e não sendo possível notificar o proprietário/interessado, torna-se público, que no dia 26 de junho de 2024, foi publicada em Jornal Oficial - I Série - a Declaração de Utilidade Pública Urgente, referente à expropriação do prédio urbano sito à Avenida Conselheiro Poças Falcão n.º 33, freguesia de Santa Cruz – Lagoa – Açores.


Esta Declaração foi tomada por Resolução do Conselho do Governo n.º68/2024 de 26 de junho de 2024, com a expressa autorização da tomada de posse administrativa, por forma a ser executada a obra de empreitada, a qual poderá ser consultada em <https://jo.azores.gov.pt/api/public/ato/838cf27d-ae74-4a65-931b-e0f3d038da39/pdfOriginal>.

Mais informo, que, paralelamente, foi notificada a Conservatória do Registo predial para proceder ao competente averbamento na Certidão de Registo Predial (cfr. artigo 17.º, n.º 1, parte final), e, subsequentemente, será realizada a vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, pelo que, em breve, serão notificados do seu agendamento.

Informo ainda que o acto de transmissão da posse administrativa irá ocorrer no prédio supra melhor identificado, posteriormente à realização da referida vistoria, em data e hora a concretizar e oportunamente a comunicar.

Paços do concelho de Lagoa – Açores, 29 de julho de 2024

O Vice Presidente da Câmara Municipal,
Frederico Furtado de Sousa



NOVA MEDICAL SCHOOL

Dá-se conhecimento de que se encontra aberto os seguintes recrutamentos para a NOVA Medical School da Universidade Nova de Lisboa:

- 1 vaga de Assessor de Turismo para Apoio ao Projeto PRR C5 – Agenda Transformar Turismo (Ref.ª: **TS/5/PRR/2024**);

Podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no endereço: www.nms.unl.pt
(*Junte-se à nms/Recrutamento/ Colaboradores*).

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.



CONHEÇA AS NOSSAS COLEÇÕES DE HISTÓRIA EM LOJA.PUBLICO.PT

MAIS INFO: 210 111 010



alzheimer
PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país. Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia “Memória de Mim” - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org



ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 29/95

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.-----
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 29/95 para o lote n.º9, requerido em nome de JÚLIO MANUEL ALVES TAVARES, que tem como objetivo a alteração e ampliação do polígono e área de implantação; o aumento da área de construção; a definição de um piso recuado.-----
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.-----
O processo n.º 6036/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf-----

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 66/82

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.-----
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 66/82 para o lote n.º40, requerido em nome de CANALIZAÇÕES LOPEZ - UNIPessoal, LDA, que tem como objetivo a ampliação das áreas de implantação e construção do anexo.-----
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.-----
O processo n.º 5956/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf-----

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA

Analisada a exposição escrita registada sob o requerimento n.º 13710/24, em nome da Associação Carvalhos Vivo, verifica-se as seguintes quatro preocupações:
i. Legitimidade dos proprietários;
ii. Incompatibilidade entre projectos;
iii. Área delimitada da Unidade de Execução sob tutela da Direção – Geral do Património Cultural;
iv. Omissão de cadastros.
Quanto ao primeiro ponto, cumpre dizer que para além das cademetas prediais foram obtidas as respectivas certidões da conservatória do registo predial. Tratando-se de cópias simples, obtidas directamente na Conservatória do Registo Predial, não dispõem de prazo de validade (para acesso online). Não é por isso que são destituídas de valor informativo. No entanto, dado o tempo decorrido, serão obtidas novas certidões (cópias simples), para se verificar se houve alguma alteração da titularidade de algum dos prédios envolvidos.
Quanto ao segundo ponto, a área em questão não integra a Unidade de Execução que esteve em discussão pública.
Quanto ao terceiro ponto, de facto não foi promovida consulta à DRCN/CCDRN no âmbito da aprovação da delimitação da Unidade de Execução, tendo-se admitido que essa consulta apenas fosse feita no âmbito da subsequente operação de reparcelamento. No entanto, uma vez que a Unidade de Execução submetida a discussão pública já comporta uma solução urbanística de referência, foi agora promovida a consulta à DRCN/CCDRN, tendo sido emitido parecer favorável em 16/05/2024.
Quanto ao quarto ponto, a delimitação da UE engloba a parte sul do terreno identificado a amarelo. A parte restante do terreno não integrou a UE por se inserir num contexto edificado distinto, marcado por habitações unifamiliares. O facto da parte sul do terreno ter integrado a UE, mas ter sido excluído da operação de reparcelamento (e dos respectivos mecanismos perequativos), não implica que o Município não lance mão de um dos outros instrumentos de execução dos planos previstos no RJGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, para garantir a sua integração na operação urbanística que vier a ser desenvolvida para o local. De todo o modo, houve reuniões prévias com um dos proprietários (Sr. Agostinho Tomás), tendo sido explicados os motivos que suportaram a opção de não incluir essa parcela, e apresentada a possibilidade de ser celebrado um acordo de cedência com os proprietários.
Para constar publica-se o presente aviso na comunicação social e nas páginas da Internet da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Gaiurb - Urbanismo e Habitação, E. M.

O PRESIDENTE DA CÂMARA
EDUARDO VÍTOR RODRIGUES



AVISO

Proposta de delimitação da Unidade de Execução dos Carvalhos, de acordo com os limites constantes na Planta de Cadastro registada no processo 3/PRJ/21 – Pedido apresentado pelo Município de Vila Nova de Gaia.

RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Concluído o período de discussão pública da Unidade de Execução dos Carvalhos, decorrido entre o dia 10 de abril e o dia 10 de maio do ano corrente, e no cumprimento do n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia torna públicas as conclusões seguintes:
Foram apresentadas duas exposições escritas, enviadas por via postal: a primeira, registada inicialmente sob o requerimento n.º 11064/24, de 10/05/2024 e posteriormente reiterada sob o requerimento n.º 12307/24, de 23/05/2024; a segunda, registada sob o requerimento n.º 13710/24 de 2024/05/10.
Quanto à intervenção apresentada através de José António Soares de Melo, esta versa dois temas suscitados pelo teor da informação n.º 16622/21,10:
Áreas de apoio colectivo (ponto 6);
Taxas a pagar (tabela 4 – Direitos e Obrigações).
Quanto à primeira matéria, em ordem aos critérios do artigo 144.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, cumpre clarificar que a solução urbanística proposta conforma um deficit total de 11 132,15 m² de áreas de apoio colectivo. O proprietário da Parcela B2 cuja percentagem de participação na Unidade de Execução dos Carvalhos é de 52,14%, nesta mesma proporção, responde pelo carência de áreas de apoio colectivo no montante de 5 804,30 m², devendo compensar o município deste deficit através de pagamento em numerário ou em espécie, nos termos do articulado no artigo 144.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e no artigo 126.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.
Quanto à segunda matéria, o proprietário da Parcela B2 responde pelo pagamento dos seguintes tarifários, nas proporções indicadas:
Taxa de Compensações Urbanísticas (TCU), referente à carência de áreas de apoio colectivo, conforme desenvolvido no número anterior (52,14%);
Taxa pela Realização, Reforço e Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas (TMU) (52,14%);
Taxa de Emissão da Licença de Reparcelamento (52,14%);
Taxa de Emissão de Obras de Urbanização (52,14%);
Taxa de Registo Predial do Reparcelamento (52,14%);
Taxa de Registo Predial dos lotes B2.1, B2.2, B2.3 e B2.4 (100%).Mais se informa que o valor das quatro primeiras taxas será calculado no âmbito da apreciação do pedido de licenciamento da subsequente operação de reparcelamento e as duas últimas taxas serão cobradas pela Conservatória de Registo Predial.



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 2/03

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.-----
FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 2/03 para os lotes n.º 14 e n.º 15, requerido em nome de JOSÉ RICARDO DE SOUSA ALVES PEREIRA, que tem como objectivo o aumento da área de implantação da edificação principal, de 98m2 para 101m2, em ambos os lotes; a deslocação da implantação dos anexos em cerca de 0,33m para sul, em ambos os lotes; o aumento da área de construção da edificação principal do lote 14 de 265,50m² para 304,60m2 e do lote 15 de 298m² para 304,60m², e a especificação das áreas como máximas, permitindo eventuais reduções às referidas, em ambos os lotes.-----
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.-----
O processo n.º 2896/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf-----

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 1/18

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.-----
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de reparcelamento n.º 1/18 para as parcelas M e O, requerido em nome de MARCELO BATEIRA COSTA, que tem como objectivo:-----
a) A parcela M transmite para a parcela O, uma área bruta de construção (Abc) com 180,00m2 e passa para Abc máximo de 9.820m²;-----
b) A parcela O recebe uma área bruta de construção (Abc) com 180,00m2, que passa para Abc máximo de 360,00m² para afetar o seu uso no piso da cave;-----
c) A parcela O pretende alterar a área de implantação, que passa de 180,00m2 para 206,00m2, acima do solo, destinada a espaços exteriores cobertos.-----
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários das parcelas constantes da referida licença de reparcelamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.-----
O processo n.º 642/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf-----

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA

O Jazz em Agosto não muda e 40 anos depois ainda é “original e desafiador”

A 40.^a edição conta com Ava Mendoza, James Brandon Lewis ou Fire! Orchestra. “O presente é o que nos interessa”, diz o director artístico, Rui Neves

Mário Lopes

“A primeira década do Jazz em Agosto nos anos 1980 tem um significado especial por ter sido onde tudo começou, concertos inesquecíveis e revelações que terão deixado fortes recordações no público, uma súmula de músicos que trilhavam novas direcções”, explica Rui Neves, director artístico do festival que cumpre este ano a sua 40.^a edição. Refere então alguns distintos nomes dessa primeira década: “a Sun Ra Arkestra, o Quinteto de Dave Holland, o Sexteto de Steve Lacy, Cecil Taylor, Art Ensemble of Chicago, George Russell Living Time Orchestra, World Saxophone Quartet ou a Ornette Coleman Prime Time Band”.

Não é desse passado, porém, que tratará o Jazz em Agosto que hoje arranca na Gulbenkian, em Lisboa, com um concerto especial. James Brandon Lewis, saxofonista com posição de destaque no cenário contemporâneo, a homenagear a lendária cantora gospel Mahalia Jackson. *For Mahalia, with Love* é o título do disco que nos traz, editado em 2023 e em que foi acompanhado pelo mesmo Red Lily Quintet que ouviremos em Lisboa – foram raras as vezes em que Lewis e o quinteto apresentaram este material ao vivo, portanto, irrecusável a proposta de os ver, às 21h30, no Auditório ao Ar Livre da Gulbenkian (o festival passará pelo auditório nos jardins e pelos dois auditórios do museu).

“O espírito do Jazz em Agosto foi desde logo definido por Madalena Perdigão, que o criou e instituiu em 1984.” A saber: “apresentar projectos do jazz criativo, original e desafiador, correndo riscos”. Crescendo desde a primeira edição, cujo cartaz foi composto exclusivamente por músicos nacionais, até este presente em que o festival é reconhecido internacionalmente enquanto espaço para o novo que floresce, palco de propostas musicais arrojadas, o Jazz em Agosto não mudou em relação aos seus princípios fundadores. “Quando partimos para uma nova programação, partimos do zero, porque o que surgirá no campo de novos e interessantes projectos ainda não é conhecido nem recensea-

do”, explica Rui Neves.

Entre hoje e 11 de Agosto teremos em destaque a guitarrista norte-americana Ava Mendoza, não só por ser um exemplo perfeito desse novo que floresce, mas por surgir no cartaz em três concertos diferentes: já amanhã actua com os Mendoza Hoff Revels, quarteto que criou com o baixista Devin Hoff, em que também encontramos James Brandon Lewis (espírito punk em modo free-jazz); depois de amanhã integra o Bill Orcutt Guitar Quartet; no domingo surgirá em dueto com a violinista Gabby Fluke-Mogul.

Num festival em que interessa “mais o ‘novo’ do que a ‘novidade’”, Rui Neves procura, enquanto director artístico, trazer para a sua órbita “músicos criativos que saibam filtrar o passado no que de melhor nos deixou, rejeitando o facilitismo e o supérfluo e construindo algo de novo, antevendo um melhor futuro”. Tal conjuga-se com uma sensação de pertença, de família, que o Jazz em Agosto vem construindo ao longo dos anos com os músicos e combos que leva a palco, permitindo ao público ir acompanhando em tempo real a sua evolução.

“São já muitos os músicos que apresentamos em princípio de carreira, visitando-nos com regularidade em novos e originais projectos”, diz Rui Neves, citando como exemplos a guitarrista Mary Halvorson, a pianista Kris Davis, o trompetista Peter Evans, que regressa nesta edição à frente dos seus Being & Becoming (dia 10, 21h30), e Mats Gustafsson, cuja vibrante Fire! Orchestra, autora em 2023 do celebrado *Echoes*, terá a honra de encerrar o Jazz em Agosto (dia 11, às 21h30). A própria natureza do festival, que promove informalmente o convívio e a partilha de experiências nos momentos pós-concerto no jardim da fundação, acentua essa noção de família, “um *melting pot*” de músicos portugueses, norte-americanos, escandinavos, das mais diversas origens.

Mas voltemos um pouco atrás. Falávamos da filtragem do passado para a criação de futuros possíveis, na canalização dos espíritos e práticas do passado para, em diálogo com o presente, erigir novas cons-



SELMER/CORTESIA JAZZ EM AGOSTO



DR/CORTESIA JAZZ EM AGOSTO

O saxofonista James Brandon Lewis traz *For Mahalia, with Love* com os Red Lily Quintet. Ava Mendoza é um dos destaques e tem três concertos, um deles com os Mendoza Hoff Revels

truções. Quanto a isso, teremos diversos exemplos nesta edição. É o caso do concerto que o saxofonista Darius Jones trará ao festival dia 8 de Agosto, centrando em *fLuxKit Vancouver (its suite but sacred)*, álbum de 2023 nascido de uma

encomenda do centro de artes Western Front, em Vancouver, e inspirado na acção revolucionária do Fluxus, o influente movimento artístico que despontou em Nova Iorque na década de 1960. É o caso também da proposta de dieb13, DJ e compositor sueco que, à frente de um conjunto de 14 músicos, dará som e imagem à poesia dos *beats* (9 de Agosto, 18h30). É o caso, por fim, do pianista britânico Pat Thomas, a liderar um quinteto na revisita à obra de Anthony Braxton (9 de Agosto, 21h30), ou do mergulho dos pianistas Sylvie Courvoisier e Cory Smythe na imortal *Sagração da Primavera* de Stravinsky (depois de amanhã, 18h30).



São já muitos os músicos que apresentamos em princípio de carreira, visitando-nos com regularidade em novos e originais projectos

Rui Neves

Director artístico Jazz em Agosto

Rui Neves destaca como “músicos a seguir de perto” na programação desta edição, nesse sentido de construção do futuro, os já referidos Ava Mendoza, James Brandon Lewis e Pat Thomas, bem como “grupos portugueses de estéticas opostas”, ou seja, os Move (dia 5, 21h30), os Made of Bones (dia 10, 18h30) e os The Selva de Ricardo Jacinto, violoncelo, Gonçalo Almeida, contrabaixo, e Nuno Morão, bateria (dia 6, 21h30). A estes podemos acrescentar o trio [Helena] Espvall, [Maria da] Rocha, [Norberto] Lobo (amanhã, 18h30).

Quatro décadas depois, o Jazz em Agosto continua fiel à sua origem, convicto do seu rumo. “O presente é o que nos interessa, explica melhor o passado e pode moldar o futuro. O jazz evolui, transforma-se, absorve, instiga, provoca.” E o Jazz em Agosto participa nessa história, entregando o palco àqueles que a constroem.

Eugénio de Andrade foi “paciente”, e a Feira do Livro do Porto vai homenageá-lo

Sérgio C. Andrade

Poeta terá uma tília com o seu nome, e uma atenção especial, no Palácio de Cristal, a partir de 23 de Agosto a 8 de Setembro

À 11.ª edição no seu formato renovado, a Feira do Livro do Porto “amadureceu” e vai finalmente homenagear Eugénio de Andrade (1923-2005), “o poeta da luz”, com um programa diversificado e inclusivo, que vai decorrer entre 23 de Agosto e 8 de Setembro nos jardins do Palácio de Cristal.

Na apresentação do evento, realizada na manhã nevoenta de ontem na Avenida da Tílias do parque portuense, o presidente da autarquia, Rui Moreira, justificou o “atraso” na homenagem ao poeta de *As Mãos e os Frutos* recorrendo a um “conselho” do próprio Eugénio: “Cometemos, porventura, uma injustiça ao só agora convocar a vida e a obra de Eugénio de Andrade para um justo reconhecimento”, disse. Mas, socorrendo-se de um poema do livro *Os Amantes sem Dinheiro* (1950), citou-o: “Sê paciente; espera/ que a palavra amadureça/ e se desprenda como um fruto/ ao passar o vento que a mereça.”

Depois de Sophia de Mello Breyner Andresen, Vasco Graça Moura, Ana Luísa Amaral e Manuel António Pina,

entre outros nomes já reverenciados, a feira vai agora prestar tributo a este “outro poeta maior da língua portuguesa” – notou Rui Moreira –, cuja poesia estabeleceu uma “osmose extraordinária” com a cidade do Porto, como um dia referiu Eduardo Lourenço.

Antes do autarca, João Gesta, que desde há mais de uma década é o programador literário da feira, citou também várias vezes Eugénio, “o poeta da luz e do corpo”, e a sua relação indissolúvel com a cidade, a justificar aquilo que classificou como “uma programação lucipotente para que nunca se extinga o lume da palavra”.

Ao longo de 17 dias, a Feira do Livro do Porto contará com apresentações de livros, sessões de autógrafos, conversas, momentos de poesia e humor, filmes, concertos e inúmeras propostas para o público infantil-juvenil, numa agenda que Gesta assegurou ser “diversificada e inclusiva”. O programa prevê o lançamento de sete novas edições literárias, entre as quais – adiantou na apresentação Paula Pinto Costa, directora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – uma colectânea de poemas de Eugénio, numa nova edição da *Modo de Ler*, de José da Cruz Santos, intitulada *Os Meses, os Dias, Um a Um*, que incluirá igualmente um texto autobiográfico e um quadro inéditos do autor.

Ainda no âmbito da homenagem



Eugénio de Andrade foi Prémio Camões em 2001

ao poeta que foi Prémio Camões em 2001 – e que, na tarde de 24 de Agosto, terá o seu nome inscrito numa nova tília na avenida do Palácio de Cristal: “O Porto é só a pequena praça onde há tantos anos aprendo metodicamente a ser árvore”, escreveu Eugénio –, o primeiro fim-de-semana da feira contará com duas conversas no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, sob o mote *Arco e Flecha: temas de Eugénio hoje* (dia 24) e *A suprema festa da língua: Eugénio de Andrade e a poesia como tradição/tradução* (dia 25).

A programação de cinema abrirá também sob o signo do autor de *Rente ao Dizer* com a exibição de *Eugénio de Andrade, Coração Habitado*, um

documentário assinado por Arnaldo Saraiva (dia 24); e, a partir desse fim-de-semana, o Gabinete Gráfico da biblioteca acolhe a exposição *Post Scriptum sobre a Alegria*, um olhar sobre a colecção de arte do poeta (até 22 de Setembro).

Vagas aquém dos candidatos

A Feira do Livro do Porto deste ano vai acolher, em 130 stands, 115 editoras, livreiros e alfarrabistas, um número aquém das candidaturas recebidas, que excediam o espaço disponível no Palácio de Cristal, referiu Rui Moreira, assegurando, contudo, que ela se afirmará de novo como “um dos maiores certames livreiros” e simultaneamente “um

dos principais festivais literários do país”.

Gonçalo M. Tavares, José Luís Peixoto, Dulce Maria Cardoso, Pilar Del Río, Carlos Tê, Nuno Artur Silva, Minês Castanheira, Teresa Coutinho, Rui Couceiro, Raquel Marinho, do lado dos livros; mas também Gisela João, Capicua, António Zambujo, Frankie Chavez, Valter Lobo, Milhanas e Tiago Nacarato, do lado da música, são nomes já confirmados, estes com concertos ao final da tarde na Concha Acústica, num ciclo designado *É a música, este romper do escuro* – que vai contar também, junto ao Lago dos Cavalinhos, com um programa de jazz da responsabilidade da associação portuense Porta-Jazz.

Entre os novos livros e edições que verão a luz do dia na feira contam-se *A Urgência da Cidade – O Porto e 100 Anos de Fernando Távora* (dia 25), a encerrar o programa do centenário do arquitecto que é uma referência da Escola do Porto; *Teatro Municipal do Porto 2013-2023*, de Helena Teixeira da Silva; e *Feira do Livro do Porto 2013-2023*, de Filipa Vaz Teixeira (ambos no dia 28).

Haverá ainda lugar para as “pré-apresentações exclusivas” da colecção *Erros Meus – Poesia Incompleta* (dia 1 de Setembro), de Nuno Artur Silva, com saída anunciada para 2025; e *Um Romance com Pessoas*, novo livro de José Luís Peixoto (dia 6).

Com Toda a Ferida é uma Beleza, Djaimilia Pereira de Almeida venceu o Grande Prémio de Romance APE

Entre vários romances, júri distinguiu “uma novela que faz da brevidade o lugar do mistério e da poesia”

Toda a Ferida é uma Beleza, de Djaimilia Pereira de Almeida (Luanda, 1982), é o vencedor do Grande Prémio Romance e Novela 2023. O prémio, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores e patrocinado pela Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), distinguiu a autora de *Esse Cabelo* (Relógio D’Água, 2020) ou *Luanda, Lisboa, Paraíso* (Companhia das Letras, 2018).

Constituído por Carina Infante do

Carmo, Carlos Mendes de Sousa, Cândido Oliveira Martins, Cristina Robalo Cordeiro e Francisco Topa, e coordenado por José Manuel de Vasconcelos, o júri notou, de acordo com a acta citada em comunicado, que, “na sequência de uma longa discussão sobre a similar qualidade de um conjunto heterogéneo de romances”, decidiu “privilegiar uma novela que faz da brevidade o lugar do mistério e da poesia”. E acrescenta: “Na contenção da sua escrita reside o essencial da estranheza de um mundo ao mesmo tempo ingénuo e cruel, infantil e adulto. E o leitor é levado, pelas palavras tanto quanto pelos desenhos, ao reino de uma impiedosa fantasia, além do real.”

Toda a Ferida é uma Beleza, editado



Djaimilia Pereira de Almeida

pela Relógio D’Água em Junho do ano passado, e acompanhado de ilustrações assinadas por Isabel Baraona, acompanha uma criança, Maria, que luta para que o seu prazer pela escrita e o seu olhar luminoso perante a vida não sejam cerceados pela rigidez conformista e cruel da madrinha. “As autoras lançam-se à descoberta do mais misterioso dos mistérios, o de saber como é que uma menina se diverte”, descreve a sinopse.

O prémio tem um valor de 15 mil euros e contou, este ano, com os patrocínios da DGLAB, da Câmara Municipal de Grândola, da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Camões. No ano passado, foi atribuído a Lídia Jorge, por *Misericórdia*. PÚBLICO/Lusa

Porto Pianofest, de Bach a Camões e com jazz afro-cubano pelo meio

Daniel Dias

Yosvany Terry e o Projecto Mensagem de Nuno Marques e Lara Martins, com poesia portuguesa, integram o cartaz

Decorre entre hoje e 11 de Agosto a nona edição do festival de música clássica Porto Pianofest, que, com concertos no Porto, em Matosinhos e em Famalicão, volta a montar um programa que oscila entre nomes consagrados deste circuito, vários deles em estreia nacional (ou voltando ao festival onde se apresentaram em Portugal pela primeira vez), e outros que ainda se encontram no início do seu percurso artístico.

Após um pré-arranque no Mercado do Bolhão anteontem, onde o festival organizou oito horas ininterruptas de actuações de entrada livre, o Porto Pianofest começa oficialmente com a estreia em Portugal do saxofonista cubano Yosvany Terry, que hoje, com Baptiste Trotignon (piano), Yuniory Terry (baixo) e Julian Miltenbergerz (bateria) a acompanhá-lo, sobe ao palco principal da Casa da Música (a Sala Suggia) para um concerto de jazz afro-cubano.

Amanhã, outra das principais actuações do festival: Nuno Marques, pianista e também director do Porto Pianofest, apresenta no pátio da Casa-Museu Guerra Junqueiro, com a soprano Lara Martins (nome forte do teatro musical em Londres), o Projecto Mensagem.

Os dois músicos, que estudaram juntos na capital inglesa há quase duas décadas, encomendaram a diferentes compositores, sobretudo internacionais, peças baseadas em poesia portuguesa. “Cada compositor escolheu o seu poeta ou poema preferido para servir de inspiração”, conta Nuno Marques ao PÚBLICO. “Temos Eugénio de Andrade, Fernando Pessoa, Agustina Bessa-Luís, Sophia de Mello Breyner... Também assinalamos duas efemérides: os 500 anos do nascimento de Camões e os 50 anos do 25 de Abril.” Foi solicitado ao compositor Tiago Cabrita que transpusesse *Coro da Primavera*, fundamental faixa de encerramento do álbum *Cantigas do Maio*, de José Afonso, para o piano.

O festival também conta com actuações na Reitoria da Universidade do Porto, por onde passam José Ramón Mendez, o Trio Pangea ou Lisa Yui, depois de amanhã e a 4 e 5, respectivamente. Mendez está para o Porto Pianofest como os Shellac,



MARCO GIUGLIARELLI

Saxofonista Yosvany Terry traz o jazz afro-cubano à Casa da Música. Em baixo, Nuno Marques, pianista e também director do Porto Pianofest

Festival que assume como missão “levar a música clássica a todos” tem tido crescimento “sustentado”

cujo líder, Steve Albini, morreu inesperadamente em Maio deste ano, estiveram estes anos todos para o Primavera Sound: não há edição que não conte com o pianista espanhol. O Trio Pangea, por seu turno, montou uma “homenagem ibérica a Gabriel Fauré”, compositor francês falecido há exactamente 100 anos (será estreada uma nova composição do jovem portuense Miguel Amaral, a quem foi pedido que escrevesse uma peça inspirada em Fauré). E Lisa Yui, pianista nascida no Japão e radicada no Canadá, prepara-se para se estreiar em Portugal, trazendo com ela obras de Schubert, Liszt, Debussy e Qigang Chen, compositor franco-chinês.

Os últimos dias do festival terão actuações de Evan Shinnars (dia 9), pianista americano radicado no Porto que, num concerto gratuito nos jardins do Palácio de Cristal, passará por obras de Bach, e da suíça Beatrice Berrut (dia 10), que, na sua estreia em Portugal, ocupará o Salão Árabe do Palácio da Bolsa com um “programa de fantasia”, como o descreve Nuno Marques.

O director mostra-se feliz com aquele que tem sido o crescimento “sustentado” do festival que assume como missão “levar a música clássica a todos”. “Temos aumentado gradualmente o número de dias (na primeira edição eram só quatro) e também temos conseguido registar um enorme acréscimo em termos de público, que, de 2022 para 2023, dobrou”, diz. Nuno Marques refere que, no ano passado, passaram pelos concertos oficiais do festival cerca de dois mil espectadores. Somam-se as 20 mil pessoas que, segundo as estimativas do Mercado do Bolhão, terão passado pelo pré-arranque – a edição de 2023 foi a primeira em que o festival apostou na maratona de oito horas como aperitivo.

Além das actuações integrantes do programa principal, o Porto Pianofest tem concertos para famílias ou apresentações de artistas residentes, todos eles jovens pianistas “em ascensão”.



Guimarães Jazz abre com Ambrose Akinmusire

O trompetista norte-americano Ambrose Akinmusire vai abrir o festival Guimarães Jazz, numa edição que, de 7 a 16 de Novembro, contará ainda com Sara Serpa e André Matos, Wadada Leo Smith e Maria Schneider.

De acordo com o programa ontem anunciado, Ambrose Akinmusire regressa ao Guimarães Jazz “num formato heterodoxo e praticamente inédito”, com o projecto *Honey from a Winter's Stone*, acompanhado pelo Mivos String Quartet, pelo vocalista Kokayi, pela teclista Chiquita Magic e pelo baterista Justin Brown.

Em nota de imprensa, a direcção do festival sublinha que “o primeiro e talvez principal destaque do programa” é a “significativa representação de músicos portugueses”, reconhecendo que o panorama nacional “mudou muito”. A 33.ª edição do Guimarães Jazz contará, por exemplo, com concertos da vocalista Sara Serpa e do guitarrista André Matos, num inédito quarteto com o baterista Jeff Ballard e o pianista Craig Taborn; do pianista Daniel Bernardes com o ensemble de percussão Drumming; e do trompetista Luís Vicente e com a participação especial da saxofonista argentina Camilla Nebbia.

O festival acolherá ainda o regresso



Ambrose Akinmusire apresentará o projecto *Honey from a Winter's Stone*

da “reputadíssima compositora” norte-americana Maria Schneider, para uma retrospectiva de carreira dirigindo a Clasi Jazz Big Band, uma formação orquestral espanhola.

Mas é o trompetista norte-americano Wadada Leo Smith, “pela dimensão colossal da sua obra e do seu percurso musical”, que a organização aponta como “a grande figura de cartaz do Guimarães Jazz 2024”.

Com concerto a 14 de Novembro, Wadada Leo Smith apresentar-se-á em quinteto, acompanhado pelo guitarrista (e seu neto) Lamar Smith, pela violoncelista Ashley Walters e pelos britânicos John Edwards (contrabaixo) e Mark Sanders (bateria).

O encerramento resultará de uma parceria entre o Guimarães Jazz e a Orquestra de Guimarães, sob a direcção do músico e compositor macedónio Džijan Emin. O festival decorrerá, como habitualmente, no Centro Cultural Vila Flor. **Lusa**



Cindy Ngamba venceu mas esta não foi só uma vitória

A pugilista que representa a equipa de refugiados ganhou o seu primeiro combate em Paris. Se vencer mais um, entra na luta pelas medalhas. “Estar aqui significa tudo para mim”

Marco Vaza, em Paris

Cindy Winner Djankeu Ngamba entra na arena a esmurrar o ar, um gesto de aquecimento e, ao mesmo tempo, de intimidação. Ao seu lado, de braços em baixo, Tammara Thibeault, canadiana, ex-campeã do mundo e uma das cabeças de série em 75kg no boxe feminino dos Jogos Olímpicos de Paris. “Segundos fora”, ouve-se do *speaker*, a ordem para todos saírem do ringue excepto as pugilistas e o árbitro. Toca a sineta. Dali a 15 minutos vai fazer-se história olímpica. Cindy Ngamba, pugilista nascida nos Camarões e que representa a Equipa Olímpica dos Refugiados (EOR) vai vencer o combate. E esta vai ser mais do que uma vitória.

Cindy Ngamba é uma das 36 atletas desta terceira EOR, e a única que está nos Jogos por qualificação (e não por selecção) e... ganhou. Foi uma decisão dividida: dois juízes deram a vitória à canadiana, três premiam Cindy, depois de um combate também ele dividido. Mais uma vitória – o próximo combate será no domingo, frente à francesa Davina Michel, que já foi medalhada em Europeus – e Cindy Ngamba entra na luta das medalhas.

Talvez quando tiver a francesa pela frente, Cindy tenha menos favor do público, mas nesta tarde, no Arena Nord, todos gritavam por Cindy, não apenas a comitiva da EOR que ostentava um enorme pano branco com #FORTHE100MILLION. Um *hashtag* que resume a missão desta equipa que existe desde os Jogos do Rio de Janeiro 2016 e representa todos os refugiados do mundo – estima-se que sejam cerca de 100 milhões os deslocados do país onde nasceram por motivos como guerra, catástrofes naturais, ou em busca de uma vida que era impossível de viver onde estavam.

“Estar aqui significa tudo para mim e tenho a certeza que significa muito para todas as pessoas em todo o mundo que são refugiadas. Todas passam pela vida com tantos problemas e tantos obstáculos e não acreditam nelas próprias. Espero que, ao verem-me aqui e sabendo tudo o que eu passei, tenham vontade de ultrapassar esses problemas”, dizia Cindy



Ngamba foi mais forte que a ex-campeã do mundo Tammara Thibeault

Ngamba, já na ponta final do zig-zague da zona mista onde a imprensa internacional se posicionou para ouvir a pugilista com nome (Winner) e punhos de vencedora.

“Sou humana”

Cindy Ngamba saiu dos Camarões aos 11 anos e fez vida em Inglaterra. Começou a praticar boxe aos 15 num ginásio em Bolton, no Norte do país (perto de Manchester), e a modalidade ajudou à sua integração numa nova realidade diferente de tudo o que conhecia.

Ngamba era uma rapariga reservada e ensimesmada que era grande e falava mal inglês. Com o boxe, ganhou a confiança que precisava e a sua qualidade no ringue fez o resto, já com três títulos de campeã britânica amadora em três categorias diferentes.

Cindy esteve bem perto de ser deportada para os Camarões. Há seis anos, apresentou-se no que pensava ser um controlo de rotina para comunicar a sua presença no país e foi enviada, com o irmão, para um cam-

po de detenção em Londres, tendo em vista um regresso ao seu país de origem. Mas a intervenção de um familiar seu que trabalha no governo, em França, valeu-lhe a libertação no dia seguinte. Se tivesse regressado aos Camarões, seria presa por ser homossexual – o país criminaliza os homossexuais com penas de prisão até cinco anos.

A pugilista continuou o seu caminho desportivo e académico (formou-se em Criminologia), sempre sem ter um passaporte britânico, e foi isso que a impediu de fazer parte da comitiva olímpica da Grã-Bretanha em Paris – mas treina com o Team GB e um dos muitos agradecimentos que fez após o combate foi para eles.

Cindy, como todos os outros atletas da equipa de refugiados, não é uma simples atleta nestes Jogos e a sua vitória não é uma simples vitória. Mas a pressão de ganhar enquanto símbolo de esperança para o mundo existe, e a pugilista reconhece que sente esse peso nas costas.

“Claro que acredito em mim e que vou ser a primeira refugiada a conseguir [uma medalha], mas há muita pressão. Têm de perceber que sou um ser humano, tenho emoções e não as vou esconder. Mas não vou deixar que isso me deite abaixo. Já passei por muito na vida, tal como todos os refugiados do mundo. Estou preparada para tudo, já me adaptei a tanta coisa. Sou uma de milhões de refugiados no mundo e sou uma de biliões de humanos no mundo”, diz.

A humanidade de Cindy vê-se na forma como confortou a sua adversária após o combate. Abraçou-a longamente no ringue e, depois, voltou a fazê-lo na zona das entrevistas – Tammara Thibeault chorava abundantemente (e o seu treinador parecia que estava com vontade de bater em alguém), mas ainda teve forças para soltar um sorriso com este abraço.

No ringue, adversárias que têm de se agredir uma à outra por uma possibilidade de continuar a lutar

no dia seguinte. Fora do ringue, amigas que têm dois braços para dar um abraço. “Não podemos ser emocionais com estas coisas, temos de fazer o nosso trabalho. Mas isto é uma das coisas bonitas do boxe, encontramos amigos.”

As palavras saem da boca de Cindy com a mesma velocidade dos seus murros, uma atrás da outra e sempre com propósito. Só não respondeu à pergunta de preferir ter lutado pelo país que acolheu – ficou em silêncio, disse não com a cabeça e esperou pela pergunta seguinte.

“Não fugi dos Camarões por causa da guerra, fugi, porque queria uma vida melhor, um futuro. Fui para o Reino Unido, fui à escola, fui para a universidade, fiz muitas coisas, experimentei muitos desportos e escolhi o boxe como o meu trabalho. Não vou dizer que não foi duro – foi. Sou humana, como todos os outros humanos por aí.”

Eis Cindy Ngamba, um ser humano.

Triatlo

A medalha ficou tão, tão perto para Vasco Vilaça e Ricardo Batista

Marco Vaza, em Paris

Portugueses terminaram o triatlo olímpico masculino em quinto e sexto lugares. Maria Tomé foi a melhor da prova feminina

Depois de tantas incertezas com a qualidade da água no Sena (que não continuará a ser alta), as autoridades sanitárias lá deram luz verde, às primeiras horas da madrugada, para que se avançasse com a primeira prova nas águas do rio que atravessa Paris, o triatlo. De manhãzinha, as mulheres, a meio da manhã, os homens. E, como em tantas outras provas até agora, houve franceses a ganhar medalhas, e não houve portugueses a ganhar nenhuma. Mas andaram perto, muito perto mesmo, sobretudo na prova masculina, em que Vasco Vilaça e Ricardo Batista cheiraram o pódio, como nenhum atleta português tinha ainda cheirado nestes Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Ficaram mesmo perto. Vilaça foi quinto, Batista chegou logo a seguir, depois de terem feito uma última volta na parte da corrida lado a lado, sem diálogo entre os dois, mas com entrea-juda, para tentarem chegar aos dois franceses que estavam na frente. Mais longe estavam os dois que acabariam por dividir entre si os lugares mais altos do pódio, o britânico Alex Yee (ouro) e o neozelandês Hayden Wilde (prata).

O bronze acabaria por ficar nas mãos do francês Leo Bergere, que, nos últimos metros, deixara para trás o seu compatriota Pierre le Corre. Quatro segundos depois do segundo francês, chegava Vilaça, que imediatamente caiu ao chão, mais dois segundos e foi Batista a cortar a meta. Os dois abraçaram-se no chão, mas Vilaça nem se lembra muito bem deste momento. Estava quase a perder a consciência.

“Não estava a 100%. No final da prova, nos últimos cinco quilómetros dei tudo o que tinha para tentar chegar à frente. Cheguei exausto, a temperatura do corpo tinha subido aos 40 graus e quando chega a esse ponto não consegue descer e precisa de alguma ajuda para recuperar”, disse o atleta português, que esteve mais de meia hora para descer a temperatura corporal depois de cortar a meta. E, contou, estava com a cabeça demasiado quente para se lembrar desse momento de partilha com Batista: “Quando acabei a prova não estava muito consciente, não senti muito.”



Os portugueses Vasco Vilaça e Ricardo Batista em acção na prova de triatlo

Os dois portugueses andaram sempre perto um do outro no segmento da natação – Vilaça em 26.º, Batista em 28.º, a cerca de um minuto do líder. Mas o segmento de ciclismo acabaria por ser o grande unificador, com um grupo de 30 a chegar em pelotão à transição para a corrida. Aí, foi Batista quem saiu melhor, ganhando posições à medida que se avançava nos quilómetros, enquanto Vilaça fez a transição em 25.º. Os dois portugueses juntaram-se à entrada para a última volta, deixaram para trás o brasileiro Hidalgo e foram juntos atrás dos franceses.

Não havia nenhum plano de entrea-juda durante a prova nem houve diálogo durante a corrida. Foi antes uma junção natural de dois amigos que também são concorrentes. Nenhum iria deixar o outro levar a melhor e talvez tenha sido isso que os tenha empurrado quase até às medalhas.

“É sempre bom ter alguém com quem trabalhar”, comentava Batista sobre ter feito a última parte da prova com um compatriota.

“Fizemos ambos uma prova de trás para a frente, é sempre bom acabar junto com um colega, mas não houve diálogo. E não havia estratégia de estarmos juntos. Somos muito amigos, mas o triatlo é uma prova individual, estamos ali para ganhar um ao outro no fim”, acrescentou.

O quinto lugar de Vilaça iguala o

melhor resultado de sempre do triatlo masculino português – João Pereira fez a mesma posição nos Jogos do Rio em 2016. O que é histórico é haver dois atletas no top 6, dois diplomas para dois atletas estreantes nos Jogos, o que é um bom sinal, não só para futuras aventuras olímpicas, mas também para a prova de estafetas mistas na próxima segunda-feira.

Vilaça e Batista apontam a esse futuro a longo prazo, mas a ambição em Paris não se esgotou nas provas individuais. “São bons resultados e bons indicadores, tenho a certeza de que vamos lutar até ao fim”, garante Batista. Vilaça pareceu um pouco mais ambicioso. “Diploma? Se vamos ao diploma é porque acreditamos na medalha.”

Maria Tomé em bom plano

Antes dos homens, foram as mulheres que primeiro testaram as águas

13

Os segundos que separaram Vasco Vilaça, quinto classificado, do francês Leo Bergere, medalha de bronze

BENOIT TESSIER/REUTERS

Breves

Tiro

Maria Inês Barros estreia-se nos Jogos com um diploma

Maria Inês Barros mostrou-se ontem muito feliz por ter alcançado um diploma na sua estreia em Jogos Olímpicos, apesar da eliminação na competição de tiro, no desempate da prova de fosso olímpico de Paris 2024. Primeira mulher portuguesa a disputar o fosso olímpico, Maria Inês Barros terminou no oitavo lugar, naquele que é o terceiro melhor resultado português na disciplina em Jogos Olímpicos, depois da prata de Armando Marques em Montreal 1976 e do sétimo de Manuel Vieira da Silva em Atlanta 1996. “Conseguir cumprir os meus objectivos pessoais, que era no mínimo chegar ao meu recorde pessoal, que era 119. Consegui fazer a marca de 121”, disse a portuguesa de 23 anos.



Ténis

Carlos Alcaraz e Rafael Nadal eliminados em pares

Terminou a campanha de Rafael Nadal e Carlos Alcaraz no torneio olímpico de ténis, na vertente de pares. Ontem, a dupla espanhola foi eliminada dos quartos-de-final, após perder contra os americanos Austin Krajicek e Rajeev Ram, quartos cabeças de série, por 2-0 (parciais de 6-2 e 6-4). Ram e Krajicek vão agora defrontar a dupla checa (Tomas Machac/Adam Pavlasek), por um lugar na final. Rafael Nadal já tinha sido afastado na variante de singulares, logo na 2.ª ronda, pelo sérvio Novak Djokovic. Carlos Alcaraz ainda está em competição e enfrenta nos “quartos” o norte-americano Tommy Paul (o 9.º cabeça de série).



Equestre

Em Paris, Noor Slaoui vê-se como “cavalo de Tróia” para as mulheres

Diogo Cardoso Oliveira em Paris

A cavaleira, que diz que ser mulher é uma força, não uma fraqueza, está nos Jogos como primeira árabe no concurso completo

“Ser mulher é uma força, não uma fraqueza”, diz Noor Slaoui, ao PÚBLICO. A cavaleira de Marrocos está em Paris e é a primeira mulher árabe a participar no concurso completo equestre e vê-se como uma pedrada no charco – para as mulheres, em geral, e para as mulheres árabes, em particular. Ou um “cavalo de Tróia” na luta das mulheres árabes, se quisermos entrar no jargão equestre.

“Estou muito orgulhosa de ser a primeira árabe aqui. Espero não ser a última. E espero mostrar que um outsider pode chegar ao topo na modalidade e inspirar outras pessoas como eu, até porque na minha região não há muito interesse na modalidade. E este não tem de ser um desporto de homens”, observou sobre um desporto que argumenta ser diferente dos demais.

“O concurso completo é um exemplo de *girl power* [poder feminino]. É o único em que homens e mulheres competem: é igualdade de género total. As mulheres podem competir e ganham.” Noor não está a fazer propaganda barata, nem a atirar um dado que todos repliquem sem ques-

tionar. Em rigor, neste século, as mulheres conquistaram oito das 21 medalhas nesta prova – não há paridade absoluta nas conquistas, mas há uma razoável divisão. E é na divisão total que quer entrar Noor – e outras como ela, vindas de sociedades árabes ou não.

Em Paris, a competir no Palácio de Versalhes, Noor Slaoui e o seu *Cash in Hand*, o cavalo, mostraram as habilidades conjuntas em *dressage*, *cross-country* e saltos. Não conseguiram um lugar de destaque, sem a presença na ronda final de saltos, mas a posição não envergonha quem lá foi pela primeira vez. E, sobretudo, quem ainda só tem 29 anos.

Noor é descrita em muitos *sites* especializados como “*just 29*”, “jovem cavaleira”, “jovem atleta”, “prodígio em ascensão”, entre outras coisas que tais. O equestre é uma das modalidades em que 29 anos não representam a recta final da carreira, é o início.

“Ainda estou só a começar. Isto é uma modalidade em que a experiên-

cia é importante e eu sou muito nova”, diz.

O cavalo não gosta de água

Tudo começou quando os pais a punham a andar em mulas no deserto e nas montanhas, em passeios em família pelos Atlas que chegavam a durar oito horas. “Fiquei com paixão pelos animais e sempre adorei montar, mas nunca pensei fazer disso carreira. Andava só por lazer”, conta.

“Depois, quando fui para Londres estudar, tentei tornar-me instrutora e acabei a experimentar montar eu própria em competição”, recorda.

“Não correu muito bem. O meu recorde era péssimo, porque não era muito boa no início e era sempre eliminada. E o cavalo estava muito limitado no potencial dele. Nem sequer gostava de água”, conta, referindo-se às passagens por pequenos lagos e caixas de água presentes no equestre. No fundo, Noor começou a montar muito cedo, mas começou a competir muito tarde, comparada com a maioria dos adversários. Admite que isso é uma desvantagem, mas diz que tentou compensá-lo rapidamente. E não é mentira, se virmos que começou a competir há apenas seis anos e já chegou aos Jogos Olímpicos.

Agora, diz que o objectivo, apesar de ter estudado Ciência Política, é alargar a presença dos cavalos na sua vida. Já tem 17 a seu cargo, num desporto que já se tornou negócio na criação e venda, mas quer mais.

“Adoro trabalho social, por exemplo com pessoas com deficiência. E também gosto da área da terapia para cavalos. Fazer isso iria deixar-me muito feliz, porque tenho o coração e a vida no desporto.”

“Nunca fiz isso”

Noor garante ainda que conseguiu chegar aos Jogos Olímpicos, e treinar o cavalo para isso, sem utilizar os métodos da afamada Charlotte Dujardin, campeã que foi afastada depois de ter vindo a público um vídeo a chicotear o seu cavalo.

Noor diz que não quer comentar esse caso particular, mas assegura que nunca usou esses métodos. “Garanto a 100% que nunca fiz isso. O cavalo torna-se um amigo e um parceiro. Medalhas e louvores são bónus, o importante é a relação que se constrói. E eu adoro ter feito este percurso com ele.” Diz ainda que não crê que este caso possa afectar a imagem do equestre e, questionada sobre se é possível educar um cavalo sem agressão física, foi directa: “Claro que sim! O meu cavalo é tudo para mim. Para mim é importante respeitá-lo.”

Agenda dos portugueses



As horas estão no horário de Lisboa



ANNIEHILSE/REUTERS

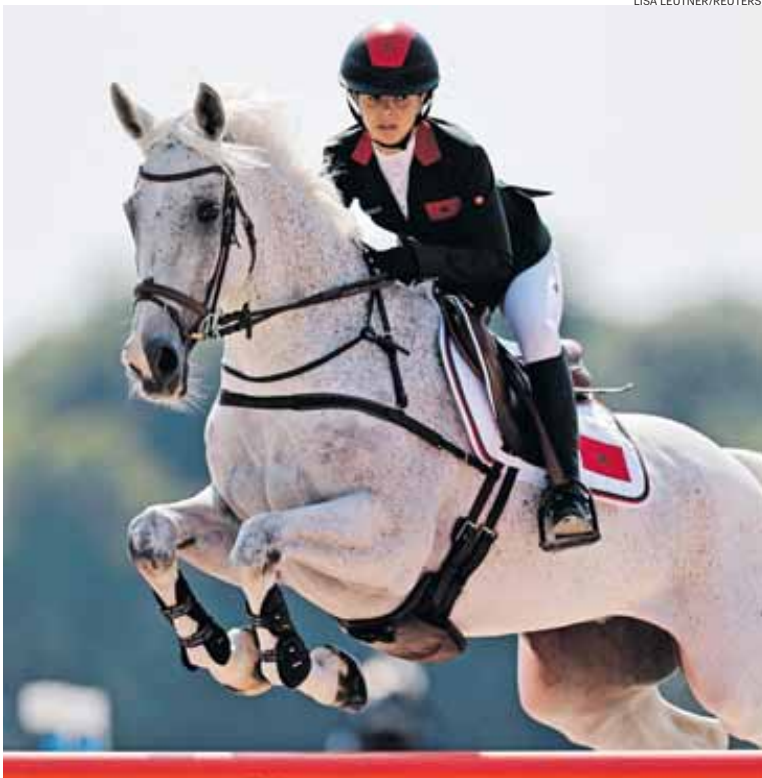
Hoje	A. Cabecinha, V. Oliveira	Atle. Marcha 20km F	Final
8h20	Patricia Sampaio	Judo -78kg	Eliminatória e Final
10h08	Camila Rebelo	Natação 200m costas	Eliminatória
10h24	Jorge Fonseca	Judo -100kg	Eliminatória e Final
10h32	Miguel Nascimento	Natação 50m livres	Eliminatória
10h34	Diogo Ribeiro	Natação 50m livres	Eliminatória
11h15	Eduardo Marques	Vela Dinghy	Regata 1
17h15	Filipa Martins	Ginástica all around	Final
a definir	Yolanda Hopkins	Surf	Eliminatória

Finais

Hoje		
Atletismo	20km Marcha M	6h30
Atletismo	20km Marcha M	8h20
Tiro	50m Carabina 3 pos. M	8h30
Remo	Duplo Scull F	9h30
Remo	Duplo Scull M	9h42
Remo	Quádruplo F	9h54
Remo	Quádruplo M	10h06
Vela	Skiff M	13h43
Vela	Skiff F	14h43
Judo	-100kg M	a partir das 15h
Judo	-78kg F	a partir das 15h
Canoagem	Caiaque sing. M	16h30
Ginástica	All around F	17h15
Esgrima	Florete equipas F	18h10
Natação	200m mariposa F	19h30
Natação	200m costas M	19h38
Natação	200m bruços F	20h11
Natação	4x200m livres F	21h03

Medalheiro

	●	●	●	Total
1. Japão	7	2	4	13
2. China	6	6	2	14
3. Austrália	6	4	1	11
4. França	5	9	4	18
5. Coreia do Sul	5	3	3	11
6. EUA	4	11	11	26
7. Grã-Bretanha	4	5	3	12
8. Itália	3	4	4	11
9. Canadá	2	2	2	6
10. Hong Kong	2	0	1	3



LISA LEUTNER/REUTERS

A cavaleira marroquina quer chegar longe nos Jogos

Natação

Camila Rebelo não queria sair da piscina e chegou aos Jogos Olímpicos

Perfil

Matilde A. Barata

Começou a nadar aos dois, a competir aos oito e foi campeã da Europa aos 21 anos, a idade com que hoje se estreia em Jogos

Camila Rebelo é uma das duas nadadoras que estão em Paris a representar Portugal nos Jogos Olímpicos de 2024. E a única que vai mergulhar na piscina olímpica, já que Angélica André compete na prova de águas abertas. Uma presença que resulta do talento desta atleta natural de Vila Nova de Poiares, em Coimbra, mas também do muito trabalho e esforço da recordista nacional dos 200 metros costas.

Camila começou a nadar com apenas dois anos e a competição entrou na sua vida quando tinha oito. Desde muito nova que o seu dia-a-dia é pautado pela organização. Os treinos e a falta de tempo exigem-no.

O quotidiano de Camila é extenuante. Os dias começam às 5h45, ainda noite escura, e às 7h a atleta do clube Louzan Natação/ EFAPEL já está no Centro Olímpico de Piscinas Municipais em Coimbra. Vão ser duas horas matinais dentro de água até à hora da sesta (quem se levanta tão cedo merece essa recompensa). Ao meio-dia almoça. Ainda é cedo para a maioria das pessoas, mas para Camila já lá vão mais de seis horas desde o toque do despertador. Às 13h30 abrem-se as portas do ginásio. É hora de treinar fora de água. Às 15h segunda dose do dia para quem passa quase mais tempo dentro de água do que fora. O segredo (novo treino) repete-se, mas desta vez durante a tarde. Às 17h, Camila diz adeus à piscina e marca novo encontro para o dia seguinte, novamente às 7h. Não dá para ter saudades. E às 18h esta estudante de Medicina começa as aulas na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Estudos que vão durar até pelo menos às 20h, altura em que é hora de regressar a casa, na Lousã, a 1h30 de viagem de carro. Cansa só de ler.

Foi esta rotina que, feita e bem cumprida ao longo de tantos anos, teve o seu momento alto a 31 de Março de 2023, quando Camila decidiu rumar ao Open de Espanha



Camila tem um forte instinto competitivo e por isso chamam-lhe *pitbull*

para ter oportunidade de estar ao lado de atletas com tempos semelhantes ao seu. Em Portugal, a competição está longe de chegar ao tempo actual de Camila.

“Sendo eu uma pessoa competitiva, decidi que queria ir para outro sítio que puxasse mais por mim e tentar fazer o mínimo.”, explica a jovem nadadora.

Dois dias antes de alcançar a

marca histórica dos 2m09,84s que a qualificou para a competição olímpica, Camila realizou a prova dos 100 metros costas que, segundo a própria, “correu muito mal”. Os seus dois treinadores, Gonçalo Neves e Vítor Ferreira, não a puderam acompanhar até Palma de Maiorca, em Espanha, e um táxi que era para ter aparecido mas não apareceu fez com que Camila

tivesse de ir a correr e de autocarro para chegar a horas da competição. “Cheguei à piscina e faltavam 15 minutos para o período de aquecimento terminar. Nunca tinha aquecido tão rápido na minha vida, dentro e fora de água”, conta Camila.

Apesar dos imprevistos, a portuguesa nadou os 200m costas em 2m09,84s, um novo recorde

nacional e um bilhete para os Jogos Olímpicos.

Entre aquele dia de Março e hoje Camila Rebelo conquistou um outro feito. Em Junho, em Belgrado, tornou-se campeã da Europa na distância. “Fui vivendo o momento e levando-o como se fosse único”, explica Camila referindo-se aos instantes em que alcançou o título continental e um novo recorde nacional, de 2m08,95s.

Mas nem sempre correu tudo bem. O momento que está gravado na sua memória como “o mais triste até hoje” ocorreu num dos Mundiais de juniores em que participou. Depois de uma prova que “correu muito mal”, a frustração de não conseguir alcançar um bom resultado culminou num grande ataque de ansiedade.

“Ninguém sabia de mim, tinha ido para o posto médico. É um momento que guardo como aprendizagem, do género: isto não pode voltar a acontecer”, recorda. Este episódio representa uma fase que Camila apelida de bloqueio. “Eu treinava bem, estava a evoluir cada vez mais, mas chegava à prova e fazia cada vez pior”, explica. A preparação mental tornou-se essencial. “Eu percebi que não podia continuar a trabalhar apenas e só a parte física, tinha de treinar também a parte psicológica. Queria tratar a parte da ansiedade, não por aquilo que eu fazia, mas pelo que os outros iam pensar”, explica.

“Resiliente”, “focada” e “enraivecida”. É assim que Camila se descreve. Um dos seus treinadores, Gonçalo Neves, caracteriza-a como “lutadora, dedicada, persistente e ambiciosa”. Apelida-a de *pitbull* pelo seu forte instinto competitivo. Ele acompanha a atleta desde aquele primeiro dia em 2005, quando esta tinha apenas dois anos. A primeira memória de Camila dentro de água é com o seu treinador: “Lembro-me de ele pegar em mim e percorrer a piscina de um lado ao outro debaixo de água.” Um amigo do qual nunca conseguiu esconder o que estava a sentir, que sempre a levantou nos momentos mais difíceis e que a recorda, quando assim é preciso, que os pés são para estar bem assentes no chão. Excepto quando estão dentro da piscina.

Texto editado por Jorge Miguel Matias



O francês Léon Marchand com uma das medalhas de ouro que já conquistou em Paris 2024 ao peito

Natação Léon Marchand é dos que não descansam e não deixa descansar

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

Talvez estejam a acabar agora as 24 horas mais loucas da vida de Léon Marchand. Loucas, mas também felizes, produtivas e divertidas. O nadador francês não pára quieto em Paris e conquistou, ontem, mais duas medalhas de ouro – e em cerca de duas horas.

Dia 30 de Julho, 20h44: meia-final dos 200 metros mariposa.

Dia 30 de Julho, 21h59: meia-final dos 200 metros bruços.

Dia 31 de Julho, 20h37: final dos 200 mariposa – com ouro.

Dia 31 de Julho, 22h31: final dos 200 bruços – com ouro.

A agenda das finais de natação não foi amiga, mas ele não quis muito saber. Marchand é dos que não descansam nem deixa os outros descansarem – e mostrou isso na forma como venceu os 200 mariposa.

Na primeira medalha de Marchand, nos 400m estilos, escreveu-se no PÚBLICO que “Marchand partiu na frente e acabou na frente. E, pelo meio, andou sempre na frente, a cavar distâncias para a concorrência, a nadar contra si próprio – por outras palavras, a tentar bater o seu próprio recorde mundial”.

Desta vez, o francês não teve essa sorte. A saída do bloco não foi fulgurante e deixou o húngaro Kristof Milak liderar a prova. A dada altura pareceu propositado. Marchand seguiu quase sempre em segundo, sem pânico, como um caçador silen-

cioso a rondar a presa.

Fez um percurso subaquático espantoso na passagem dos 150 metros, como se a parede tivesse um trampolim horizontal, e foi buscar o que ainda tinha no “tanque” para a última piscina.

Nos últimos 25 metros ultrapassou o húngaro, levou 15 mil pessoas à loucura, bateu na parede e celebrou o recorde olímpico de 1m51,21s – mas pouco e sem pompa. Colocou o dedo em riste e guardou o sorriso para mais tarde.

Milak estava destroçado, porque lhe “roubaram” muita coisa: a dianteira que parecia dele, o ouro que parecia dele e o recorde olímpico – que era dele.

Recorde do mundo

Nos 200 bruços, depois de ter ido ao pódio ouvir *La Marsellaise* pela mariposa, foi diferente. Mergulhou na frente e a cada vinda à superfície, na sua “bruçada”, levava o público a gritar “hey”. Foram vários “hey”, naturalmente, porque foram 200 metros de bruços. E 200 metros de Léon.

O gaulês dominou a prova de forma clara e não precisou de ir caçar ninguém – só não caçou foi o recorde do mundo, ficando-se pelo olímpico.

Uma vez mais, a piscina pouco profunda, com consequente maior ressalto das ondas após braçada, parece estar a dificultar a queda das marcas, apesar do recorde mundial dos 100 metros livres que o chinês Pan Zhanle fez cair ao fim da noite

no seu ouro. Ontem, em Paris, foi o rei da noite. “Léon, Léon, Léon”, cantavam os gauleses, abafando qualquer aplauso aos outros nadadores. Léon está para França como Phelps esteve para os EUA. E isso não é coisa pouca.

Surpresa e confirmação

Mas houve mais. A primeira grande ovação da noite coube aos norte-americanos, que tiveram duas finalistas nos 100 metros livres: Torri Huske e Gretchen Walsh. E mais loucos ficaram com a passagem aos 50 metros, que dava Huske na liderança. No fim, Sarah Sjöström veio não se sabe bem de onde para conquistar o ouro nos últimos 20 metros.

Os americanos pareceram ficar confusos: por um lado, a quererem celebrar a medalha de Huske. Por outro, desiludidos com o ouro perdido. Esta não é a Sjöström de outros tempos – nadou bem longe do seu recorde do mundo, que já ficou em 2017 –, mas continua a ser uma vencedora.

Este também foi dia de Katie Ledecky. Numa prova dantesca, tal é a extensão, a americana venceu os 1500 metros livres, como todos sabiam que iria vencer, liderando do início ao fim – e acabou com uma vantagem gigante e recorde olímpico de 15m30,02s.

Na carreira profissional de 14 anos nunca foi batida e as adversárias costumam saber que nadam pelo segundo lugar. Ontem foi igual.

Afonso Eulálio reforça liderança na Volta a Portugal

Augusto Bernardino

Camisola amarela terminou 6.ª etapa no segundo lugar, ampliando vantagem para os rivais graças a bonificação de 6 segundos

O russo Artem Nych (Sabgal) venceu ontem a sexta etapa da 85.ª edição da Volta a Portugal, uma tirada de 169,1 quilómetros de distância entre Bragança e Boticas, com cinco contagens de montanha, a última das quais de primeira categoria, em Torneiros, a cerca de 17 quilómetros da meta.

O camisola amarela Afonso Eulálio (Betão/Feirense) cortou a meta em segundo lugar, ampliando a vantagem para o suíço Colin Stüssi (Vorarlberg) – vencedor da Volta em 2023 –, que agora está a 21 segundos do português. Stüssi tinha ganho um segundo de bonificação na meta volante de Valpaços, mas Eulálio respondeu na meta final, bonificando seis segundos.

Na primeira hora de prova, os 111 ciclistas que alinharam à partida percorreram 50 quilómetros, apesar de o início ter contado com a primeira de quatro contagens de terceira categoria do dia. A média caiu para os 43,5km na segunda hora, o que não coibiu o candidato à vitória final António Carvalho (Betão/Feirense) – sexto da geral, a 1m29s do camisola amarela – de soltar um desabafo já nos últimos 50 quilómetros da tirada: “Isto é uma corrida de motas.”

A etapa foi discutida na última subida, com Artem Nych a destacar-

-se entre o grupo de fugitivos que dispunha de cerca de dois minutos de vantagem para o grupo do camisola amarela na primeira passagem por Boticas, antes da escalada final.

Stüssi e o colombiano Diego Camargo ainda tentaram atacar Afonso Eulálio no início da subida, mas o português respondeu, tendo António Carvalho (que não foi ao choque com os adversários directos), Mikel Bizkarra e Jon Agirre perdido o contacto com os dois primeiros da geral, embora tenham acabado por recuperar mesmo no final, minimizando o prejuízo, que acabou por se cifrar em seis segundos para o líder da Volta.

Depois de responder ao primeiro ataque e de estabilizar, Afonso Eulálio ainda testou Colin Stüssi, mas acabou por seguir na roda do suíço até final, altura em que foi mais forte no *sprint*, garantido o segundo lugar e a respectiva bonificação.

Hoje, o pelotão enfrenta nova etapa de 160,4 quilómetros, entre Felgueiras e Paredes, que poderá proporcionar uma chegada ao *sprint*.

Classificações

6.ª ETAPA	
1.º Artem Nych (Sabgal)	3h58m12s
2.º Afonso Eulálio (Betão/Feirense)	a 1m
3.º Tyler Stites (Project Echelon)	m.t.
4.º Colin Stüssi (Vorarlberg)	m.t.
5.º Jon Agirre (Kern Pharma)	m.t.
GERAL	
1.º A. Eulálio (Betão/Feirense)	24h47m31s
2.º C. Stüssi (Vorarlberg)	a 21s
3.º Jon Agirre (Kern Pharma)	a 32s
4.º M. Bizkarra (Euskaltel)	a 56s
5.º Diego Camargo (Petrolike)	a 1m24s



O camisola amarela tem agora 21 de vantagem para o segundo

Diário de Um Cientista

Os mares da Europa pelos olhos de um cavalo-marinho

Olhando para trás, é curioso ver como uma cana de plástico, destinada ao insucesso, levou à criação da primeira iniciativa transcontinental dirigida a avaliar o estado das populações de singnatídeos e dos seus habitats. Mas uma coisa de cada vez, que diabo é um singnatídeo?



Página 1

Nuno Monteiro Texto
André Carrilho Ilustração

Uma cana que pescou sem isco

Concluído o curso de Biologia, fui bolseiro num projecto de investigação que analisava a biodiversidade da costa portuguesa. Com uns quilos a menos e cabelos a mais, corria as praias a contar bichos e algas. Comigo vinha, coitado, o Sr. Pereira, ao volante do velhinho jipe da FCUP [Faculdade de Ciências da Universidade do Porto]. Coitado porque acordava a horas atrozes para me levar até uma praia remota onde era obrigado a esperar o meu sebastiânico regresso, já com os mexilhões devidamente contabilizados. Porque o jornal não bastava, e para lhe matar o tédio, investi numa cana de pesca “topo de gama”, feita do mais vil dos plásticos. Pudemos, então, fazer companhia um ao outro. Enquanto eu contava a bicharada, ao meu lado, o Sr. Pereira fazia de conta que pescava.

Ora um dia, e é aqui que a história verdadeiramente começa, ao revirar umas pedras à procura de isco para o robalo que nunca mordeu o anzol, surgiu-nos uma criatura enigmática que, lembrando uma lombriga, era um peixe. E foi tal qual como nos filmes... o mundo em câmara lenta. Creio que só não corremos para os braços um do outro porque este meio palmo de peixe, de olhar meigo e focinho empinado, possui apenas uma minúscula barbatana. E foi assim que eu e as “marinhas” (é assim que chamam, em terras lusas, a estes parentes próximos dos cavalos-marinhos) nos tornámos companheiros.

Mãe, o pai está de bebé!

Os singnatídeos, que incluem as marinhas e os cavalos-marinhos, formam uma família verdadeiramente excepcional. Sem estômago, dentes ou capacidade de mastigar, alimentam-se por aspiração, com uma pequena boca localizada na extremidade de um tubo (vem daí o nome da família, *Syngnathidae*, que, do grego, significa maxilares fundidos). O corpo, qual armadura de um nobre cavaleiro medieval, é revestido por placas ósseas que, conferindo



A origem das ideias, o caminho percorrido até elas ganharem forma, as notas de campo e os objectos de estudo: 26 cientistas contam as suas histórias — sobre lobos e cavalos-marinhos, víboras e morcegos, gatos-bravos, sobreiros e muito mais. Um projecto inédito da associação científica Biopolis e do Azul, que junta cientistas e jornalistas para falar de ciência de uma forma diferente. **Faça todos os dias um quiz, para saber mais sobre o mundo vivo que nos rodeia, e ouça o podcast em publico.pt/interactivos/diario-de-um-cientista**

protecção, restringem os movimentos. Menos ágeis, substituem a velocidade pela invisibilidade, diluindo-se na paisagem (são os campeões das escondidinhas, ensinaram-me as crianças com quem, nas escolas, vou falando).

A maior singularidade dos singnatídeos não está, no entanto, na sua morfologia quase extraterrestre, mas na excepionalidade da sua reprodução. Neste departamento, os singnatídeos estão noutro campeonato. São os machos que engravidam. Há passagem de nutrientes dos pais para os filhos através de tecidos que lembram uma placenta. Para acomodar tão íntima relação, o sistema imunitário foi remodelado, evitando-se a rejeição dos embriões. Com os singnatídeos, a gravidez deixou de ser uma exclusividade das fêmeas.

Sexo de “pernas para o ar”

Olhando para a cauda de um pavão, Darwin percebeu que não bastava pensar apenas em termos de sobrevivência. O desenvolvimento de uma estrutura tão deliciosamente extravagante só fazia sentido se trouxesse ao seu portador mais probabilidades de descendência, mesmo que à custa de um tempinho de vida. Assim, à sua teoria de selecção natural, Darwin juntou a peça que faltava: selecção sexual, um processo pelo qual os indivíduos competem por parceiros e oportunidades de fertilizações. Esta “guerra dos sexos” é um potentíssimo motor de criação de diversidade.

Os singnatídeos são excelentes modelos para quem, como eu, se interessa por selecção sexual. Se, nalgumas espécies, como é o caso dos cavalos-marinhos, os papéis sexuais são “convencionais” (os machos competem por acesso às fêmeas, que detêm o poder da escolha), noutras, estes aparecem invertidos e são as fêmeas que competem pelos machos, exibindo colorações e comportamentos mais exuberantes. A marinha encontrada pelo Sr. Pereira (de nome científico *Nerophis lumbriciformis*, o bicho, não o Sr. Pereira!) é uma dessas espécies com “reversão dos papéis sexuais”, em que as fêmeas são maiores do que os machos e muito mais coloridas.

Temos, na numerosa família *Syngnathidae*, um gradiente de intensidade de selecção sexual, numas espécies mais forte nos

Alguém deita aqui uma mãozinha?

Embora os trabalhos já tenham começado, o Eurosyng não trabalha sozinho, precisando da ajuda de todos, e está disponível para partilhar os resultados que vai recolhendo e gerando. Se, em Portugal continental, Madeira ou Açores, virem um singnatídeo, mandem-nos uma mensagem a informar (eurosyng@cibio.up.pt), se possível com a sua fotografia e coordenadas geográficas. Se encontrarem problemas (infelizmente, ainda há tantos), deixem-nos saber. Se precisarem de informação sobre os singnatídeos ou sobre os nossos investigadores, e esta não estiver disponível no nosso [site](https://sites.google.com/view/eurosyng) (sites.google.com/view/eurosyng), escrevam-nos. A ciência não se quer fechada nas universidades e centros de investigação, tem de estar disponível a todos, pequenos e graúdos. Afinal, o Eurosyng não é só sobre marinhas e cavalos-marinhos, é sobre o nosso futuro.

machos, noutras nas fêmeas, que nos permite testar uma série de hipóteses relacionadas com os sistemas de acasalamento e a evolução dos sinais sexuais. Surpreendentemente, esta modificação radical não está escrita nos genes, dependendo muito do contexto social.

Lembro-me de fazer uma experiência com uma marinha (*Syngnathus abaster*) e ver que, quando há muitos machos por perto, as fêmeas se deixam de quezílias e passam a ser enfadonhamente criteriosas na escolha de parceiro. Os machos, apertados pela súbita concorrência, passam a competir (mas sem violência, que os singnatídeos são bichos pacatos). Que extraordinário foi reconhecer a universalidade da lei da oferta e da procura.

Noutra espécie (*Nerophis ophidion*), constatei que as fêmeas também têm claras noções de economia, uma vez que a intensidade da sua coloração, destinada a atrair os machos, depende da restante competição. A fêmea dominante, mais atraente para os machos, só investe o suficiente em “maquilhagem” para

se destacar, poupando gastos desnecessários. Igualmente curioso foi verificar que, dentro de uma espécie, a intensidade da selecção sexual não é fixa, variando com a temperatura. O sexo nos extremos da distribuição (águas muito quentes ou demasiado frias) é muito mais exigente e o “engate” deixa de ser um jogo. Em pleno aquecimento global, torna-se imperioso perceber como a selecção sexual promove ou impede a adaptação das populações próximas do limite fisiológico imposto pelo calor.

Um novo vilão...

Lentamente, à moda dos singnatídeos, comecei a ver reconhecido o meu trabalho, e, há cerca de uma década, fui convidado a integrar o Grupo de Especialistas em Cavalos-Marinhos, Marinhas e Dragões-do-Mar na Comissão para a Sobrevivência das Espécies da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Foi aqui que, ao ver o número de singnatídeos em perigo, me senti “obrigado” a olhar para estes bichos sob uma nova perspectiva: a da conservação.

Já sabia que muitas espécies estavam ameaçadas (destruição do habitat, poluição, pesca de arrasto, apanha ilegal para medicinais orientais) e desconfiava de que a situação piorava às mãos de um novo vilão: o aquecimento global. Ao modelar as distribuições dos singnatídeos para o próximo século, pude confirmar que as espécies europeias, sobretudo no quente Sul, sofrerão impactos extraordinários. O mar Mediterrâneo, até há pouco repleto de singnatídeos, ficará despido de espécies nativas. Se nada for feito, e não contando com as caixas de chocolates belgas, em breve não haverá cavalos-marinhos para mostrarmos aos netos.

Em tempo de rápidas mudanças, querendo preservar o que ainda nos resta, temos mesmo de olhar para os problemas de forma integrada. Nunca seremos capazes de resgatar os singnatídeos de um futuro incerto se não protegermos os seus habitats. Ao conservarmos marinhas e cavalos-marinhos, estaremos, à boleia, a obrigar-nos a restaurar a condição dos mares onde vivem. Na Europa, existem 19 espécies de singnatídeos, quinze de marinhas e quatro de cavalos-marinhos. Inesperadamente, mais de metade destas espécies são classificadas

pela UICN com a triste designação de “Dados insuficientes”. No continente, onde os cavalos-marinhos são famosos desde os tempos de Poseidon, onde a ciência é uma prioridade, nada sabemos sobre a saúde destes habitantes dos nossos mares?

Enquanto desconhecermos o estado das populações, nunca seremos capazes de avaliar o sucesso de qualquer medida de conservação. Mas esta avaliação é morosa, dispendiosa, muito especializada, e transfronteiriça (os singnatídeos ainda não usam passaporte). Se houvesse, ao menos, um consórcio de especialistas, devidamente financiado, para substituir a obrigação dos Estados-membros da União Europeia...

Como dizia a minha avó, “não acredito em bruxas, mas que as há, há!”. Há uns anos, o meu grupo da UICN reuniu investigadores europeus e ONG que trabalham com singnatídeos. Entre almoços e cafés, encurtaram-se as distâncias até aos abraços da despedida. Sem sabermos, estava criada a estrutura de suporte do que viria a ser o Eurosyng. Arregaçando as mangas, submetemos um projecto ao Biodiversa+ e tivemos a felicidade de o ver aprovado (cerca de 2M€). Podemos, finalmente, começar a conhecer, para melhor proteger.

O nome pode parecer enganador, remetendo para o cada vez mais alucinante Eurofestival, mas não se deixem enganar. No projecto Eurosyng (“euro” de Europa e “syng” de *Syngnathidae*), as cores vibrantes são só as dos singnatídeos, não representamos um país, mas todo um continente, e o gigantesco palco principal são os mares da Europa. Juntando nove equipas de investigação de sete países europeus (Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Alemanha e Suécia), e com coordenação portuguesa (eu, como coordenador principal, e a Associação Biopolis-Cibio/InBio como instituição de acolhimento) o Eurosyng está a empurrar a Europa para a vanguarda da conservação de um grupo de peixes excêntricos e, por extensão, dos seus mares.

Mas, afinal, o que vê um cavalo-marinho? O Eurosyng, que principiou no ano passado, começa a responder a esta questão, ainda que de forma não literal. Estamos a criar uma visão cronológica da distribuição das espécies, usando metodologias tradicionais (censos, dados de museus) e de vanguarda (genómica populacional).

Com os milhares de genomas que

estamos a sequenciar, poderemos, com um nível de detalhe impressionante, avaliar a saúde genética das populações actuais (para saber quem proteger e com que urgência) e medir a sua conectividade (para definir áreas a proteger), enquanto inferimos as oscilações históricas dos efectivos populacionais. Tendo em conta o clima actual e passado, procuramos também sinais de adaptação às novas condições ambientais.

Porque, além dos singnatídeos, os esforços de conservação devem ter em conta a nossa espécie, e beneficiando da conexão emocional do público com estas espécies icónicas, o Eurosyng trabalha também para o aumento da literacia oceânica (nas escolas e em iniciativas de ciência cidadã), aperfeiçoamento da legislação nacional e europeia, e para o apoio da economia azul.

No fim do que será um longo processo, porque o impacto do Eurosyng far-se-á notar muito depois do seu término, gostaria de poder dizer que um cavalo-marinho verá muitos outros singnatídeos dispersos num ecossistema limpo e resiliente, sendo visitado regularmente por crianças que querem aprender os segredos do mar e das suas criaturas. Veremos.

Nuno Monteiro

Investigador doutorado

Sou licenciado e doutorado em Biologia, com um mestrado em Ecologia Aplicada algures pelo meio. Presentemente, sou investigador no Biopolis (Cibio-InBio), trabalhando sobretudo nas áreas da



evolução, ecologia e comportamento animal. Integro o grupo de especialistas em

cavalos-marinhos, marinhas e dragões-do-mar na Comissão para a Sobrevivência das Espécies da União Internacional para a Conservação da Natureza, onde actuo como Ponto Focal para as Alterações Climáticas. Sou também o coordenador do Eurosyng.

Grupo de Investigação no Biopolis-Cibio

Ecologia Comportamental (BE)

Animais do Verão

O golpe de calor é, provavelmente, a situação mais recordada durante os meses de Verão e também a mais perigosa

NUNO FERREIRA SANTOS



Quais são os sintomas do golpe de calor nos animais? E o que é a hipertermia?

Começam a arfar e podem mesmo desmaiar em pouco tempo. Molhar o animal e levá-lo de imediato ao veterinário é o passo seguinte

Ana Isabel Ribeiro

Golpe de calor, hipertermia e desidratação são alguns dos perigos que a subida da temperatura tem nos cães e nos gatos. Os primeiros vão ter mais dificuldade em suportar o calor, especialmente as raças de focinho achatado e as de pêlo comprido. Por outro lado, estes últimos têm uma protecção solar adicional, uma vez que será mais difícil a pele entrar em contacto directo com a luz solar e os animais ficarem com escaldões. O mesmo se aplica às almofadas plantares (das patas), que normalmente têm mais pêlo, o que significa que o risco de queimadura é menor.

A temperatura normal do corpo de um cão varia entre os 37,5 e 39,2 graus, começa por destacar ao PÚBLICO a médica veterinária e docente da Universidade do Porto Joana Prata. Já os gatos, cuja temperatura corporal está entre os 38 e 39,2 graus, conseguem tolerar mais o calor.

O golpe de calor é, provavelmente, a situação mais recordada durante os meses de Verão e também a mais perigosa. Os sintomas variam: a temperatura ambiental está alta e a corporal dos animais sobe de tal forma que lhes afecta a consciência, e, por

isso, começam a ficar apáticos e parados, deixam de comer e de brincar. Segue-se o arfar excessivo, uma das formas que têm para se libertarem do calor, e a desidratação, visível na boca e nos olhos que ficam secos, enevoados e encovados, e na pele que perde elasticidade. “Se puxarmos a pele das omoplatas, que é onde se testa a desidratação, ela não vai voltar à sua posição inicial ou volta muito lentamente.” Em casos mais graves, podem surgir convulsões e até desmaios.

A primeira coisa a fazer em caso de golpe de calor é contactar o médico veterinário do animal e levá-lo a uma clínica ou hospital para ser examinado o mais rapidamente possível. Antes disso, afirma Joana Prata, é aconselhável molhar o cão ou o gato com água fria, dar-lhe água para beber e envolvê-lo numa toalha molhada durante a viagem para o manter fresco. Se estiver prestes a desmaiar, o mais seguro é pôr tapetes e mantas para amortecer a queda e desviar objectos onde este se possa magoar.

Utilizar cubos de gelo, por outro lado, não é aconselhável, tendo em conta que pode provocar um choque com a temperatura corporal do animal e desencadear uma rápida con-

tracção dos vasos sanguíneos. “É preferível que o arrefecimento seja progressivo”, defende Joana Prata.

O ar condicionado do carro, se existir, deve estar ligado no máximo. Se não existir, a alternativa é viajar com todas as janelas abertas. Pelo caminho, os tutores podem verificar se a temperatura corporal do animal está a baixar, tocando-lhe nas orelhas e nas patas. Se ainda estiverem quentes, devem molhar novamente as toalhas em água fresca e colocá-las nestas zonas.

Golpe vs. hipertermia

Os conceitos podem até ser semelhantes, os sintomas também, mas em teoria estes perigos provocados pelas altas temperaturas são diferentes. Na hipertermia, o organismo dos animais tem consciência que a temperatura do corpo está demasiado quente e procura arrefecê-la. É mais comum acontecer quando está muito calor, mas também pode ocorrer quando o animal faz demasiado exercício físico, que leva os músculos a produzirem calor, ou em cães e gatos com problemas cardíacos, metabólicos e com obesidade.

Nestes casos, o animal vai imediatamente procurar água fresca para beber e um local com sombra para se refugiar do calor. Salivar em excesso, vômitos, respiração rápida e ofegante, perdas de coordenação motora e desmaios são outros dos sintomas.

Os tutores devem dar água fresca para o animal beber, mas nunca em demasia, e levarem-no a uma clínica ou hospital. Segundo a veterinária, quando ingerida em grandes quantidades, “a água pode rapidamente entrar na circulação sanguínea e no interior das células”, originando um edema cerebral (acumulação excessiva de líquido no cérebro). “No caso da hipertermia, a taxa de mortalidade pode ir até aos 50%, o que é bastante elevado”, alerta a médica veterinária, acrescentando que se trata de uma emergência veterinária.

O golpe de calor agrega a hipertermia e a desidratação, e acontece quanto a temperatura do cão ou do gato excede os 40 ou 41 graus. Os animais estão de tal maneira quentes que não conseguem manter-se frescos, perdem rapidamente a consciência, deixam de responder aos estímulos e, como começam a arfar de forma rápida, ficam desidratados.

“A tensão arterial também vai descer e o animal pode entrar em choque, stress respiratório provocado pela respiração acelerada ou síndrome de disfunção múltipla dos órgãos que pode levar a lesões nos órgãos, incluindo no cérebro e nos rins”, explica Joana Prata. No limite, dá-se a morte do animal.

Terroir

publico.pt/terroir

Terroir é um projecto digital do PÚBLICO dedicado ao vinho, com o apoio das 14 regiões vitivinícolas portuguesas, do Instituto da Vinha e do Vinho e da Andovi. A produção editorial é completamente independente destes apoios.

Beber Colares é defender viticultores em vias de extinção

O ritmo é lento, mas aos poucos as vinhas de chão de areia regressam. Está na hora de fazermos a nossa parte: comprar garrafas e espalhar uma cultura vitícola que é única no mundo

Edgardo Pacheco

É provável que, depois do que acontece no Pico, na Graciosa e da Terceira, a viticultura de Colares seja uma das mais heróicas e irracionais do mundo (a par daquela que também se pratica na ilha de Lanzarote, mas isso agora não interessa).

Em Colares, há dois tipos de vinhas próximas do mar: as de chão de areia (fazem-se covas em terrenos de areia, à procura da argila para se plantar videiras em modo de pé franco) e as de chão rijo (videiras enxertadas e plantadas em solos argilocalcários). O que nos interessa hoje são as primeiras, que são a arte de proteger as plantas contra os ventos marinhos e húmidos que chegam do Atlântico, permitindo que a areia em si ajude a reter calor (escasso) para a maturação das uvas.

Hoje, as covas podem ser feitas com uso de retroescavadoras, mas noutros tempos era tudo feito à enxada, com consequências por vezes dramáticas. É que, na busca da argila, uma cova tanto podia estar a meio metro como a um ou dois metros de profundidade. Ora, acontecia que, de quando em vez, a areia desabava tão silenciosamente sobre quem estava a cavar que os restantes trabalhadores ao lado, noutras covas, não davam por nada. Ou melhor, quando davam pelo acidente já era demasiado tarde. Até que, um dia, reza a história, alguém teve a ideia luminosa de cavar as covas com um cesto de vimes enfiado na cabeça, à laia de capacete. Porquê? Porque, em caso de desabamento da areia, o trabalhador soterrado ficava com uma câmara de oxigénio suficiente para respirar até ao momento que um camarada ao lado desse pelo desastre e desatasse a cavar a areia para o salvar. Assim se salvaram vidas em Colares.

Mas isso são outros tempos. Recentemente, vimos a instalação de uma nova vinha da Adega Viúva Gomes, que é, apesar do recurso a tecnologias contemporâneas, uma espécie de guardiã das tradições. José Baeta e o filho Diogo plantaram cerca de um hectare de vinha em chão de areia, com as castas Malvasia de



FOTOGRAFIAS: ANDRÉ MATA



Esta forma artesanal de plantio permite proteger as plantas contra os ventos húmidos que chegam do Atlântico

Colares (branca) e Ramisco (tinta). Em 2023 foram às vinhas próprias e às vinhas vizinhas e cortaram varas que foram enterradas para enraizamento. Este ano meteram cada uma das varas com raízes em covas estrumadas, sendo que nuns casos a argila estava a dois ou três palmos e noutros a dois metros de profundidade – sistema que deixaria um viticultor da Califórnia ou do Chile à beira de

um ataque de nervos. E, a seguir, como nos diz José Baeta, “reza-se para que a taxa de insucesso não ultrapasse os 30% porque dá muito trabalho a plantar as falhas”.

Claro que o ataque de nervos dos tais viticultores californianos e chilenos não teria que ver apenas com o sistema de plantação artesanal da vinha, mas com os níveis de produção destas. Um hectare de vinha de Malvasia em sistema de chão de areia e aramada pode dar quatro toneladas de uvas (3,3 toneladas no caso da casta Ramisco), enquanto numa vinha, mais a norte, na mesma região de Lisboa, podemos falar de valores acima de 15 toneladas por hectare.

Depois, o facto de as vinhas de Colares estarem em cima do mar faz que o viticultor tenha de estar sempre a controlar os ventos marinhos e as neblinas matinais, factores malvados que afectam a saúde das uvas. Há ainda o facto de os tintos de Ramisco exigirem tempo de estágio em garrafa (quando novos, têm uma rusticidade difícil de tolerar). Donde, tudo isto nos coloca perante uma

viticultura heróica, praticada apenas por meia dúzia de produtores românticos.

Em consequência, a única forma de se obter alguma rentabilidade nestes projectos é pela via dos preços que se pedem por uma garrafa. Não há milagres. Mais, beber vinhos de Colares é – além de uma manifestação de bom gosto – sinónimo de defesa de um património vitícola único no mundo.

Nas últimas décadas, os vinhos de Colares tinham mais notoriedade no estrangeiro do que em Portugal. Recentemente, alguma literacia vinica, a restauração *premium* e o turismo estão a inverter este cenário. Seja como for, 60% da produção da Adega Viúva Gomes vai para exportação.

Bom indicador é, segundo José Baeta, o aumento do enoturismo na castiça adega que fica em Almoçageme, onde podemos perceber melhor o vinho de Colares, a sua história e, claro, comprar algumas garrafas. Quais? Bom, isso agora depende de diferentes factores, com destaque para os de carácter financeiro. Um branco colheita Viúva Gomes Malvasia de Colares 2022 custa 30 euros. Um Reserva Malvasia de Colares de 2021 custa 70 euros e um Ramisco de 2017 fica por 33,50. Mas, se quiserem perceber mesmo porque é que muita gente se encanta com Ramiscos velhos, neste caso será o Viúva Gomes 1969 (82 euros).

Se pegarmos nos extremos, temos que o Colheita Malvasia de Colares de 22 é um pingue-pongue entre notas florais, notas marinhas e notas de madeiras usadas, com a boca sempre salina e cheia de carácter. É um vinho que tanto pode beber-se hoje como daqui a 10 ou 15 anos. Quanto ao Ramisco de 1969, aqui estamos perante um clássico: notas de madeiras velhas, notas de fungos, notas vegetais, notas lácteas ligeiras e caruma e, claro, algum acético. Na boca, tudo pelo mesmo registo, com a adstringência e a acidez juntas. Não se trata de um vinho para iniciados. Para isso, o Malvasia de 22 é bem indicado; este Ramisco de 69 é um belo presente para um pai ou um avô que levam o vinho a sério.

Cinema

Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
A Sede 18h; **Underground - Era Uma Vez um País...** M14. 15h, 21h; **Histórias de Bondade** M16. 18h; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 14h10, 21h30; **Geração Low-cost** 16h, 19h30;

Braga

Cineplace Nova Arcada - Braga
Av. De Lamas. T. 253112913
Gru - O Maldispósito 4 M6. 13h30, 15h30, 17h30, 19h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. Xplace Atmos - 13h, 15h, 17h10, 19h20 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 21h30; **Deadpool & Wolverine** M12. Xplace Atmos - 13h40, 14h, 16h20, 16h40, 19h, 19h20, 21h40, 22h; **O Coleccionador de Almas** M16. 19h30; **A Abelha Maia e o Ovo Dourado** M6. 13h30, 15h30, 17h30, 19h30 (VP); **Crossing - A Travessia** M14. 13h20; **Oh Lá Lá!** 15h30, 17h30, 21h40; **Armadilha** M12. Xplace Atmos - 13h, 15h15, 17h30, 19h45, 22h; **Pacto de Redenção** M12. 21h30; **Divertida-Mente 2** M6. 12h20, 13h20, 14h20, 15h20, 16h30, 17h30, 19h40 (VP), 21h50 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. Sala Atmos - 13h40, 16h20, 18h40, 19h, 21h20, 21h40

Castelo Branco

Cinebox
Av. Gen. Humberto Delgado. T. 760789789
Gru - O Maldispósito 4 M6. 16h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h, 16h30, 19h10 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 18h50; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h50, 16h30, 21h40 (2D), 19h05 (3D); **Oh Lá Lá!** 14h05, 21h35; **Armadilha** M12. 21h30

Coimbra

Auditório Salgado Zenha
Universidade de Coimbra. T. 239410408
Histórias de Bondade M16. 14h45; **Geração Low-cost** 18h
Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Patosi M6. 14h45 (VP); **O Coleccionador de Almas** M16. 16h30; **Crossing - A Travessia** M14. 18h40; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 21h30;

Covilhã

Cineplace - Serra Shopping
Avenida Europa, Lt 7.
Gru - O Maldispósito 4 M6. 12h50, 14h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h, 17h10, 19h20 (VP), 21h30 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 19h30; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h40, 16h20, 19h, 21h40; **A Abelha Maia e o Ovo Dourado** M6. 15h30, 17h30 (VP); **Crossing - A Travessia** M14. 13h20; **Oh Lá Lá!** 21h50; **Armadilha** M12. 16h50, 19h10, 21h30;

Figueira da Foz

Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz
R. Abade Pedro. T. 233407200
Histórias de Bondade M16. 21h30

Guarda

Cineplace La Vie - Guarda
C.C. La Vie. T. 271212140
Gru - O Maldispósito 4 M6. 12h50, 14h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h, 17h10, 19h20 (VP), 21h30 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h30, 16h10, 18h50, 21h30; **A Abelha Maia e o Ovo Dourado** M6. 15h20, 17h20 (VP); **Crossing - A Travessia** M14. 13h10; **Oh Lá Lá!** 19h20, 21h20; **Armadilha** M12. 16h50, 19h10, 21h30;

Estreias

Geração Low-cost

De Emmanuel Marre, Julie Lecoustre. BEL/FRA. 2021. 115m. Drama, Comédia. M14. Uma comissãoária de bordo de uma companhia aérea “low cost” vai vivendo sem grande entusiasmo, evitando criar ligações profundas com aqueles que a rodeiam. Está, na realidade, a lidar com a morte da mãe num trágico acidente de viação.

Crossing - A Travessia

De Levan Akin. Com Mzia Arabuli, Lucas Kankava. SUE/ DIN/FRA/Turquia/Geórgia. 2024. 106m. Drama. M14. Lia, uma professora reformada, viaja da Geórgia até Istambul, na Turquia, em busca da sobrinha. Lá, mergulha no submundo da cidade e trava conhecimento com uma advogada que luta pelos direitos de pessoas trans.

Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você De Roberto de Oliveira. BRA. 2022. 100m. Documentário, Musical. M12. No início de 1974, Elis Regina e António Carlos Jobim, ou Tom Jobim, juntaram-se nos MGM Studios em Los Angeles, na Califórnia, para gravar “Elis & Tom”, um marco da MPB com dois dos seus grandes nomes.

A Sereia da Noite De Tereza Nvotová. Com Natalia Germani. Eslováquia/ República Checa. 2022. 106m. Terror. M14. Agora adulta, Šarlota volta à aldeia de montanha onde nasceu e onde deixou segredos terríveis. Vai viver para uma cabana onde, dizem os habitantes locais, já morou uma bruxa.

Armadilha

De M. Night Shyamalan. GB/EUA/lémen. 2024. 105m. Terror, Thriller. M12. Um pai leva a filha a um megaconcerto de uma estrela pop. Só que, na realidade, ele é um assassino em série e todo o concerto é uma operação policial para o tentar apanhar.

Mais Que Nunca

De Emily Atef. ALE/LUX/NOR/ FRA. 2022. 123m. Drama. M14. Um diagnóstico de uma doença rara de pulmões muda a vida de uma mulher de 33 anos que decide sair de Bordéus, deixar o marido para trás e ir para a Noruega procurar um “blogger”.

Oh Lá Lá!

De Julien Hervé. Com Christian Clavier. FRA/BEL. 2024. 92m. Comédia. M12. Uma família aristocrata e uma família mais modesta vão juntar-se através do casamento dos filhos. Decidem fazer testes de ADN e descobrem coisas inesperadas sobre o passado.

Pacto de Redenção De Michael Keaton. EUA. 2023. 114m. Thriller. M12. Protagonizado e realizado por Michael Keaton na segunda vez que está atrás das câmaras de um filme, um “thriller” de crime cheio de reviravoltas e drama.

A Abelha Maia e o Ovo Dourado De Noel Cleary. ALE/Austrália. 2021. 88m. Animação. M6. A Abelha Maia, o célebre insecto criado para a literatura por Waldemar Bonsels em 1912, que foi alvo de várias adaptações, incluindo um “anime” dos anos 1970, está de volta.



Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você

As estrelas			
	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
A Ama de Cabo Verde	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Cidade Portuária	—	★★★★☆	★★★★☆
O Coleccionador de Almas	★★★★☆	—	—
Divertida-Mente 2	★★★★☆	—	—
Um Domingo Interminável	—	★★★★☆	★★★★☆
Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Geração Low Cost	—	★★★★☆	★★★★☆
Mais que Nunca	—	★★★★☆	★★★★☆
Memória	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
A Minha Avó Trelotótó	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Podia Ter Esperado por Agosto	—	●	●
Tornados	★★★★☆	●	★★★★☆
A Travessia	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
A Sede	—	★★★★☆	★★★★☆
● Mau ☆☆☆☆☆ Mediocre ★★★★★ Razoável ★★★★★ Bom ★★★★★ Muito Bom ★★★★★ Excelente			

Guimarães

Castello Lopes - Espaço Guimarães
25 de Abril, Silvaes. T. 253539390
Gru - O Maldispósito 4 M6. 14h35, 16h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h30, 18h45, 21h (VP), 13h30 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 19h05, 21h30; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h35, 15h35, 16h10, 18h10, 18h45, 20h50, 21h20; **Oh Lá Lá!** 13h30, 15h30, 17h30, 19h30, 21h30; **Castello Lopes - Guimarães Shopping**
Lugar das Lameiras. T. 253520170
Gru - O Maldispósito 4 M6. 14h55, 17h10 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 14h15, 16h30, 18h45, 21h (VP), 17h, 21h30 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 14h35, 19h05; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h35, 15h35, 16h10, 18h10, 18h45, 20h50, 21h20; **O Coleccionador de Almas** M16. 19h25; **Oh Lá Lá!** 13h30, 15h30, 17h30, 19h30, 21h30; **Armadilha** M12. 21h35;

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping, Estrada Real nº 95
Lugar das Guardedeiras. T. 229419241
Gru - O Maldispósito 4 M6. 14h40, 16h55 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h30, 18h45 (VP), 21h (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 19h10; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Oh Lá Lá!** 13h30, 15h30, 17h30, 19h30, 21h30; **Armadilha** M12. 21h35

Ovar

Castello Lopes - Vida Ovar
C.C. Dolce Vita. T. 960254838
Divertida-Mente 2 M6. 12h45, 14h55 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 17h05; **Deadpool & Wolverine** M12. 21h30; **Oh Lá Lá!** 19h35

Penafiel

Cinemax - Penafiel
Ed. Parque do Sameiro. T. 255214900
Gru - O Maldispósito 4 M6. 11h, 13h, 17h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h, 13h, 15h10, 17h20, 19h30, 21h30 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 14h40; **Deadpool & Wolverine** M12. 15h, 17h50, 21h40, 23h45; **O Coleccionador de Almas** M16. 00h20; **Oh Lá Lá!** 19h10, 24h; **Armadilha** M12. 21h30

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt



São João da Madeira

Cineplace - São João da Madeira
Av. Renato Araújo, 1625.
Gru - O Maldispósito 4 M6. 15h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 13h30, 15h, 15h30, 17h10, 19h20 (VP), 21h30 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h30, 16h10, 18h50, 21h30; **A Abelha Maia e o Ovo Dourado** M6. 13h, 15h (VP); **Oh Lá Lá!** 19h40, 21h40; **Armadilha** M12. 17h, 19h20, 21h40;

Viana do Castelo

Cineplace Estação Viana Shopping
Av.º General Hum. Delgado. T. 258100260
Gru - O Maldispósito 4 M6. 13h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h10, 17h20, 19h30 (VP), 19h40 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h30, 16h10, 18h50, 21h30; **A Abelha Maia e o Ovo Dourado** M6. 15h20 (VP); **Oh Lá Lá!** 21h50; **Armadilha** M12. 17h20, 21h40;

Vila Nova de Gaia

UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Underground - Era Uma Vez um País... M14. 17h55; **Patti Smith, Poeta do Rock** M12. 14h50, 19h30; **A Última Sessão de Freud** M12. 13h45, 16h20, 18h55, 21h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 16h45, 21h25; **Gru - O Maldispósito 4** M6. 13h55, 16h20, 18h45, 21h15 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 16h55, 21h50; **Horizon: Uma Saga Americana - Capítulo 1** M14. 14h10, 21h20; **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 14h05, 16h05, 16h30, 18h30, 18h55, 21h25 (VP), 21h05 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h15, 16h10, 19h10, 22h; **O Agente Americano** M12. 19h15, 21h35; **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h30, 16h, 18h40, 21h20; **Tornados** M12. 13h35, 16h15, 18h50, 21h45; **Clube Zero** 14h20, 19h20; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 15h, 16h10, 18h45, 19h, 21h35, 21h50; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h10, 19h, 21h50; **O Coleccionador de Almas** M16. 14h25, 16h50, 18h25, 21h55; **A Abelha Maia e o Ovo Dourado** M6. 14h35, 16h50 (VP); **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **Oh Lá Lá!** 14h, 16h35, 19h05, 21h40; **Armadilha** M12. 14h15, 16h45, 19h15, 22h; **Pacto de Redenção** M12. 13h45, 16h25, 19h, 21h40; **Mais Que Nunca** M14. 13h25, 16h15, 19h10, 21h55;

Lazer

MÚSICA

Festival Ponte d’Lima
PONTE DE LIMA Expolima. De 1/8 a 3/8. 40€ (dia), 60€ (dois dias), 70€ (passe geral); grátis **Palco Náutico grátis**
Punk-rock em modo *Suicídio Comercial* pela dupla Baleia Baleia. As canções de Ana Lua Caiano contidas em *Vou Ficar Neste Quadrado*. O kuduro sem barreiras da luso-angolana Pongo. Os *Estilvs Misticvs* do Conjunto Corona. E ritmos balcânicos servidos pelo bem português Matko Destrokanov. É o que se ouve no primeiro dia do festival limiano que, depois de ter atraído dez milhares de pessoas à edição de estreia, no ano passado, atira-se à segunda ronda determinado a superar esse número. Até sábado, ainda dá a ouvir o garage-rock dos Osees, o entusiasmo funk-punk dos californianos !!! (Chk Chk Chk), a criatividade enérgica e interventiva dos congoleses Kokoko! e o “tecno sírio” de Omar Souleyman, entre muitos outros. O cartaz completo pode ser consultado em festivalpontedlima.pt.

ÓPERA

A Flauta Mágica
AVEIRO Teatro Aveirense. Dia 1/8, às 21h30. M/6. 5€ a 8€
Os alunos de ópera do Curso Internacional de Música Vocal apresentam uma versão da obra de Mozart que, mesmo sendo tão célebre e interpretada desde a sua estreia (em 1791, em Viena), continua a exercer um fascínio incomparável. São acompanhados pela Orquestra Filarmonia das Beiras, com Jan Wierzba na direcção musical e artística, e com encenação de Claudio Hochman.

EXPOSIÇÃO

Marionetas Contemporâneas: Criações e Discursos
PORTO Museu das Marionetas. Quarta a sexta, das 14h às 18h; sábado e domingo, das 11h às 13h e das 14h às 18h. 3,50€
A exposição integra adereços, histórias e actividades inspiradas em peças emblemáticas da companhia portuense, como *Miséria*, *Vai no Batalha*, *Óscar*, *História da Praia Grande*, *Teatro Dom Roberto* ou *Os Amigos de Gaspar*.

Jogos

Jogue também online.
Palavras-cruzadas,
bridge e sudoku em
publico.pt/jogos



Totoloto

8 15 24 25 49 8

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas12.509

Paulo Freixinho
palavascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1. No sector da saúde, duplicaram no ano passado. 2. Está “extremamente preocupada” com distúrbios nos protestos anti-Maduro. “Castela castiga, se não é à (...) é à saída”. 3. De propósito. Antes de Cristo. 4. Dor nos rins. Interjeição designativa de dúvida ou desconfiança. 5. Não conseguiram reduzir as emissões em 2023. 6. Parlamento Europeu. Trincar. 7. Península da Costa Rica. Comissão Europeia. Sufixo (referente a, da natureza de). 8. Comprido. Antes do meio-dia. A mim. 9. Se o leva nas férias, há cuidados que deve ter em conta. 10. Protesta. Época. 11. Rebocar. Invulgares.
VERTICAIS: 1. Filtrar. Égua nova. 2.Desarmado. Extraterrestre. 3. Instrumento com ponta de aço ou de substância dura para cortar e gravar em metal, lavrar pedra, etc. Cabrito de um ano (pop.). 4. Deus do Amor entre os Gregos. Excesso na comida e bebida. 5. Lançar a rede. Avaliar. 6. Conselho Nacional de Educação. Nome da letra M. O mantra mais importante do Hinduísmo e outras religiões. 7. Canal televisivo estatal russo. Sufixo (abundância). Adorar. 8. Fúria. Aparador antigo com espelho alto, que se coloca na parte da parede compreendida entre duas janelas. 9. Rui (...), é o novo director da Cinemateca Portuguesa. Bispar. 10. Espera deferimento (abrev.). Sirva-se. Simples. 11. Deslocam-se para fora. Ruas pequenas.

Solução do problema anterior

HORIZONTAIS: 1.Sines. Lavar. 2.Acata. Imita. 3.BES. Inserir. 4.Arroba. No. 5.Tule. Corpo. 6.Apia. 7.Pavlov. Digi. 8.Ene. Bote. Rb. 9.Nanar. Altar. 10.Cientista. 11.Aves. Surfar.
VERTICAIS: 1.Sabat. Penha. 2.Ice. Ufana. 3.Nasal. Vence. 4.ET. Real. Ais. 5.Sair. Pobre. 6.Nocivo. Ns. 7.Lisboa. Tatu. 8.Amear. Delir. 9.Vir. Pai. TSF. 10.Atino. Grata. 11.Raro. Vibrar.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Ninguém

NORTE
♠A653
♥103
♦AQ2
♣Q863

OESTE
♠1092
♥AK762
♦7654
♣4

ESTE
♠4
♥J985
♦KJ103
♣K752

SUL
♠KQJ87
♥Q4
♦98
♣AJ109

Oeste	Norte	Este	Sul
	2ST1	passo	1♠
passo			4♠2
Todos passam			

Leilão: Qualquer forma de *bridge*. 1 – Jacoby: *forcing* a partida com pelo menos quatro cartas de apoio; 2 – 12 a 14 sem *singleton*

Carteio: **Saída:** A♥. Oeste tira também o Rei de copas antes de jogar um ouro. Dama do morto, mas Este faz o Rei e insiste com o Valete de ouros. No morto, com o Ás de ouros, como continuaria?

Solução: Para ganhar este jogo é necessário não perder uma única vaza a paus. O Rei de paus deverá estar à direita, o que é uma probabilidade bem superior, comparando com um Rei de paus seco em Oeste. Mas, mesmo parecendo que não passa de uma passagem das mais simples, um detalhe a considerar! Essa passagem pode ser feita em três tempos, para o caso de Este ter o Rei de paus fundo (à quarta). Suponhamos que desde logo elimina os trunfos a acabar no morto. Poderá de seguida apresentar a Dama de paus.

Se Este cobrir (uma falha grave neste contexto), o jogo fica terminado. Mas, se ele não cobrir, o que é bem jogado quando se tem uma figura funda, a Dama faz a vaza e segue-se outro pau para o Valete. Quando Oeste baldar, terá de se render por um cabide por não ter forma de aceder novamente ao morto para uma terceira passagem. Ora, prevendo o pior, é fundamental jogar desde logo o 3 de paus para o Valete, ainda antes de tocar nos trunfos, quando fez o Ás de ouros. Mas porquê o 3 de paus e não a Dama? Suponhamos que era a Dama a carta jogada, os caminhos estão bloqueados agora: seja por jogar novamente paus e Oeste corta qual ave de rapina; seja por destrunfar agora a acabar no morto. O problema, contudo, perdurará pela falta da tal terceira passagem. Percebe-se melhor agora o porquê de jogar o 3 de paus naquele momento, Valet faz a vaza, três voltas de trunfo a acabar no morto e por fim a Dama de paus. Também faz? Outro pau para o 10 e o Ás acaba por capturar o Rei e o contrato está cumprido!

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♥	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?

♠Q943 ♥Q93 ♦A8 ♣K742

Resposta: Tendo *fit* no rico do abridor deve o respondente apoiar logo, desde que esteja limitado a 12 pontos. Com mais deve mudar de naipe. Algumas parcerias têm métodos diferentes e podem usar a resposta de 1ST *forcing* por uma volta para mais tarde marcar 3♥; outros ainda usam a voz de 2ST “fitté”. Em qualquer dos casos, deve-se evitar a resposta de 1♠.Com apoio no rico de abertura e pelo menos 13 pontos de honra e distribuição já se torna necessário começar por mudar de naipe.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.782 (Fácil)

			1					
	8	1		9	5	3		
					2			6
1				4			5	8
4	6	3	2		8	1	7	9
5	2			1				4
2			4					
		6	8	7		5	2	
					3			

Solução 12.780

6	2	3	5	1	8	7	9	4
5	7	9	4	2	3	1	6	8
1	8	4	7	9	6	2	5	3
9	1	5	8	6	2	3	4	7
8	4	7	3	5	1	9	2	6
2	3	6	9	7	4	8	1	5
4	9	1	6	3	7	5	8	2
7	6	2	1	8	5	4	3	9
3	5	8	2	4	9	6	7	1

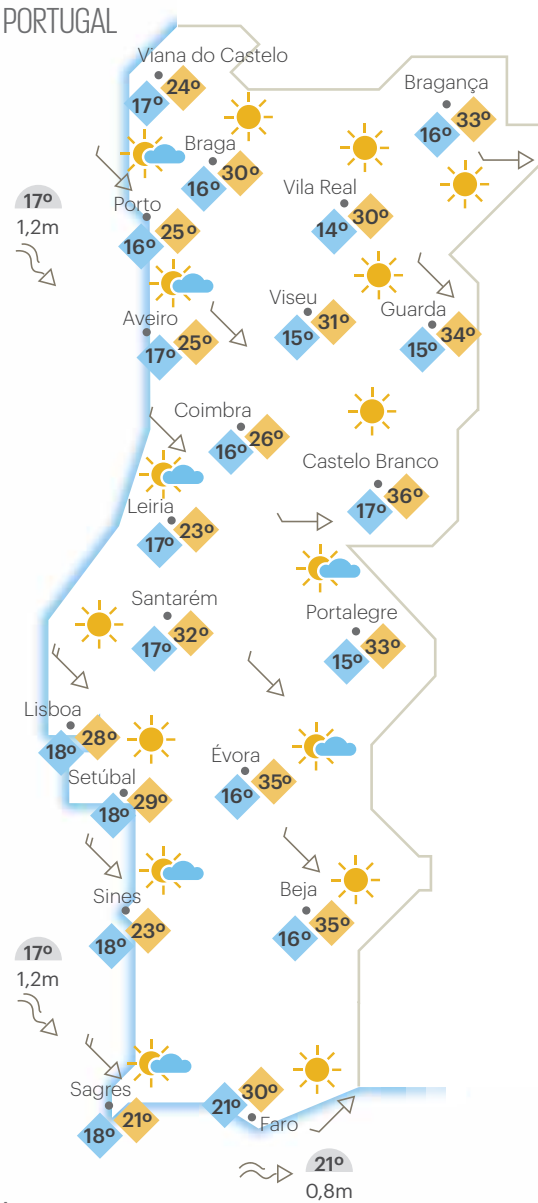
Problema 12.783 (Difícil)

			4	3				6
4	1		7		8			
							5	
						9	1	
		2	6		5	7		
	8	9						
	5							
			8		2		9	4
8				4	1			

Solução 12.781

2	4	3	8	6	7	5	9	1
6	1	5	2	4	9	7	8	3
7	8	9	3	5	1	4	6	2
3	6	7	4	1	5	8	2	9
1	5	2	7	9	8	6	3	4
4	9	8	6	2	3	1	5	7
5	2	1	9	8	4	3	7	6
8	3	6	1	7	2	9	4	5
9	7	4	5	3	6	2	1	8

Meteorologia



PRÓXIMOS DIAS PORTO

Sexta-feira, 2	Sábado, 3	Domingo, 4
14°	15°	15°
25°	27°	27°
Índice UV	Índice UV	Índice UV
Vento	Vento	Vento
Humidade	Humidade	Humidade
M. alto Fraco 76%	M. alto Fraco 69%	M. alto Fraco 69%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera

Valores por semana

Semana de 21 Jul.	424,80
Há um ano	421,28
Há dez anos	398,97
Semana de 14 Jul.	425,95

Nível de segurança 350

Nível pré-industrial 280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto

Coimbra

Lisboa

Évora

Faro

SOL

LUA

04 Ago. 11h13

12 Ago. 15h19

19 Ago. 18h26

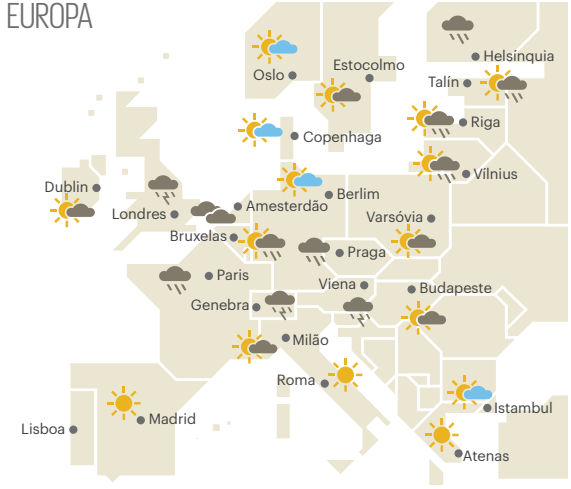
26 Ago. 11h28

Nascente 06h38

Poente 20h47

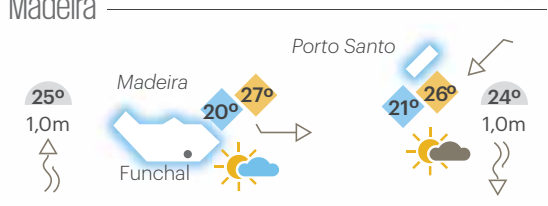
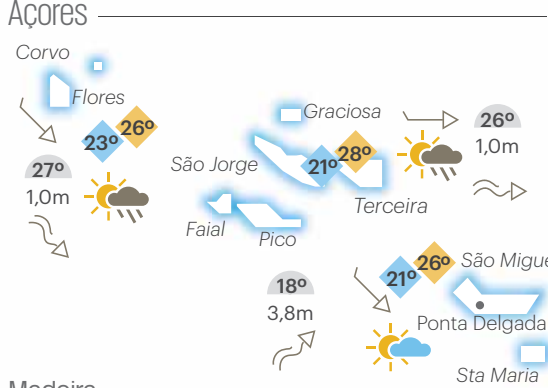
Nascente 03h11

Poente 19h11



TEMPERATURAS °C

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amsterdão	14	23	Roma	21	36
Atenas	23	34	Viena	22	33
Berlim	15	28	Bissau	26	32
Bruxelas	16	25	Buenos Aires	19	22
Bucareste	20	37	Cairo	26	38
Budapeste	20	35	Caracas	20	31
Copenhaga	13	21	Cid. do Cabo	8	16
Dublin	15	23	Cid. do México	13	24
Estocolmo	14	23	Dili	22	32
Frankfurt	18	26	Hong Kong	27	33
Genebra	17	32	Jerusalém	21	33
Istambul	22	30	Los Angeles	18	29
Kiev	17	30	Luanda	19	25
Londres	17	28	Nova Deli	27	30
Madrid	22	38	Nova Iorque	25	34
Milão	23	35	Pequim	25	33
Moscovo	14	20	Praia	24	30
Oslo	13	24	Rio de Janeiro	17	25
Paris	18	30	Riga	12	22
Praga	18	30	Singapura	27	34



MARÉS

	Preia-mar	Baixa-mar	*de amanhã
Leixões	m	m	m
07h31	1,2	07h09	1,3
13h50	3,0	13h26	3,0
20h13	1,0	19h51	1,1
02h22*	2,9	02h00*	2,9
		01h55*	2,8

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL



PRIMEIRO QUE TUDO: P24

As histórias mais importantes do dia chegam em *podcast*, numa equipa reforçada: **Amílcar Correia** e **Manuel Carvalho** juntam-se a **Ruben Martins** e **Inês Rocha**.

De segunda a sexta, às 7h, *podcast* P24. O dia começa aqui.



Disponível em publico.pt/podcasts e em todas as plataformas de *podcasts*

Apple Podcasts Spotify YouTube



8 • P2 • Sábado 19 Maio 2007

Ida Maria gritou golo antes do tempo – ela foi a nossa Jacqui Oatley



Pela primeira vez, uma mulher fez um relato de futebol de um jogo da Premier League inglesa para a BBC – e houve treinadores a mudar de canal. E em Portugal, podia acontecer? Já aconteceu, e foi antes do 25 de Abril. Mas não deve voltar a acontecer tão cedo. *Por Inês Nadais*

Ida Maria nunca teve “grande jeito para cozer coisas”, mas lembra-se disso – de lhe disserem que ela devia estar em casa a cozer massas (ou então no carro, a fazer crochê: era o que as mulheres faziam nas tardes de futebol) e não no estúdio, a gritar golo aos microfones da Emissora Nacional. Estávamos no século passado (mas mesmo assim muito à frente do Portugal futuro em que não há nenhuma mulher a fazer relatos de futebol para a rádio ou para a televisão), em 1972 ou 1973, e ela entrava nos estúdios como se fosse tudo dela. Não houve nenhum treinador a ameaçar mudar de emissora como há um mês, em Inglaterra, quando Jacqui Oatley gritou golo (duas vezes: ficou 1-1, esse aneddotico Fulham-Blackburn Rovers) no Match of the Day da BBC – mas houve “um senhor” na Emissora Nacional que “não conseguiu” enquanto não lhe deu “um refresco” e a tirou de lá, para a pôr no sítio dela.

Hoje há mais um jogo do ano em Inglaterra e podia ser Jacqui Oatley a relatar para a BBC – não é, mas podia. Apesar dos treinadores que mudaram de canal (e dos colunistas que acharam a voz dela, aliás a “sirene dos bombeiros” dela, um insulto aos históricos da narração desportiva), vai acontecer mais vezes essa coisa que nunca tinha acontecido antes: uma mulher a gritar golo (de Robert McCarthy)

no Match of the Day. A BBC quer “reflectir o país real”, diz Roger Mosey, o editor de desporto da cadeia pública britânica, e no país real há mais mulheres a ver os jogos. Mockbuster do que o último episódio da soap opera do momento.

Em parte, a estreia televisiva de Jacqui Oatley no Fulham-Blackburn Rovers de 21 de Abril também se transformou numa telecena (se imaginarmos que seja por isso que Louise Pirkle, uma das mais carismáticas jornalistas de desporto portuguesas, nos diga que não quer

falar “da história da menina”, etc.). Não estamos a imaginar a BBC a fazer o que fez nesse último mês por um comentador desportivo com nome de rapaz (coisas como vir ao site frisar que “Jacqui foi escolhida por mérito” e que “jogo futebol amador até aos 27 anos, por isso sabe muito bem do que está a falar”, já para não falarmos do brilhante de Gary Lineker, mas adiante). O comentário de Jacqui Oatley ainda nem sequer tinha ido para o ar e a BBC já tinha percebido que o país real não achava normal: mesmo

quando não achava mal, como o treinador que mudou de canal e todos os seus conhecidos incluindo a mulher, friso David Bassett, o senhor napping), não achava normal. “Talvez os corretores da BBC Sport não reflitam com rigor o resto do país – nós vimos isto como uma progressão natural”, confessou Paul Armstrong, o editor do Match of the Day, na resenha das várias páginas três e dos vários fluxos de discursos comentários-tipo: “Não ouvi o relato dela – mas vi as fotos e é linda de morrer” ou “Surpreendente: nada

de comentários sobre as pernas dos jogadores ou sobre como tirar nódoas de relva na roupa de nylon”) sobre o direito das mulheres a um lugar – com microfone – na bancada de imprensa dos estádios ingleses.

Um caso português

Quisemos saber se isto podia acontecer em Portugal – e disseram-nos várias vezes que não até nos dizerem que já aconteceu (embora não deva voltar a acontecer tão cedo). “A curto prazo não vai ser possível, porque as mentalidades são muito retrógradas” – e porque em Portugal já se fez uma vez uma experiência e a reacção dos ouvintes foi tão desastrosa que isso marcou a rádio. Passou-se comigo, há uns 35 anos, quando eu estava na Emissora Nacional. Um dia pusemos a relatar uma senhora que gostava muito de desporto”, recorda Fernando Correia, um histórico da narração radiofónica de jogos de futebol.

Passou-se com ele e passou-se com Ida Maria – mas ela lembra-se de ter sido bom (e “não tão mau quanto me ele julga”). “Eu ia muito ao futebol e lá fora disse-lhe na rádio, naturalmente. Era locutora – e não queria ser mais nada, ser locutora era o meu sonho. Nem percebo por que é que deixou de se usar esse nome – quando me apontei já era animadora, que é uma coisa que me irrita imenso”, diz Ida Maria ao P2. “Mas, bem, um dia o chefe do



Onde é que já se viu uma alentejana a narrar futebol?

Crónica

Ruben Martins

Em 2007, uma mulher foi, pela primeira vez, a voz de um jogo de futebol da Premier League na BBC. A notícia já seria bafienta se tivesse sido publicada nos anos 1990, mas é difícil explicar como é que uma mulher só deu voz a uma partida depois de “apenas” 70 anos de sucessivos homens a narrar jogos na emissora pública britânica. Falam mal das listas de espera no SNS, mas a BBC deixou as mulheres sete décadas à espera de terem voz na narração de jogos de futebol.

Percebo as preocupações de algumas pessoas revoltadíssimas com a presença de Jacqui Oatley a narrar um Fulham-Blackburn Rovers na BBC. Se fosse em Portugal, de certeza que a mulher se esqueceria de que estava a narrar um jogo e passaria uma boa parte do tempo a falar da estreia da “imperdível” novela *A Promessa*. Ou então a falar de mais um episódio adjectivado entre o “explosivo” e o “bombástico” de um qualquer programa de casais que contraem matrimónio sem se conhecerem previamente de lado algum, numa “experiência social” com uma elevada probabilidade de permitir a experimentação de um divórcio no último episódio.

Reparem num dos comentários que se leram em 2007 sobre a primeira mulher a narrar futebol na BBC: “Surpreendente: nada de comentários sobre as pernas dos jogadores ou sobre como tirar nódoas de relva na roupa de nylon.” Cá está um espectador que não acreditava muito nisto de as mulheres poderem narrar futebol. Outros foram mais arrogantes e mudaram de canal: a “sirene dos bombeiros” era “um insulto aos históricos da narração desportiva”, escreviam. Não se preocupem, em Portugal só tivemos de esperar mais 13 anos pela “novidade” que era ter uma mulher a narrar um jogo da

primeira divisão na televisão. E o pior desta experiência é que ela, contra todas as expectativas das mãs-línguas, não passou o jogo a autopromover a restante programação do canal ou a fazer comentários que nada acrescentam ao jogo. Foi Rita Latas, na SportTV, com um jogo do B-SAD contra o Sporting de Braga, em 2020. Mas a história mostra que há uma mulher que, ainda em ditadura, deu voz à bola na rádio: Ida Maria estreou-se num Sporting-Académica nos microfones da Emissora Nacional.

Locutora histórica da emissora pública, Ida Maria teve a sorte de ter um chefe com bom senso que percebeu o gosto que ela tinha pelo futebol. Mas a experiência não durou muito tempo, e a locutora só faz mais “uns dois ou três relatos”: “houve um jornal que me deu da cabeça aos pés, mas o público reagiu o melhor possível”; já dentro da rádio houve quem não sossegasse enquanto não voltasse a meter a locutora “no sítio dela”. A principal queixa – ou será medo das diferenças? – é a de que o grito de golo de uma mulher “é mais agudo, mais agreste – menos audível”.

Hoje, as mulheres estão cada vez mais presentes no jornalismo desportivo, sendo também presença frequente em programas de comentário. O mundo demorou a mudar, mas mudou. Mas ainda há quem não tenha percebido: em 2019, Rita Latas ouviu do então treinador do Benfica, Jorge Jesus, um misógino “é natural que você não saiba o que é muita qualidade de jogo”, depois da então jornalista o ter questionado sobre a pouca qualidade de jogo da sua equipa.

Melhor o título da edição *online* da rádio Campanário, com centro emissor em Vila Viçosa: “Rita Latas faz história como primeira mulher e alentejana a narrar um jogo da 1.ª Liga de Futebol.” Uma mulher a dar voz ao futebol, tudo bem, mas onde é que já se viu um alentejano a narrar futebol? Modernices a que uma pessoa tem de estar sujeita em pleno século XXI.

6 Sobre o texto ‘Ida Maria gritou golo antes do tempo – ela foi a nossa Jacqui Oatley’, da autoria de Inês Nadais, publicado no P2 de 19 de Maio de 2007

Questionário Pós-Proustiano

Que rede social mais usa? Já desistiu de alguma, e porquê?
Não uso nenhuma rede social neste momento! Contudo, já usei o Facebook e desisti, porque senti que não me fazia nada social, pelo contrário!
Já se arrependeu de alguma coisa que escreveu numa rede social? O quê?
Não me arrependo porque não cheguei a usar muito o Facebook.
Tem a noção de quantos ex-amigos tem? Cinco? Dez? Ou nunca se zangou com um amigo?

Tenho três ex-amigas.
Qual é o elogio que menos gosta que lhe façam?
Até rimas fixe para uma rapariga.
Se pudesse viver no cenário de um romance literário, qual escolheria?
Vestiria a pele de uma sereia que, deparando-se com tantos mortos no seu mar, vai até à superfície tentar ajudar os homens a perceber que a guerra não é a solução.
Fora de Portugal, qual é o lugar onde se sente em casa? E porquê?

Em Luanda e em Nova Iorque! Em Luanda porque nasci lá e a minha mãe, irmã, muita família vivem lá, e Nova Iorque porque nunca me senti diferente por lá, apesar de não ser de lá!
Qual o melhor conselho que lhe deram na vida?
Não confies a 100% no teu eu de hoje! Ele, depois de amanhã, há-de mudar.
Em que situações se considera uma “chata”?
Quando não como, quando não durmo bem, quando não consigo fazer tudo o que me

propus fazer ou quando não me consigo explicar bem.
Tem algum vício que gostaria de não ter? E um de que se orgulhe?
Gostaria de não ser tão viciada em *sneakers* e tenho muito orgulho em ser viciada em rap/hip-hop, livros e basquete.
Diga o nome de três portugueses vivos que admira (não vale a sua mãe nem o seu pai).
Joacine Katar Moreira, Cristina Roldão e Xullaji.
Já teve algum ataque de

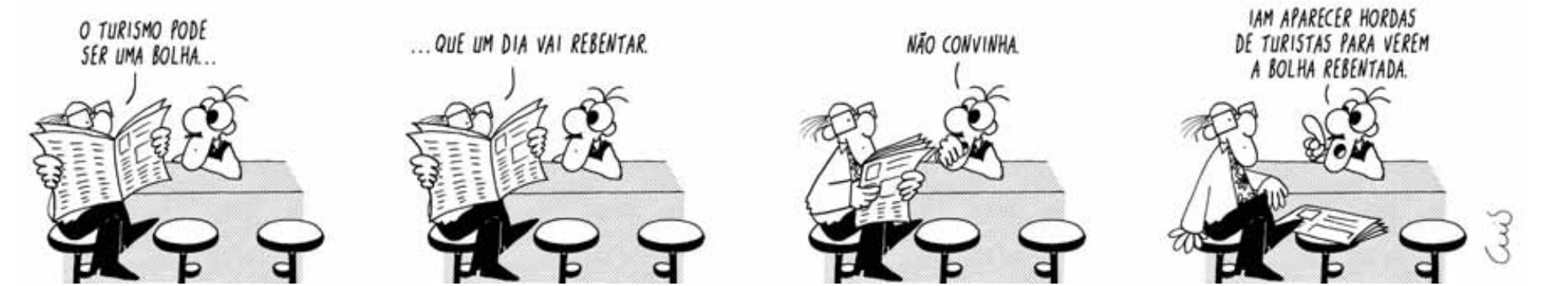
ansiedade? Em que circunstâncias?
Penso que não! Aliás, não, pois se tivesse tido acho que não me esqueceria! Dizem ser uma experiência bem marcante!
E já se sentiu profundamente exausta? Foi burnout?
Já sim! Muitas vezes! Já me senti mesmo muito cansada, mas não creio que tenha chegado a um *burnout*.
Se lhe pedissem conselhos para uma relação amorosa feliz, o que é que dizia?
Eu preferia não aconselhar porque esse é um campo que me é tão difícil perceber! Sinto que nem consigo perceber como chegar até aí, quanto mais explicar a outrem.
Algo que me digo sempre que estou numa relação é: “Isto não é só sobre ti! É sobre os dois, então, ouve mais e vê se faz sentido o que ias dizer agora.” Mas claro que isso é uma ótima teoria!
É vegetariana, vegan, faz alguma dieta especial? Porquê?
Recentemente deixei de comer carne porque não fazia bem a digestão! Anos antes tinha deixado de comer tudo o que fosse animal, mas depois tive um problema de saúde e receitaram-me que comesse, pelo menos, peixe! Nessa altura, a decisão foi mais pelos animais do que pela digestão!
A questão da digestão veio mais tarde.
Qual foi o último filme que viu? E qual foi o último de que gostou?
Vi o *Bad Boys* e gostei do filme!
Qual o seu maior arrependimento?
Não ter dito mais vezes a uma pessoa que amava imenso que a amava tanto.
Qual foi a última vez em que se surpreendeu?
Anteontem! Nunca pensei que ainda conseguisse correr 8km!



A escritora e rapper luso-angolana Telma Tvon (Luanda, 1980) lançou o seu primeiro livro, *Um Preto muito Português*, em 2017

“**Telma Tvon**
A última vez em que me surpreendi foi anteontem! Nunca pensei que conseguisse correr 8km!

BARTOON LUÍS AFONSO



Netanyahu está a defender Israel ou o seu próprio pescoço?



O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

Quando um primeiro-ministro está dependente da continuação de uma guerra não só para se manter no cargo, mas também para se proteger de várias acusações judiciais que, no futuro, o poderão atirar para a prisão, deixa de ser possível responder à mais fundamental das perguntas: a estratégia que está a ser seguida na guerra serve os interesses gerais do país ou os interesses particulares do primeiro-ministro? É nessa terrível situação que se encontra Israel. E é por isso que as dúvidas acerca deste seu belicismo imparável são cada vez maiores. À barbaridade do 7 de Outubro, Benjamin Netanyahu respondeu com uma guerra que já leva oito meses de destruição total e sem fim aparente à vista: perto de 40 mil mortos (números das autoridades palestinianas); mais de dois milhões de desalojados; a



maioria dos edifícios da Faixa de Gaza atingidos ou destruídos; praticamente toda a infra-estrutura devastada. Após o 7 de Outubro de 2023, é evidente que Israel teria de reagir, e a resposta teria de ser sempre violenta – e essa violência, no espaço geográfico de Gaza e tendo em conta as características do Hamas, implicaria sempre um elevado número de baixas civis. Mas há grandes diferenças entre uma resposta obrigatoriamente agressiva e a estratégia de puro choque e terror que temos visto Israel aplicar no território, para

Há grandes diferenças entre a resposta agressiva contra o Hamas e a estratégia de puro choque e terror que Israel aplica em Gaza

desconforto dos seus aliados, a começar pelos Estados Unidos. Nem a memória do Holocausto nem a crueldade abjecta do 7 de Outubro podem ser passes livres para o Exército israelita cometer todas as atrocidades que lhe passarem pela cabeça. O sofrimento passado do povo judeu não é um banho lustral que absolve toda a violência presente e futura. E muito menos pode servir para desculpar Netanyahu dos caminhos ínvios que decidiu trilhar. Que o Exército e os serviços secretos de Israel continuam a ser dos mais competentes do mundo – e que tudo estão a fazer para compensar as falhas catastróficas de segurança no 7 de Outubro – não parecem existir grandes dúvidas. O assassinio em Teerão do líder político do Hamas Ismail Haniyeh tem tanto de desfaçatez como de capacidade informativa e engenho militar. Mas é difícil acreditar que Israel está realmente empenhada numa solução para a paz quando, em simultâneo, está ocupada a assassinar os seus interlocutores – e ainda por cima no território do seu arqui-inimigo. Haniyeh é um alvo há muito, e ainda em Junho um ataque aéreo israelita matou três filhos e vários

netos seus. Mas Ismail Haniyeh não é Osama bin Laden, e a estrutura do Hamas está habituada a lidar com a perda dos seus dirigentes, muitos dos quais foram assassinados por Israel ao longo dos últimos 20 anos. Não foi por isso que o Hamas desapareceu, e todos os especialistas garantem que não desaparecerá. Consta, aliás, que Haniyeh seria um dos membros mais pragmáticos e disponíveis para chegar a um acordo com Israel para a libertação dos 115 reféns (muitos dos quais se supõe que já estejam mortos). Regressamos à grande questão: será que Netanyahu está minimamente interessado nesse aproximar de posições e no fim da guerra, ou prefere permanecer em modo bélico, para atrasar ao máximo a sua saída do poder? Serão estes vistosos e destemidos atentados, em que Israel não receia escaladas com o Irão, um sinal de coragem militar ou um gesto de cobardia política do primeiro-ministro israelita? Só facto de a dúvida existir já é uma dupla tragédia, para Israel e para os palestinianos.

Colunista
jmtavares@outlook.com

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

12509
5 601073 016056

Assine o PÚBLICO e receba 3 meses grátis de acesso à FILMIN

Assista ao cinema que muda tudo

CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

ASSINE JÁ

publico.pt/assinaturas